

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM TEOLOGIA**

JOSELITO FREIRE MOREIRA ARAÚJO FILHO

ACOLHIMENTO E ESCUTA NO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

**Recife
2017**

JOSELITO FREIRE MOREIRA ARAÚJO FILHO

ACOLHIMENTO E ESCUTA NO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Grigoletto.

Recife

2017

JOSELITO FREIRE MOREIRA ARAÚJO FILHO

ACOLHIMENTO E ESCUTA NO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Grigoletto

Aprovado em 26 de setembro de 2017, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Frei Luiz Vieira - FAFICA

Prof. Dr. Gilbraz de Souza Aragão - UNICAP

Prof. Dr. Sérgio Grigoletto - UNICAP

O diálogo de que temos necessidade não pode deixar de ser aberto e respeitoso, pois só assim se revela fecundo. O respeito recíproco é condição e, ao mesmo tempo, finalidade do diálogo inter-religioso: respeitar o direito dos outros à vida, à integridade física, às liberdades fundamentais, ou seja, de consciência, de pensamento, de expressão e de religião. (PAPA FRANCISCO, 2015)

Dedico este trabalho a Deus, por ser essencial em minha vida, a minha família e a todos que se comprometem em partilhar no dia-a-dia o amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é demonstrar gratidão, porém, não é tão fácil como parece. Nem sempre é possível expressarmos toda nossa gratidão. É justo e primordial começar o meu agradecimento Àquele que tem me acompanhado diariamente. Palavras não conseguem alcançá-lo pela imensidão de benefícios e graças que são derramadas constantemente sobre minha vida. A ele, chamo de DEUS, UNO E TRINO.

Agradeço, de maneira muito especial, ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Grigoletto, pela ótima forma como conduziu esta pesquisa, com muita seriedade profissional, comprometimento e respeito. A sua dedicação, atenção e contribuições foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e para a concretização desta dissertação. Obrigado pelas orientações sempre feitas no sentido de honrar o termo orientação, e por me incentivar, qualificar e produzir.

Apresento a minha gratidão sempre renovada à minha família que, mesmo distante fisicamente, esteve sempre presente ajudando-me e incentivando-me a persistir diante das dificuldades que surgiram no caminho.

A todos os colegas que ao longo destes dois anos me ajudaram, direta ou indiretamente, no processo de construção desta pesquisa.

Ao programa da Universidade Católica de Pernambuco, Coordenação de Pós-graduação do Mestrado em Teologia, por ter me proporcionado os conhecimentos necessários para que eu finalizasse essa dissertação e, de modo especial, a todos os professores doutores pela dedicação e esforço para nos transmitirem seus conhecimentos.

O primeiro de todos os mandamentos é este: Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor; amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu espírito e de todas as tuas forças. Eis aqui o segundo: amarás o teu próximo como a ti mesmo. Outro mandamento maior do que estes não existe. (Mc 12, 29-31).

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo abordar o dinamismo do acolhimento humano e da escuta do outro como pressupostos necessários para a existência do diálogo inter-religioso, apresentando suas relações, conceitos, desdobramentos e limitações. Analisa a compreensão do diálogo inter-religioso, reconhecendo e respeitando a diversidade de culturas e tradições religiosas, valorizando o direito a diferença que proporciona a coexistência amigável de pessoas de diferentes credos e costumes. Esse diálogo pode ser visto como um desafio por depender de uma disposição real de abertura, apoiado no respeito e na atenção a todos os credos, rompendo barreiras de intolerâncias. Para tanto, demonstra a necessidade da compreensão do ser do outro, como lugar de liberdade e expressão.

Palavras-chave: Acolhimento. Escuta. Diálogo. Pluralismo religioso.

ABSTRACT

This Masters dissertation aims to address the dynamism of human reception and the listening to one another as necessary conditions for the existence of interreligious dialogue, presenting its relationships, concepts, developments and limitations. It analyzes the understanding of interreligious dialogue, recognizing and respecting the diversity of cultures and religious traditions, valuing the right to difference that provides friendly coexistence of people of different creeds and customs. This dialogue can be seen as a challenge which depends on real disposition of openness, supported in respect and attention to all creeds, breaking down barriers of intolerance. To do so, it demonstrates the need to understand the other's being as a place of freedom and expression.

Key words: Reception, Listening, Dialogue, Religious pluralism

SIGLAS E ABREVIACOES

1 Cor	1º Coríntios
2 Cor	2º Coríntios
1 Pd	1º Pedro
AG	Ad Gentes
Art.	Artigo
At	Atos dos Apóstolos
Cf.	Conferir
CIC	Catecismo da Igreja Católica
DA	Diálogo e Anúncio
DAp	Documento de Aparecida
DH	Dignitatis Humanae
DI	Dominus Iesus
DM	Diálogo e Missão
DSD	Documento de Santo Domingo
Dt	Deuterenômio
DV	Dei Verbum
EG	Evangelii Gaudium
FI	Filipenses
Gn	Gênesis
GS	Gaudium et Spes
Hb	Hebreus
EMCC	Erga Migrantes Caritas Christi
Is	Isaías
Jo	Evangelho de João
Lc	Evangelho de Lucas
LG	Constituição Dogmática Lumen Gentium
Mc	Evangelho de Marcos
Mt	Evangelho de Mateus
MR	Missal Romano
MV	Misericordiae Vultus
NA	Nostra Aetate
NMI	Novo Millenio Ineunte
PCMPI	Pontificio Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes
RH	Redemptor Hominis
UR	Unitatis Redintegratio
UUS	Ut Unum Sint

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O DESAFIO DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	15
1.1 A multiplicidade religiosa	19
1.2 O pensamento de Jacques Dupuis	23
2 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E SUAS EXIGÊNCIAS	35
2.1 A alegria de viver a humanidade – humildade	43
2.2 O outro é importante – alteridade	48
2.3 Respeito às diferenças – compromisso identitário	53
3 ACOLHIMENTO E ESCUTA - PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	59
3.1 O acolhimento como expressão do amor misericordioso de Deus	64
3.2 A escuta como expressão do amor misericordioso de Deus	69
3.3 O diálogo inter-religioso a partir do acolhimento e da escuta	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

Diante do momento atual, em que a globalização nos faz tão próximos e ao mesmo tempo tão diferentes, percebe-se um grande desafio, onde a religiosidade, ou melhor, a religião, cada uma com a sua tradição, é levada a situar-se frente a si mesma no diálogo com as demais tradições religiosas, tendo-se como consequência a urgência em buscar o respeito entre todas e em ressaltar a importância do diálogo inter-religioso para minimizar ou até resolver essas discórdias. Este respeito pode ser facilitado pelo acolhimento e pela escuta, com a consciência de que o reconhecimento deverá ser recíproco.

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo aprofundar o dinamismo do acolhimento humano e da escuta do outro como pressupostos necessários para o diálogo inter-religioso. A partir deste objetivo almejou-se apresentar o diálogo, consciente de que o homem é um ser histórico em permanente ação de interação com o outro, e acentuar o acolhimento e a escuta como posturas éticas de uma relação de confiança, favorecendo ao diálogo, ao compromisso com o reconhecimento do outro em suas diferenças, suas crenças e seu modo de viver.

O tema a ser desenvolvido surge da curiosidade, dos desafios encontrados e se dará por meio de uma revisão de literatura narrativa, utilizando fontes de informações bibliográficas e eletrônicas, objetivando analisar os aspectos autorais relacionados, com fins de fundamentar teoricamente o acolhimento e a escuta como colunas importantes no diálogo entre as diversas religiões, experiências religiosas e culturais, preservando a identidade e a prática pastoral de cada tradição religiosa.

Esta dissertação está dividida didaticamente em três capítulos.

O primeiro discorre sobre o desafio do diálogo inter-religioso, onde o ser humano se encontra angustiado e inquieto, negando a si mesmo a possibilidade do conhecimento pessoal. Em consequência desta angústia e inquietação, ele se torna vulnerável, sendo influenciado pelos fatos cotidianos da vida. A origem desses conflitos existenciais está na falta de um relacionamento consigo e com Deus, ao provocar no mesmo, um distanciamento do transcendente e do próprio sentido da vida.

O relacionamento com o transcendente é a proposta das diversas religiões, por isso o diálogo inter-religioso se apresenta como urgência para as múltiplas identidades religiosas presentes no mundo.

Respalhando as ideias anteriormente expostas, este capítulo apresenta a reflexão da

obra¹ de Jacques Dupuis, sob a ótica de alguns de seus discípulos: Faustino Teixeira, Veroni Teresinha de Medeiros e Irene Martins Capello, tendo como ponto de partida realizar uma discussão sobre as religiões, trazendo como proposta uma teologia cristã das religiões, onde se tem a presença de um pluralismo inclusivista.

O segundo capítulo aborda o contexto dialogal em que a reciprocidade surge como requisito para a dinâmica relacional, onde o comum e as diferenças se tornam possibilidades para o crescimento dos interlocutores, por isso o diálogo inter-religioso é uma das formas da práxis dialogal, ao trazer como particularidade a relação entre os membros de diferentes religiões que se abrem a outras tradições religiosas, cercados de um entendimento bilateral e de um recíproco enriquecimento. Ao discorrer sobre este entendimento mútuo se exige a tomada de consciência de que o outro é diferente, por isso se faz necessário algumas exigências: a humildade, a alteridade e o compromisso identitário.

O terceiro e último capítulo reforça a importância do diálogo inter-religioso e ao mesmo tempo aduz pressupostos necessários para que este mesmo diálogo seja lugar de entendimento e de crescimento mútuo, sendo estes, o acolhimento e a escuta. Quando exercitados tornam-se facilitadores da prática do novo mandamento: amar a Deus e amar ao próximo.

Nesse sentido, neste último capítulo procurou-se fazer uma reflexão sobre a importância do acolhimento e da escuta no diálogo inter-religioso, além de propor uma fundamentação teológica ao ter como direção a misericórdia de Deus, que nos acolhe e se dispõe a escutar o ser humano, apesar de suas limitações.

Assim sendo, o diálogo inter-religioso torna-se um desafio e para que ele exista faz-se necessário assumir um compromisso pessoal, onde a superação deverá ser exercida, alicerçada pela admiração e pelo respeito, no empenho de acolher, de escutar aquele que professa uma fé diferente da sua.

É preciso vencer as inquietações. Elas são inerentes ao ser humano. Inquietações como o preconceito, o desrespeito e a intolerância promovem um distanciamento daquele que se apresenta pela diferença. Cada um pode aprender com o outro e essa aprendizagem permite que o enriquecimento seja recíproco. É necessário existir uma peregrinação pessoal visando ir além dos limites de nossa tradição exigindo, para tanto, respeito, superação e maturidade, de modo que o acolhimento e a escuta sejam realidades pessoais e fundamentais no encontro

¹ DUPUIS, Jacques. **Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso**. São Paulo: Paulinas, 1999.

com o outro, propiciando assim o tão almejado diálogo inter-religioso.

Assim, o tema apresentado visa problematizar os pressupostos para o diálogo inter-religioso, sob a ótica da acolhida e da escuta, ciente de que não se pretende resolver todos os problemas existenciais, mas elucidar que, à medida que o homem perde o referencial divino, ele vai desumanizando-se, e cada vez mais quer ser senhor de si mesmo.

1 O DESAFIO DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Atualmente, vive-se em meio a várias agitações, que são provocadas pelas difíceis situações da vida, pelas distâncias de relacionamentos, pelo corre-corre excessivo e pelo individualismo, levando o homem a fechar-se em si mesmo, ignorando a presença do outro, não o acolhendo, não tendo disposição para escutá-lo e, ao mesmo tempo, fechando-se para o diálogo. O ser humano mostra-se como um ser angustiado, inquieto e não disposto a conhecer a si mesmo. Em consequência dessa angústia e inquietação, ele torna-se facilmente manipulável, perde o equilíbrio e deixa-se levar pelos fatos da vida, convertendo-se em um estranho para si mesmo e para os outros. (MEDEIROS, 2010, p.13-14)

Viktor Frankl (*apud* LESLIE, 2013, p.18). “descreve o homem religioso como aquele que diz ‘sim’ à vida, como o homem que, apesar de tudo o que a vida lhe impõe, ainda encara sua existência com a convicção básica de que vale a pena viver”. Segundo esse pensamento, a vida apresenta-se como um desígnio a ser realizado e tem um propósito que impossibilita o ser humano de ser fruto do tempo e do acaso. A busca de sentido torna-se, assim, a grande força motivadora do homem. Sendo essa busca de sentido a força motivadora, pode-se afirmar que, ao não buscar sentido para sua vida, o ser humano nega aquilo que é mais importante ao seu ser, tornando sua vida vazia e irrelevante. (LAZZARI, 2013, p. 60-61)

Há várias interrogações sobre o sentido da vida, as quais não existem respostas. Não existe, tampouco, uma verdade primordial sobre o sentido da vida do ser humano. A busca de sentido se apresenta como uma proposta ou convite que tem por fim conduzir o indivíduo a caminhar. Cada busca de sentido é individual, pertencente a uma situação específica. (FRANKL, 1991, p.98)

Na busca de sentido, o homem contemporâneo encontra-se envolto por um sentimento no qual a ausência de sentido é apresentada como um vazio existencial, dificultando o encontro consigo mesmo e com o outro. Nesta procura de sentido, ele tenta encontrar um significado, acreditando na realidade de uma dimensão divina. Surge então a urgência de um relacionamento com este mistério divino, que permita a si mesmo ser conduzido na expectativa de almejar uma resposta. Ocorre uma procura pela experiência com o mistério divino, sendo essa experiência proposta por todas as religiões. Segundo Peter (1999, p. 95), “A religião não nos imuniza das crises e angústias da vida; tampouco a psicoterapia pode nos fazer ‘saltar’ até o plano da graça”.

Dessa forma o campo religioso que o ser humano percorre é superior e abrange uma dimensão que ultrapassa a psicoterapia. Esse campo religioso torna-se real não pelo

conhecimento, mas por meio da fé. Essa fé não se adquire por meio do ato de pensar ou do ato de conhecer e sim pela confiança, conceituando que ela, em toda a sua proporção, estará sempre acompanhada pela esperança num ser último, pela confiança em Deus. (PETER, 1999, p.95)

A perda de sentido da vida e do sentido de Deus, da ruptura entre fé e vida fez surgir distúrbios no ser humano: a angústia, a ansiedade, o medo e a inquietação. No entanto, é necessário reconhecer que os distúrbios aqui mencionados são pequenos diante dos conflitos existenciais do homem. É importante salientar que segundo Correia (2012, p.40), a origem desses conflitos existenciais encontra-se na falta de um relacionamento consigo e com Deus, levando o ser humano a se distanciar do transcendente, do sentido da vida e do próprio relacionamento com Deus.

O relacionamento com o mistério divino é a proposta das diversas religiões e o diálogo se apresenta como urgência para as múltiplas identidades religiosas e culturais presentes no mundo. O respeito deve ser praticado, principalmente neste cenário histórico contemporâneo, onde as diferenças religiosas e culturais são usadas como meios de exclusão, e até mesmo provocadores de morte. (CAPELLO, 2005, p.7)

Essa exclusão que é tão real e atual, gerada por uma ignorância que tem como consequência a intolerância, exigirá urgência de superação pessoal, social e religiosa, tão necessária e possível. Nesse contexto, espera-se que o ser humano seja capaz de mudar e de ser provocador de mudança da sociedade, abrindo novos horizontes de esperança, na perspectiva de uma sensibilidade social, na qual o outro é visto como parte intrínseca da maneira de conhecer, educar e viver das pessoas e de grupos sociais. (CAPELLO, 2005, p.7)

Frente a estes desafios o diálogo se faz urgente e, de modo particular, o inter-religioso. O objetivo do diálogo é reduzir ao mínimo os conflitos étnico-religiosos e conduzir a exercitar a tolerância e a solidariedade, visando à tomada de consciência de que o homem é um ser que interage e age dentro da história respeitando a liberdade.

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz. (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA, 1995, Art. 1, item 1.1, p.11)

Acredita-se que a fé, como expressão de uma tradição religiosa, tem como meta unir o ser humano ao divino, porém não se deve excluir aqueles que não estão dispostos a vivenciar esta realidade relacional com o divino. Alicerçado por esta convicção de respeito àquele que crê, àquele que não crê e àquele que crê em uma tradição religiosa diferente, na certeza de que a multiplicidade religiosa é uma realidade que está inserida na humanidade. O artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p.10) traz uma definição clara, influente e contemporânea para a liberdade religiosa:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

A diferença religiosa não pode nem deve ser justificativa utilizada para apoiar qualquer ação de violência ou perseguição, uma vez que está pautada no conceito de liberdade, recebido tanto pelos que descreem, quanto por aqueles que creem em um Ser Superior. O Art. 5º, item VI, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p.13) reconhece a diversidade religiosa e a liberdade de escolha e de práticas de culto religioso, quando estabelece que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias”.

Assim como o Estado, a Igreja também reconhece e defende a importância da liberdade religiosa. O Catecismo da Igreja Católica - CIC confirma que é um dever de todo ser humano a busca da verdade, principalmente no que se refere a Deus e a sua Igreja. Ao encontrar essa verdade o ser humano a acolhe e a protege, no exercício do respeito às diferenças religiosas e na caridade que impulsiona a prática do amor, da tolerância e da prudência. É um direito do ser humano exercer sua religião, mas também é seu dever construí-la. (CIC, n. 2104)

A Igreja dirige-se ao homem no pleno respeito da sua liberdade: a missão não restringe a liberdade, pelo contrário, favorece-a. A Igreja propõe, não impõe nada: respeita as pessoas e as culturas, detendo-se diante do sacrário da consciência. Aos que se opõem com os mais diversos pretextos à atividade missionária, a Igreja repete: abri as portas a Cristo! (JOÃO PAULO II, 1991, p.42).

A heterogeneidade religiosa apresenta-se na história da humanidade como formas de questionar sobre o sentido da vida e da transcendência em relação às questões vitais que

preocupam o ser humano: de onde vim? para onde vou? Dentro dessa realidade, cada religião assume diferentes formas de acreditar, de relacionar com a alteridade e de simbolizar as experiências religiosas vivenciadas por seus adeptos em cada cultura. Tendo em consideração a diversidade religiosa, o diálogo inter-religioso é um grande desafio. A partir desse contexto, desponta o trabalho de Jacques Dupuis, teólogo jesuíta que nasceu na Bélgica em 1923 e que talvez seja hoje um dos maiores especialistas no campo da reflexão católica sobre o tema da teologia das religiões e do diálogo inter-religioso. Dupuis (1999, p. 506) sugere uma teologia cristã do pluralismo religioso e afirma que “o diálogo inter-religioso é, muitas vezes, a única maneira de prestar um sincero testemunho de Cristo e um generoso serviço ao homem”.

A busca de uma prática comum e dialógica tem incentivado o aparecimento de uma visão global que possui como meta congregar as diferentes crenças em volta da mesma unidade. O exercício da fé, testemunhada dentro das tradições religiosas, tem como base a ética, sendo essa uma nova perspectiva de vida. O ser humano, no seu cotidiano, pode deparar-se com várias dúvidas acerca da fé que professa, com conflitos em relação a doutrinas e dogmas, através dos quais a tradição seria a guardiã da verdade. Inseridas neste contexto, as religiões são promotoras de uma nova compreensão do universo religioso, e, por sua vez, tentam buscar na história como decifrar o divino, não deixando de enxergar a multiplicidade do fenômeno religioso. É natural ao homem a busca pelos mistérios da própria condição humana como recorda o Vaticano II:

Os homens esperam, das diversas religiões, uma resposta aos recônditos enigmas da condição humana, que ontem como hoje perturbam profundamente o coração humano: que é o homem? Qual o sentido e fim da vida? Que é o bem e que é o pecado? Qual a origem e qual a finalidade do sofrimento? Qual o caminho para chegar a verdadeira felicidade? Que é a morte, o juízo e a retribuição depois da morte? Em que consiste, afinal, o mistério último que envolve a nossa existência, do qual tiramos a nossa origem e para o qual nos encaminhamos? (NA, n. 1)

A realidade das tradições religiosas impulsiona o ser humano a coexistir com os diferentes conflitos éticos e os densos mistérios que angustiam a humanidade nos enigmas que envolvem a vida. Então, pergunta-se: o que provoca o homem a procurar Deus? Como a religiosidade dá sentido à vida? Há itinerários para o diálogo entre as religiões? Essas indagações provocam a teologia e as pessoas a buscarem respostas ou talvez revigorar diálogos possíveis. Contemplar o diálogo como uma forma de inclusão recíproca e de tolerância é uma atitude que vem a evidenciar “a questão da comunhão universal com as outras situações históricas do cristianismo na unidade da fé e da missão, inclusive em relação

ao desafio crescente da globalização cultural” (FORTE, 2003, p.31). Tal realidade demonstra a importância do empenho para conservar a mesma distância tanto do absolutismo, que tem uma única verdade, como do relativismo, onde cada um define a sua verdade, como se a verdade fosse algo a se escolher e não a se descobrir, de modo a conduzir com seriedade a questão do pluralismo religioso, compreendido como dado de princípio e situado no desígnio de Deus para a salvação da humanidade. Dupuis (1999, p.520) narra que:

Primeiramente, devemos lembrar que o agente principal do diálogo inter-religioso é o Espírito de Deus que anima seus interlocutores. Ele age em ambas as partes, a cristã e a outra. Por isso, o diálogo não pode ser monólogo. Os interlocutores cristãos não se limitarão a dar, mas também receberão alguma coisa. A ‘plenitude’ da revelação em Jesus Cristo, não nos dispensa de ouvir.

O diálogo inter-religioso é um caminho pelo qual advém a ação de Deus que atua na história pelo Espírito Santo, e que torna a relação dialógica entre as religiões um legítimo diálogo de salvação. Na multiplicidade religiosa, pode-se afirmar que o principal agente do diálogo é o Espírito de Deus.

1.1 A multiplicidade religiosa

A pluralidade de religiões é uma realidade crescente em nossos dias, fruto do mundo globalizado no qual vivemos. Esse fato ocorre porque a religião está sempre relacionada à cultura. Se há multiplicidade de culturas, há multiplicidade de religiões e uma pluralidade de práticas religiosas que apresentam a múltipla face de Deus ou várias maneiras de conceber Deus. Essa prática religiosa passa pela realidade existencial do ser humano, o que acontece antes dos dogmas, normas ou doutrinas. O que leva a uma escolha por esta ou aquela religião é a prática existencial da pessoa com o sistema religioso com o qual se identifica. (CAPELLO, 2005, p.18)

Ao falar de prática pessoal ou fé pessoal, deve-se partir não só de um pressuposto cristão de experiência com Cristo, mas de um alicerce que compõe o ser humano, a autotranscendência. Todo ser humano traz em si esse potencial que é antropológico, pois está sempre buscando dentro desta potencialidade a realidade suprema, respostas às suas indagações sobre a vida, a morte, o começo e o fim de todas as coisas. (CAPELLO, 2005, p.18)

O ser humano sempre está a caminho, em uma longa peregrinação para algo ou alguém diferente de si mesmo e nesse caminho ele se realiza. Nesta busca, quanto mais se dedica a servir uma causa ou a amar o outro, tanto mais se tornará humano e encontrará sua realização. Segundo Frankl (2008, p.135), essa realização só é possível quando o indivíduo for capaz de experimentar em si a autotranscendência, indo além da egocentricidade em direção ao outro.

O ser humano não moveria um dedo, a menos que, na mais profunda base de sua existência, no mais íntimo do seu ser, ele possua uma confiança primária no sentido último. Sem essa crença, o homem sequer respiraria. A fé num sentido último é precedida pela crença em um Ser último, pela crença em Deus. Dessa forma, a confiança no sentido e a fé, por mais latentes que sejam, são transcendentais e, portanto, indispensáveis. (FRANKL, 2011, p.188)

O ser humano, ao vivenciar a sua crença, tenta buscar respostas para suas indagações existenciais, utilizando-se da transcendência para encontrar um itinerário espiritual onde os conhecimentos teológicos, ou até mesmos doutrinários, distanciem-se para que a vivência da espiritualidade seja um meio de alcançar sentido para sua vida diante das limitações e contradições inerentes ao contexto humano. Sendo assim, a religião se apresenta como um caminho que tem como proposta dar sentido e respostas às fragilidades humanas. (CAPELLO, 2005, p.18)

Na religião, o ser humano se relaciona através do Sagrado, com a divindade, com o transcendente, e toda essa relação acontece pela liberdade humana da escolha (CAPELLO, 2005, p.18). “Liberdade é a capacidade que a pessoa tem de tomar posição, de escolher, de optar, tornando-se sensível para compreender, suportar e aceitar as diferenças” (RECH, 2009, p.86) e, ao mesmo tempo, “a liberdade de escolha é algo dinâmico e deverá ser um itinerário diário na vida do ser humano, aberto sempre para a mudança”. (RECH, 2009, p.34)

Na disponibilidade para o exercício do diálogo, outro elemento que se deve destacar e que se faz necessário é a clareza da convicção pessoal. Essa convicção requer coerência com a sua verdade e com a verdade do outro, já que a procura do diálogo não é estática, mas dinâmica, ocorrendo dentro desta realidade dialogal. (CAPELLO, 2005, p.19). A confissão de fé não será empecilho para o processo dialogal, ciente, é claro, de que a minha verdade não é a verdade do outro. Ao professar a fé, o indivíduo não se ausenta deste processo, pelo contrário, ele poderá ser interlocutor deste diálogo. Dessa forma, o relacionamento dialogal, quando exercitado, trará como proposta a obrigação da identidade dos interlocutores, de modo que promova o distanciamento da indiferença, do fundamentalismo religioso, e de todo tipo

de comportamento que vai de encontro a esta vivência do diálogo. O diálogo deve fazer surgir a busca por um relacionamento respeitoso e fraterno entre as diversas religiões. (TEIXEIRA, 1993, p.213). O diálogo deve também ajudar a superação de todos os tipos de divisão cultural, religiosa, social, etc. Assim, Francisco (2015) afirma que

[...] trata-se de elevar o olhar para ir mais além. O diálogo assente no respeito confiante pode produzir sementes de bem que, por sua vez, se tornam rebentos de amizade e de colaboração em muitos campos, e sobretudo no serviço aos pobres, aos mais pequeninos e aos idosos, na hospitalidade aos migrantes, na atenção a quantos vivem excluídos [...]

A realidade vivenciada de exclusão seja política ou econômica, de pobreza tem provocado, de modo particular, nos países do terceiro mundo, o surgimento de confissões religiosas que apresentam caminhos e até mesmo soluções para as dores humanas. Em várias destas propostas religiosas, o modelo cultural que associa a felicidade e realização humana à produtividade ao sucesso e ao lucro fica evidente. Existe, também, uma urgência na busca de respostas, fazendo da religião um meio de satisfazer ou solucionar as angústias e anseios pessoais. Se há religiões que se deixam conduzir por este contexto histórico, há também aquelas que são, na verdade, incentivadoras na busca de sentido para o ser humano que, de uma forma ou de outra, sempre se vê diante das indagações existenciais. (CAPELLO, 2005, p.19)

Sem especificar crença, encontram-se religiões, de forma geral, com boa intenção, que dão sentido à vida das pessoas, o que suaviza o sofrimento, em meio as dificuldades da vida. Cada pessoa é capaz de fazer a sua experiência com o Sagrado. Diante dessa experiência, surge a pluralidade religiosa e com ela a teologia das religiões, apontando para uma realidade humana onde a experiência do Sagrado faz surgir uma diversidade de imagens que o ser humano faz de Deus (TEIXEIRA, 1999, p.50). Ao refletir sobre o pluralismo religioso, Frankl (2014, p. 293-294) destaca que,

por intermédio de toda e qualquer religião, ele também pode encontrar o seu caminho até Deus – ou o Deus uno. Não estamos lidando, contudo, apenas com um pluralismo linguístico, mas, também, com um pluralismo religioso, de tal modo, em verdade, que a religião se encontra diante de nós em geral sobre forma de diversas confissões – confissões que, como dissemos, não podem pretender ter superioridade umas em relação as outras. (FRANKL, 2014, p.293-294)

Pode-se afirmar que o pluralismo religioso é a demonstração dinâmica da multiplicidade de ritos litúrgicos, de formas de vida espiritual, reconhecendo o valor da

pluralidade, a exemplo das diferentes formas de grupos sociais, até mesmo de ideias e de doutrinas. O Sagrado que se manifesta nas inúmeras culturas e religiões apresentando diversidade de riqueza e aspectos de sua verdade. É inegável que não é tão simples, pois cada religião, muitas vezes, se apresenta como sendo única e detentora da verdade. Por isso, a necessidade do diálogo, de uma abertura para o campo da comunicação tendo como meta a superação dos abismos, da recíproca ignorância e de mal-entendidos. (TEIXEIRA, 1999, p.50)

A modernidade que fez desabar a antiga segurança das tradições religiosas acordou o fundamentalismo. A identidade exige fronteiras e, quando não há, surgem crises, insegurança e medo. O fundamentalismo apresenta como proposta a restauração das identidades em crise e a volta das fronteiras e da segurança. Promete com uma disciplina, uma doutrina que traz em si a segurança e a identidade do lar religioso. Os grupos fundamentalistas geram uma capacidade de criar violência maior do que a própria angústia da qual eles têm medo (SUESS, 1991, p.225). As transformações exigidas pela modernidade exaltaram e valorizaram a razão, o indivíduo, a história, do geral ao particular, e, ao mesmo tempo, provocaram vazios emocionais, inseguranças ideológicas, conflitos de identidade e crises de orientação ética (CAPELLO, 2005, p.44). Segundo Francisco (2015),

por causa da violência e do terrorismo, difundiu-se uma atitude de suspeita ou até de condenação das religiões. Na realidade, não obstante religião alguma esteja imune do risco de desvios fundamentalistas ou extremistas em indivíduos ou grupos (cf. Discurso ao Congresso dos EUA, 24 de setembro de 2015), é preciso considerar os valores positivos que elas vivem e propõem, e que constituem nascentes de esperança.

Diante deste cenário, fica evidente que os riscos de desvios religiosos, sejam eles fundamentalistas ou extremistas, não impedem que vejamos nesta era do plural, do múltiplo, os valores que são propostos pelas crenças e que se apresentam como esperança. Tornou-se impossível prender o Sagrado diante dos muros eclesiológicos. Confiná-lo a doutrinas e dogmas seria diminuí-lo e torná-lo pobre. Faz-se necessário o reconhecimento da sua ação múltipla e, com isso, vai ao seu encontro conhecendo-o e, ao mesmo tempo, nesse encontro, redescobrimo-nos como seres humanos melhores. Portanto, a partir desta realidade plural, qualquer pessoa, fundamentada no Cristo universal, poderá provocar e suscitar o diálogo inter-religioso, favorecendo o encontro do cristianismo com outras tradições religiosas. Nesse encontro existirá a possibilidade da descoberta das riquezas inerentes a cada crença, que nasce

a partir das experiências das suas verdades e do conhecimento do próprio Deus. (CAPELLO, 2005, p.44)

A experimentação religiosa surge pela indagação existencial do ser humano, sua liberdade de escolha e o seu contexto histórico. Depois virão as formulações e aceitações de dogmas, normas ou doutrinas. O que leva o indivíduo a discernir por esta ou aquela religião é a sua busca ou sua experiência existencial junto à realidade religiosa com a qual ele se identifica. Ao olhar para o cristianismo, a escolha virá pelo encontro com o Cristo o qual se tornará o Salvador para aquele que crê. (CAPELLO, 2005, p.45)

Nos dias de hoje, é necessário perceber que há um grande desafio para o cristianismo, no que concerne ao reconhecimento da pluralidade das culturas e da multiplicidade dos credos. A partir do pensamento de Dupuis, Capello (2005, p. 45) sugere um diálogo inter-religioso que venha a acolher as aspirações do séc. XXI e que, ao mesmo tempo, seja capaz de abranger a multiplicidade e a diversidade religiosa e, nelas, encontrar as semelhanças e as riquezas que contêm.

Sua obra reflete a transição de um tempo: tempo de diálogo, tempo de esperança em face às intransigências religiosas que vimos acontecer pelo mundo a fora. Seu trabalho quer resgatar a possibilidade do homem que dialoga, que busca na pluralidade o respeito e a tolerância.

Fica evidente que o diálogo inter-religioso é um desafio para os dias atuais, trazendo, em si, um sinal de esperança, que, ao mesmo tempo, fundamenta e desafia o diálogo interno e externo a Igreja. Esse desafio não deverá perder de vista a dimensão da universalidade da revelação cristã e exigirá encontro e abertura ao diferente.

1.2 O pensamento de Jacques Dupuis

A partir da reflexão do teólogo Jacques Dupuis, a teologia das religiões deixou de ser um subsidio à reflexão teológica, e tornou-se um novo jeito de fazer teologia no contexto inter-religioso. A metodologia utilizada pelo autor conjuga o método dedutivo com o indutivo fazendo acontecer o encontro entre o dado da fé e a realidade vivida do pluralismo religioso. Segundo Capello, (2005, p. 57) sua obra tem três eixos essenciais:

- a) a acolhida positiva do pluralismo religioso como dado de princípio;
- b) a compreensão relacional da unidade e universalidade de Jesus Cristo;

- c) a complementaridade recíproca entre o cristianismo e as outras tradições religiosas do mundo.

A contribuição de Dupuis mostra duas chaves essenciais: uma cristologia trinitária do espírito, e uma perspectiva reinocêntrica. A cristologia trinitária se fundamenta na certeza de que este diálogo deva ser sincero e esperançoso e que venha diminuir o olhar fundamentalista, almejando despertar para uma comunidade de pessoas em comunhão. O ser humano é criado à imagem e à semelhança de Deus, convidado a participar da vida divina. A vida do ser humano sobre a terra deve ser uma meditação sobre a experiência trinitária: o relacionamento acontece e a solidão desaparece, pleno de comunhão e de partilha. (CAPELLO, 2005, p.47)

A própria encarnação de Jesus faz com que a Igreja não se esqueça da dimensão trinitária da fé que cada crente professa. É o diálogo entre Deus e o ser humano que se tornou manifesto e palpável através da encarnação do Verbo. Com esta cooperação, Dupuis apresenta uma cristologia integral unindo o Jesus e o Cristo, chegando a afirmar que não há clareza em um Jesus sem o Cristo, nem no Cristo sem Jesus. O Cristo ressuscitado é o mesmo Jesus homem que foi levado ao céu. Uma cristologia integral torna visível o que se tornou escondido (TEIXEIRA, 2008a, p.160). O relacionamento de Jesus com Deus é recíproco, de intimidade e de distância. Assim, essa intimidade pode ser chamada de unidade ou familiaridade de Jesus com o Pai: “eu e o Pai somos um” (cf. Jo 10, 30), uma relação que está além da fragilidade humana. Jesus Cristo é a plenitude da revelação, porém deixando aberta a possibilidade de que Deus nos surpreenda como Aquele que sempre vem (TEIXEIRA, 2008a, p.162). Jesus Cristo assumiu a natureza humana sem deixar de ser Deus: é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, por isso

A consciência humana de Jesus, embora sendo a do Filho, é, todavia, uma consciência humana e, portanto, limitada. Não teria podido ser de outra forma, em vista do mistério da encarnação. Nenhuma consciência humana, nem mesmo a do Filho-de-Deus-que-se-tornou-ser-humano, pode ‘compreender’, ou seja, abranger e exaurir o mistério divino na sua totalidade. Nenhuma expressão do mistério em palavras humanas, nem sequer as que brotam da experiência única do Filho na sua humanidade, pode exaurir a totalidade do mistério: somente a consciência intradivina, partilhada pelas três pessoas no mistério da Trindade, é que o pode fazer. (TEIXEIRA, 2008a. p. 162-163)

Segundo Teixeira (2008a, p. 163) no pensamento de Dupuis, as terminologias unicidade (maneira singular da pessoa, da obra e da missão de Jesus) e universalidade de Jesus Cristo (expressão do alcance do evento Jesus Cristo) são dimensões correlacionadas, eliminando adjetivos tais como “absoluto” e “relativo”, devendo serem vistas de maneira prudente com o

objetivo de uma abertura para uma teologia das religiões e do pluralismo religioso, em defesa de um Jesus Cristo que traz a salvação. Foge-se, assim, da realidade de salvador absoluto, realçando, de maneira evidente, aquilo que é primordial, a humanidade de Jesus, e que a sua vida retrata uma experiência humana situada no tempo, no lugar físico e social, bem como limitada, pois ele está inserido num contexto histórico judaico (PALÁCIO, 1997, p.47), tornando este acontecimento de suma importância para o cristianismo. (TEIXEIRA, 2008a, p.163)

O evento Cristo é real desde o início da criação e se faz presente pela ação e obra do Espírito Santo. Uma cristologia do Espírito é um incentivo de superação e de distanciamento do exclusivismo indo de encontro ao inclusivismo, no qual o nós é acolhido (TEIXEIRA, 2008a, p.167). O exclusivismo, conhecido como eclesiocentrismo, o inclusivismo, igualmente denominado de cristocentrismo, e o pluralismo, chamado de teocentrismo, surgem na tentativa de se encontrar uma resposta para o dilema do pluralismo religioso. Porém o pluralismo “é uma teologia para o diálogo; é também uma teologia do diálogo, e até mesmo em diálogo”. (RECH, 2009, p.75)

Diante desta ótica, a revelação é compreendida como algo plural que se estende para além de uma única religião, no caso, o cristianismo. Verifica-se que nem todas as tradições religiosas são iguais, reconhecendo e aceitando as diferenças e, ao mesmo tempo, valorizando as identidades específicas que muitas vezes são conflitantes, fundamentalistas e absolutistas. Logo, o convite é fazer com que estas pluralidades de religiões sejam acolhidas e respeitadas nas suas diferenças, pois se entende o pluralismo religioso não só como um dado da realidade com o qual o cristianismo tem que conviver como também algo positivo que manifesta a própria revelação de Deus. Diante desse fato histórico, a cristologia se abre para a pluralidade que todos são conhecidos e animados pelo Espírito, que conduz ao divino, que é absoluto. (TEIXEIRA, 2008a, p.167)

Ao fazer uma nova leitura do cristocentrismo, não se coloca em questionamento a identidade cristã, que permanece com robustez. Dupuis declara que as “afirmações absolutas e exclusivas sobre Cristo e sobre o cristianismo que reivindicassem a posse exclusiva da autoafirmação de Deus ou dos meios de salvação distorceriam e contradiriam a mensagem e a imagem cristãs” (DUPUIS, 2004, p.15). A pluralidade das religiões encontra-se inserida na acolhida misericordiosa de Deus.

Partindo de uma teologia do pluralismo religioso e das reflexões de um modo geral, o que tem dificultado a abertura à particularidade de outras religiões é a compreensão da pessoa de Jesus Cristo. É evidente que essa compreensão tem provocado dificuldades e até mesmo

conflitos na realidade dialogal. Na declaração do Concílio Vaticano II *Dignitatis Humanae* - DH sobre a liberdade religiosa, consta que a única religião verdadeira se encontra na Igreja Católica e Apostólica, a qual o Senhor Jesus confiou o encargo de levá-la a todos os homens – (DH, n.1). Porém, neste mesmo documento, o Concílio Vaticano II conceitua explicitamente a liberdade religiosa, nos seguintes termos:

Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem de coação quer por parte de dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido, dentro dos devidos limites, de proceder segundo a mesma, em particular e em público, só ou associado com outros. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, qual a palavra revelada de Deus e a própria razão a dão a conhecer. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa, na ordem jurídica da sociedade, deve ser de tal modo reconhecido, que se torne um direito civil. (DH, n.2)

Segundo os historiadores desse Concílio, esta afirmação foi inserida por um pequeno número de padres conciliares, visando buscar o equilíbrio entre a liberdade religiosa e a doutrina tradicional católica. Os conservadores se uniram para confirmar os direitos do catolicismo romano como a religião, revelada com intuito de resistência ao desafio da liberdade religiosa, que, para eles, era uma consciência errônea. Esta mesma ótica conservadora é retomada pela Congregação para a Doutrina da Fé na Declaração *Dominus Iesus* - DI, que traz como reflexão a unicidade e a universalidade de Jesus e da Igreja. (TEIXEIRA, 2006, p.150)

Na Declaração *Dominus Iesus* encontram-se duas afirmações que reforçam a visão conservadora: a “única verdadeira religião se verifica na Igreja Católica e Apostólica” (DI, n.23), colocando os fiéis de outras religiões “numa situação gravemente deficitária, se comparada com a daqueles que na Igreja tem a plenitude dos meios de salvação” (DI, n.22). Querer limitar a dignidade das tradições religiosas, afirmando que elas são inferiores é o que incomoda o teólogo Jacques Dupuis. Essas afirmações teológicas, voltadas para dentro de si mesmas, é uma agressão às outras tradições, revelando um estrangulamento de horizontes com um exclusivismo, tendo como alicerce uma verdade. O desaparecimento destas afirmações anteriores é real, reafirmando que o primordial é a presença do amor incondicional. Aqui, se apresenta o caminho para a salvação, que não é a possibilidade de se chegar a uma verdade, nem tampouco ao favorecimento que a Igreja tem que lhe foi confiado por Jesus. Para Dupuis (1999, p.447), o que falta é a práxis da caridade:

[...] as obras do amor ou o agápe em ação são, do ponto de vista cristão, o sinal de que Deus entrou na vida de uma pessoa revelando e manifestando a si mesmo – não importa quanto ‘anonimamente’ ou secretamente; e não importa quanto imperfeita possa permanecer no sujeito a consciência de Deus que interveio dessa maneira. Elas também são o sinal que a pessoa respondeu positivamente à intervenção divina na sua vida.

As afirmações doutrinárias conservadoras sobre a Igreja têm impedido o avanço de um pensamento eclesiológico voltado para o diálogo, dificultando a vivência do pluralismo religioso, provocando distanciamento e, ao mesmo tempo, sendo empecilho para uma reflexão de inclusão e respeito. Essas afirmações que não favorecem o diálogo estão alicerçadas e comprometidas com o passado, incentivando o medo a qualquer argumentação nova que surja e que venha de encontro às formas tradicionais. É inegável que ainda exista uma linguagem que desacredita o respeito ao outro, sendo essencial um novo vocabulário teológico pautado no respeito às diferenças (TEIXEIRA, 2006, p.160). Declara Dupuis (1999, p.389): “eu enfatizei de um lado a mensagem universal de salvação de Jesus e, de outro, o valor positivo das religiões não cristãs. Aqui, o desafio está em manter esses dois aspectos, sem perder a substância de ambos”.

A expressão “povo de Deus” é uma terminologia que traz em si a noção de um povo eleito que foi lançado e inserido na Igreja. Nos tempos atuais, expressar essa afirmação de povo eleito de Deus seria, na verdade, a exclusão daqueles que não estão entre os muros da igreja. É notório que há um apelo de muitos teólogos ao abandono dessa nomenclatura, tendo como objetivo a não exclusão do amor. (TEIXEIRA, 2006, p.166)

Há de se destacar que o Vaticano II se tornou o pioneiro no reconhecimento de elementos positivos em outras tradições. Contudo, é o Vaticano II que está na origem das novas relações com as Igrejas cristãs, as religiões e o mundo. Este reconhecimento não ocorre apenas nos membros pertencentes à tradição católica, mas também nas outras tradições. A constituição pastoral *Gaudium et Spes* - GS indica a misericórdia de Deus em relação ao ser humano, chegando a afirmar que o homem tem como vocação última o divino. (GS, n.22)

A partir do Vaticano II, surge uma nova ótica relacional da Igreja com outras tradições religiosas. A relação do cristianismo com a cultura e as tradições religiosas é vista com um novo olhar pelo Magistério da Igreja a partir deste Concílio. Esse olhar encontra-se detalhado em vários decretos e constituições (TEIXEIRA, 2004, p.279). Dentre os quais, ressaltam-se o decreto *Ad Gentes* - AG (sobre o trabalho missionário), a declaração *Nostra Aetate* - NA (sobre o relacionamento da Igreja com as religiões não cristãs), *Unitatis Redintegratio* - UR (sobre o ecumenismo) e a declaração *Dignitatis Humanae* - DH (sobre a liberdade religiosa).

Não se pode esquecer de mencionar as constituições *Lumen Gentium* - LG (sobre a Igreja no mundo de hoje) e *Gaudium et Spes* - GS (sobre a Igreja no mundo contemporâneo) que trazem importantes contribuições. Contudo, ainda que se perceba um olhar tímido e limitado diante do diálogo inter-religioso, pode-se afirmar que ocorreu uma abertura para esse diálogo a partir da corajosa atitude de João XXIII, e alguns bispos sensibilizados por esta realidade eclesiológica. (TEIXEIRA, 2004, p.289)

Dupuis (1993, pp.78-79) ressalta quatro pontos importantes nos documentos do Vaticano II, em relação à salvação e a pertença à Igreja.

Primeiro: o Concílio não considera a vontade salvífica universal de Deus como simples possibilidade teórica, e sim como realidade concreta, verdadeiramente em ação nas pessoas. Segundo: a possibilidade concreta de salvação existente para todos os homens e mulheres de boa vontade é a salvação por Jesus Cristo e seu mistério pascal. Terceiro: a salvação alcança-os pela ação universal do Espírito santo. Quarto: a maneira pela qual a salvação pode ser alcançada fora da Igreja pela ação do Espírito Santo permanece misteriosa para nós. Esta última afirmação não significa que o “modo” da salvação fora da Igreja permaneça absolutamente fora do objeto da pesquisa teológica; contudo, uma explicação teológica, seja qual for, deve preservar a referência ao Cristo e ao Espírito Santo. A graça salvadora de Deus, ou a fé que justifica, conserva sempre, mesmo fora da Igreja, uma dimensão cristológica e pneumatológica [...]

O Concílio Vaticano II apresenta uma reflexão teológica que acolhe, em particular, a reflexão da *Lumen Gentium*, trabalhada dentro de um contexto interpretativo de uma esperança de abertura hermenêutica inter-religiosa. Esperança esta simbolizada na forma da expressão já e ainda não. Todavia não se pode deixar de salientar que essa esperança aceita que Deus não é uma realidade exclusivamente transcendental e sim um Deus revelado, que se deixa conhecer pelo ser humano. A partir desta realidade conciliar, procura-se refletir sobre a sacramentalidade da Igreja. Na sua ótica, fica difícil dialogar mantendo a ideia da Igreja como canal ou a mediação universal da graça. A ação salvífica de Deus vai além dos muros da Igreja, afirmando que ela é sacramento, sinal e instrumento do reino de Deus presente na história, porém isso não sugere, necessariamente, que ela seja o canal único da graça. A ação de Deus acontece na prática da fé e do amor das próprias tradições religiosas. (TEIXEIRA, 2006, p.165)

Sobre esse ponto, expôs Jacques Dupuis (1999, p.785):

O fato de a Igreja ser o sacramento do Reino de Deus universalmente presente na história não implica necessariamente que ela exerça uma atividade de mediação universal da graça em favor dos membros das outras tradições religiosas que entraram no Reino de Deus respondendo ao convite de Deus pela fé e pelo amor.

A Conferência de Santo Domingo (CSD, n.13) enfatiza que toda evangelização levará a uma inculturação do evangelho e que esse, quando oferecido, seja um testemunho humilde. Este evangelho, ao ser compreendido, dá as mãos à valorização de um diálogo respeitoso, franco e fraterno, fazendo acontecer o surgimento do diálogo inter-religioso, visando a um aprofundamento com as religiões não cristãs, antes ignoradas ou marginalizadas. (CSD, n.248)

Nessa conferência, a evangelização torna-se a temática central, com intuito de buscar uma dinâmica evangelizadora, transparente e forte, capaz de ir nas profundezas da cultura comum dos povos da América Latina e do Caribe. O que se procura é uma inculturação sadia que possibilite a garantia dos valores dos símbolos universais, em sintonia com a disciplina geral da Igreja. Aqui fica evidente uma visão eclesiológica universalista e uma cristologia totalmente voltada para uma Eclesiologia Institucional, excluindo a sua dimensão carismática. Esta realidade deixa transparecer que a ação do Espírito acontece só na Igreja ou com a chegada dos missionários. (TEIXEIRA, 2014, p.174)²

Os bispos em Santo Domingo discutiram sobre a importância do diálogo e sobre a necessidade de aprofundá-lo com as religiões não cristãs, citando ainda as indígenas e afro-americanas. Apresentando condições para que esse diálogo se torne realidade: uma mudança de atitude que tem como pano de fundo a superação de preconceitos históricos favorecendo a confiança e a proximidade; a busca do conhecimento sobre as outras religiões; e até mesmo ações em favor da paz. Em síntese, pode-se afirmar que o grande ideal desse documento é a evangelização e o chamado missionário no intuito de aderir à pessoa de Jesus Cristo e à sua Igreja. (TEIXEIRA, 2014, p.174)

A Conferência de Aparecida - CAp teve toda uma preocupação com a dinamicidade pós-moderna, e que se amplia ao campo religioso, enfatizando o perigo do relativismo e do indiferentismo religioso. O pluralismo religioso é olhado com muita cautela pelo fato de trazer em si uma provocação às tradições religiosas que se sentem desestabilizadas por essa realidade. Segundo Teixeira (2014, p.176), o documento da V Conferência do Episcopado Latino Americano do Caribe, ocorrida no período compreendido entre os dias 13 e 31 de maio de 2007, resgata a defesa da identidade Católica ameaçada, de modo claro. Ainda segundo Teixeira, a V Conferência admitiu que nenhum conhecimento é completo, e nesse contexto o

² Teixeira utiliza as palavras de Clodovis Boff, quando esse faz a análise de Santo Domingo, “mesmo a cristologia, que quis ser o núcleo forte e mais desenvolvido, tende para o cristomonismo e é destituída de uma pneumatologia de amplo respiro”. (CLODOVIS, 1993, p. 31 apud TEIXEIRA, 2014, p. 174)

diálogo inter-religioso se dá em um território, em que se aceita que cada fiel não tem uma compreensão completa da fé que constitui a sua identidade religiosa. Além disso, o conhecimento das religiões não cristãs entre os cristãos não é profundo, não é acolhido o pluralismo religioso na sua amplitude, sendo apenas visto como risco ao relativismo de identidade.

Diante da relativização do pluralismo, é de fundamental importância salientar que não é possível uma reflexão teológica e pastoral que permaneça perseverando numa perspectiva exclusivista ou inclusivista. João Paulo II (1979, n.6), no início do seu pontificado, escreveu a encíclica *Redemptor Hominis*, e já destacava a presença do Espírito Santo como grande animador na oração, nas iniciativas de diálogos, sendo o fomentador das diversas tradições religiosas. João Paulo II teve consciência de que a partir das rápidas transformações da sociedade e do mundo, e de um resgate do mistério da Igreja de maneira mais profunda, como sacramento universal de salvação, surgiu a necessidade de abrir os olhos para a dimensão do diálogo.

É importante destacar a Jornada Mundial de Oração pela Paz realizada no dia 27 de outubro de 1986, em Assis, que foi um marco importante no caminho da Igreja, no que tange ao diálogo inter-religioso. Essa jornada foi uma iniciativa de João Paulo II, tendo como motivação “o compromisso com a paz, o papel das religiões como meios para captar o divino, o fim do exclusivismo, e o compromisso com o diálogo inter-religioso” (SILVA, 2006, p. 282) O Encontro de Assis tornou-se, de fato, um acontecimento importante na aproximação das religiões, podendo-se salientar a afetividade e a alegria de querer conhecer o outro de modo recíproco. O Encontro demonstrou, também, que a missão vai além da própria evangelização e do surgimento de novas comunidades cristãs e que esta missão é ser fermento dos valores evangélicos, convocando os seus participantes a serem promotores do Reino de Deus, que já se encontra presente não somente na Igreja, mas também além das fronteiras visíveis, e alcançará a sua plenitude na escatologia. (SILVA, 2006, p. 287)

As viagens de João Paulo II propiciaram uma experiência evangelizadora que fez acontecer proximidade e, ao mesmo tempo, suscitou todos a vivenciar uma realidade relacional nova com outras crenças ou religiões. A atuação do Espírito vai além do campo individual, envolvendo, assim, as tradições religiosas. Nessa presença do Espírito não pode existir limites de tempo ou espaço. É ele que “sopra onde quer” (cf, Jo 3,8) (CAPELLO, 2005, p.52). O espírito desse diálogo traduz-se por “uma atitude de respeito e de amizade, que penetra em todas as atividades que constituem a missão evangelizadora da Igreja”. (DA. n.9)

Dupuis, (2002, p. 72), referindo-se a Declaração *Nostra Aetate*, afirma:

Para estabelecer o fundamento das «relações da Igreja com as religiões não cristãs» e, em particular, o do diálogo inter-religioso, a declaração *Nostra aetate* do Concílio Vaticano II afirmava que «todos os povos formam (...) uma só comunidade; têm uma só origem, pois Deus fez habitar toda a raça humana à face da terra; têm também um único fim último, Deus, cuja Providência, testemunhos de bondade e desígnios de salvação se estendem a todos» (n. 1). O diálogo, portanto, deve ser instaurado sobre um duplo fundamento: a comunidade que tem a sua origem em Deus através da criação, e o seu destino n' Ele por meio da salvação em Jesus Cristo. Nada se diz a respeito da presença e ação do Espírito de Deus atuante em todos os homens e em todas as tradições religiosas. (DUPUIS, 2002, p. 72)

Há várias décadas que Jesus Cristo, Reino de Deus e Igreja eram pensados e vistos como sendo um, não se fazia distinção entre eles. Diante do diálogo inter-religioso, faz-se necessário repensar esta ideia, como também deixar evidente qual a função da Igreja, assim como qual a sua relação com o Reino de Deus e com a pessoa de Jesus Cristo. A Igreja não é o alicerce para o diálogo, mas é expressão do cristianismo, devendo ter como caminho a disposição para o diálogo com os seus e com outras crenças. Essa disposição exigirá uma busca de instrumentos apropriados sob a orientação de uma teologia que incentive e que entusiasme o processo dialogal. Segundo Drubi (2008, p.137), o diálogo inter-religioso necessita de um ponto de partida, sendo este o Reino de Deus, o que ele denomina de perspectiva reinocêntrica. Esse Reino só pode ser compreendido a partir da pessoa de Jesus Cristo, estando intrinsecamente relacionado a sua vida, as suas palavras e atitudes. A vida de Jesus é o Reino de Deus.

De acordo com o entendimento de Boff (1972, p. 26), o Reino de Deus não está restrito a conceitos estagnados, mas inserido em uma dinâmica pessoal-histórica, ou melhor, discorre sobre a realidade histórica de Jesus em conexão com a cristologia que tem como fundamento apresentar ou passar adiante aquilo que aflorou em Jesus. Este aflorar em Jesus foi a imediatez do próprio Deus. Percebe-se a cristologia como uma estrutura de continuidade que une o Cristo da fé à história, à vida das pessoas, não a partir de uma visão religiosa limitada, porém como a concepção da humanização do mundo.

Conforme Sobrino (1994, p. 110), a concepção sobre o Reino de Deus não é novidade nas palavras de Jesus. Ele abraça este conceito, porém, o que se tem de novo é a centralidade da sua existência e da sua missão no Reino. Toda atuação de Jesus está voltada sobre a expressão Reino de Deus, sendo esta expressão uma definição apocalíptica tardia, já que a relação de Javé com a realeza é algo frequente no Antigo Testamento e, predominantemente, nos salmos e liturgias. A terminologia Reino de Deus não é originária de Israel, pois já existia no antigo oriente, porém, para o povo de Israel desponta a noção de um Deus rei, alicerçado

pela fé de que é um Deus que atua na história, Cabe, também, mencionar algumas diferenças que existem na definição de Reino ou Reinado, como descreve Segundo (1997, p. 147):

‘Reino’ é, por assim dizer, um sistema abstrato, um sistema de autoridade. Em compensação, ‘reinado’, é essa mesma autoridade concretamente exercida. Em outras palavras, ‘reinado de Deus’ nunca poderá significar um fim, mas o início de uma situação prolongada na história.

Jesus se inclui nesta perspectiva de continuidade da história da salvação, recuperando a tradição da fé de Israel e assumindo para si o conceito de Reino de Deus. A construção do Reino ocorrerá na história através da prática do seguimento a Jesus: “a maior realização possível do Reino de Deus na história é que os verdadeiros seguidores devem prosseguir” (SOBRINO, 2008, p. 137). Por isso, para compreender o Reino é necessário ir ao encontro de Jesus, para conhecer Jesus é fundamental ir ao Reino de Deus e para ir ao encontro do outro é primordial vivenciar a prática de Jesus: “Jesus não apenas anuncia o Reino antes que chegue: prepara-o”. (SEGUNDO, 1997, p. 167)

Diante deste contexto, entende-se que o diálogo inter-religioso traz em si uma pluralidade de experiências de fé, nas quais os contextos culturais e religiosos devem ser observados, tendo consciência de que o absoluto é o caminho indicado por Jesus: o do Reino de Deus. “O diálogo inter-religioso é uma perspectiva preferencial, ‘reinocêntrica’, porque o Reino de Deus é o centro da vida e da missão de Jesus” (CAPELLO, 2005, p.76). O Reino de Deus torna-se o fundamento mais intenso no diálogo entre cristãos e não cristãos. Ao olhar os evangelhos, constata-se que o Reino de Deus se encontra presente nas palavras, na vida, na missão e na própria ação de Jesus. Cita Capello (2005, p.77): “A obra de Dupuis aponta para algo maior: o diálogo é essencial; o Reino de Deus é fundamental”.

Dupuis apresenta uma proposta que tenta buscar e assegurar uma distância do absolutismo e do relativismo. Com essa ideia, traz a perspectiva de proteção e ao mesmo tempo a seriedade para com o pluralismo religioso, compreendido como princípio, porque se fundamenta na imensidão de um Deus que é amor e se apresenta inserido no desígnio de Deus para a salvação da humanidade. Constitui-se, em um convite, à afirmação da identidade cristã e ao reconhecimento legítimo da identidade de outras tradições religiosas. (DUPUIS, 2004, p.319)

Este entendimento faz surgir um novo horizonte, em que todos os seguidores do Cristo são convidados não só a vivenciar, mas também a acolher esta abertura ao diálogo, com o desejo e a disponibilidade de exercitarem a fé, não só com palavras, mas com ações. Logo,

conforme afirma o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, Diálogo e Anúncio - DA, “vão acolher os frutos do diálogo. Assim, descobrirão tudo aquilo que a ação de Deus, através de Jesus Cristo e do seu Espírito, realizou e continua realizando no mundo e na humanidade inteira” (DA, n.50). Voltado para esta realidade, o documento Diálogo e Missão (n.42) menciona:

Voltamos também o nosso pensamento para todos os que reconhecem Deus e guardam nas suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo franco nos leve a todos a receber com fidelidade os impulsos do Espírito e a segui-lo com entusiasmo.

Sem nenhum intuito de diminuir a fé, acredita-se no diálogo e no seu aprofundamento, possibilitando uma abertura ao mistério de Deus, e descobrindo, com maior profundidade, determinados aspectos ou dimensões deste mistério, que estão ocultos em cada realidade religiosa (DUPUIS, 2004, p. 319). A missão agora não almeja a conquista, pois o grande propósito é compartilhar, oferecer e receber. Deste modo, segundo Vigil (2008, p. 139), deve-se reconhecer que a missão é

[...] para anunciar, mas também para receber o anúncio dos outros; para levar a Boa-Notícia, mas também para receber as Boas Notícias dos outros; para plenificar os outros, mas também para deixar que os demais nos plenifiquem. Não uma missão para estender e implantar a Igreja, mas para enriquecê-la compartilhando – dando e recebendo – as riquezas religiosas dos povos.

Toda a ação de Jesus Cristo e sua própria vida têm como temática central o Reino de Deus. Todos são chamados a trabalhar sem distinção de classe, etnia e religião na construção do Reino de Deus, pois todos são filhos do mesmo Pai. O empenho é necessário na grande peregrinação ao encontro de Deus que é Pai de todos. Compreender o Reino de Deus, como sendo universal, é o ponto central da argumentação de Dupuis. Esta ótica é aceita por alguns teólogos das últimas décadas³, porque, a partir do Concílio Vaticano II, essa universalidade é inclusiva e, ao mesmo tempo, essencial na certeza que não há outros para serem incluídos, pois todos participam deste Reino. Dupuis certifica que a Universalidade do Reino “consiste

³ “O debate sobre a aceitação definitiva de um pluralismo de princípio diverge opiniões no universo da teologia. Entre os teólogos que defendem essa corrente, é possível encontrar grandes nomes como E. Schillebeeckx, M. Amaladoss, Roger Haight e Geffré”. (LIMA, 2014, p. 63)

Para o teólogo brasileiro Mário de França Miranda, defensor de um pluralismo de fato, esse debate é secundário, visto que as religiões “não estão aí para completar o que faltou em Jesus Cristo, mas sim o que falta em nossa apropriação desta verdade última sobre Deus e sobre nós, que é inevitavelmente contextualizada e histórica”. (MIRANDA, 2002, *apud* LIMA, 2014, p. 63)

no fato de que os cristãos e os outros partilham o mesmo mistério da salvação em Jesus Cristo, embora tal mistério chegue até eles por caminhos diferentes”. (DUPUIS, 1999, p.472)

O Papa Francisco, na Audiência Geral Inter-Religiosa, por ocasião do cinquentenário da promulgação da declaração conciliar “*Nostra Aetate*”, afirma:

O Concílio Vaticano II foi um tempo extraordinário de reflexão, diálogo e oração para renovar o olhar da Igreja católica sobre si mesma e sobre o mundo. Uma leitura dos sinais dos tempos em vista de uma atualização orientada por uma fidelidade dupla: fidelidade à tradição eclesial e fidelidade à história dos homens e das mulheres do nosso tempo. Com efeito Deus, que se revelou na criação e na história, que falou por meio dos profetas e ultimamente no seu Filho que se fez homem (cf. Hb 1, 1), dirige-se ao coração e ao espírito de cada ser humano que procura a verdade e os modos para a pôr em prática. (FRANCISCO, 2015)

O Reino de Deus alcança a todos, e essa universalidade alicerça o argumento teológico, tornando-se, assim, incentivo à realidade do diálogo inter-religioso. A fé e a conversão serão as exigências para os convidados que irão participar do Reino. Não há um espaço limitado, pois a participação será a partir da conversão. A partir desta realidade escatológica, o Reino de Deus torna-se concreto no mundo a todos, não existindo excluídos. Aqui se pode lembrar que, na ressurreição de Cristo, não existe privilegiados, todos são incluídos. (DRUBI, 2008, p.136)

Dessa maneira, as tradições religiosas convergem para uma realidade escatológica, o Reino de Deus em toda sua plenitude. Por essa realidade, tão óbvia e ao mesmo tempo tão distante, o diálogo inter-religioso, nos dias atuais, é uma urgência, uma necessidade, indo além de possibilidades. Esse diálogo entre as tradições religiosas corrobora para a construção do Reino de Deus. Todos serão partícipes nesta construção da realidade do Reino de Deus, acontecendo a reciprocidade e a partilha de valores salvíficos, que Dupuis chama interação dinâmica na qual todos se enriquecem, inclusive o cristianismo (DRUBI, 2008, p.136). A humanidade faz parte desse Reino. O Reino encontra-se em todos, é para todos e é com todos, ao mesmo tempo em que se dá nas particularidades de todos. O Espírito de Deus age em todos os espaços, logo, exhibe-se a presença do Pai e a presença do Filho. (DRUBI, 2008, p.150)

2 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E SUAS EXIGÊNCIAS

Almejar a unidade que tenha como cuidado a preservação e a guarda da diferença e da liberdade só será possível por meio do diálogo, que deve ser verdadeiro, e que se dá pelo encontro de pessoas que trazem em si a capacidade de se colocarem no lugar do outro na relação interpessoal, com respeito e reciprocidade, na certeza de que um e outro tem a sua identidade. A partir desta ação continuada dialogal, ambos vivenciarão e farão festa pelo reconhecimento da individualidade e da liberdade num processo de enriquecimento da alteridade. O ser humano se faz na relação com ele e na relação com o outro, tornando-se impossível vê-lo fora desta realidade. (TEIXEIRA, 2014, p.67)

O diálogo faz parte essencial da vida humana. O relacionamento entre duas pessoas ocorre através do encontro, quando ambos crescem e alcançam maturidade na sua identidade. No contexto dialogal, a reciprocidade é um dos requisitos para a dinâmica relacional, onde não só aquilo que é comum, mas também as diferenças possibilitam um crescimento, a partir da escuta mútua, favorecendo o diálogo no qual os interlocutores não se cansam de se relacionar. (TEIXEIRA, 2014, p.68)

Esta disposição dialogal, quando firmada num solo de identidade, evita os riscos do indiferentismo e do relativismo, sem, entretanto, cair na rigidez da ortodoxia, sensibilizando para a relatividade de todos os absolutismos humanos e aguçando a vontade de uma melhor e mais fraterna coexistência entre as religiões. (TEIXEIRA, 1993, p.213)

A palavra diálogo está alicerçada na etimologia grega e nela encontram-se duas palavras: dia e logos. O logos com vários significados, apresentando, em si, a capacidade do homem de pensar e raciocinar. O dia traz, em si, uma dupla ideia, faz referência ao que separa e divide, e à superação de um limite. É algo intrínseco do diálogo à procura de uma unidade no intuito de proteger a diferença e a liberdade. (TEIXEIRA, 2008b, p.124)

O diálogo inter-religioso é uma das formas da práxis dialogal que tem como uma de suas particularidades a relação entre membros de diferentes religiões, que estão abertos a outras tradições religiosas rodeados de um entendimento mútuo e de um recíproco enriquecimento. Falar desse entendimento é tomar consciência de que o outro é diferente. Nessa diferença haverá a consciência de que não se perderá, nem se exigirá as convicções fundamentais, tendo como ponto de partida o outro, abrindo espaço para o desenvolvimento

recíproco, no qual a transformação acontecerá dentro de uma disposição espontânea (TEIXEIRA, 2014, p.69). Francisco (2015) assegura que o respeito recíproco é a condição necessária para a concretização do diálogo inter-religioso:

O diálogo de que temos necessidade não pode deixar de ser aberto e respeitoso, pois só assim se revela fecundo. O respeito recíproco é condição e, ao mesmo tempo, finalidade do diálogo inter-religioso: respeitar o direito dos outros à vida, à integridade física, às liberdades fundamentais, ou seja, de consciência, de pensamento, de expressão e de religião.

A relação entre tradições religiosas que se propõem a partilhar, a experimentar e a conhecer o outro é fruto da implantação do novo diálogo, o inter-religioso. A sua implantação tem como meta a exclusão do preconceito fazendo surgir vontade de aprender com a diferença num processo de respeito e de acolhimento ao outro. Entende-se que esse diálogo ocorre entre pessoas que vivenciam sua fé e que já possuem a sua identidade, porém, com uma disposição de crescimento com as diferenças. O diálogo fará acontecer uma experiência de fronteira. Essa experiência será inquietante quando ocorrer a provocação do conhecer-se para conhecer o outro. O diferente que estava distante está agora próximo e possível. (TEIXEIRA, 2014, p.69). Segundo Aragão (2011, p.43), o caminho para o diálogo perpassa a experiência com o divino, favorecendo o encontro e o compromisso com o outro.

O ponto comum, portanto, para o diálogo, é a experiência da vida e do sagrado – do Deus da Vida que está diante de todas as tradições – assim como ele é vivenciado em cada religião ou cultura. O chamado é, sempre e para todos, rumo a novas imagens a serem construídas em comum. Ao mesmo tempo, espera-se que o respeito e aceitação mútua propiciem um encontro e um compromisso no terreno comum da defesa dos direitos dos mais pobres, da paz mundial, do combate à fome e à pobreza, da recuperação da terra exaurida, da integridade da criação.

A presença deste diálogo inter-religioso possibilita um novo crescimento. A diferença não é mais ameaça, mas possibilidades para a maturidade e implicará às tradições religiosas almejarem a afirmação de sua identidade. Panikkar menciona que “aquele que não conhece, senão sua própria religião, não a conhece verdadeiramente. É necessário que se conheça, ao menos, outra religião diversa para poder situar em verdade o conhecimento profundo da religião professada” (PANIKKAR, 1998, p. 74 apud TEIXEIRA, 2014, pp. 69-70). Fica difícil o entendimento de uma tradição caso não aconteça a abertura ao diálogo com outras tradições religiosas, ou melhor, o diálogo inter-religioso. Este diálogo exigirá uma transformação no espaço do outro. Talvez seja

O pluralismo religioso é um acolhimento à vontade de Deus. Diante desta realidade, o diálogo inter-religioso tem a sua autenticidade no reconhecimento deste pluralismo, tendo como argumento que “não é justo afirmar que somente uma religião é verdadeira e as demais são decadência, pois todas revelam algo do mistério de Deus e as muitas formas de caminharmos em fidelidade e amor na direção de Deus” (BOFF, 2006, p.12). Os meios que nos aproximam ou nos conduzem a Deus permanecerão sendo mistério. Por isso, é necessário demonstrar que o pluralismo religioso é uma nova maneira de pensar e de agir na qual a diferença é vista e respeitada, edificando, assim, identidades. (TEIXEIRA, 2014, p.71)

Na carta apostólica Novo Millenio Ineunte - MI, o Papa João Paulo II (2000, n.56) destaca o grande desafio do diálogo inter-religioso:

Mas, o diálogo não pode ser fundado sobre o indiferentismo religioso, e nós, cristãos, temos a obrigação de realizá-lo, dando testemunho completo da esperança que há em nós (cf. 1 Pd 3,15). Não devemos ter medo que possa constituir ofensa à identidade de outrem aquilo que é, inversamente, anúncio jubiloso de um dom, que se destina a todos e, por conseguinte, há de ser proposto a todos com o maior respeito da liberdade de cada um: o dom da revelação do Deus-Amor, que « amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único » (Jo 3,16). Nada disto, como ainda recentemente foi sublinhado pela Declaração Dominus Iesus, pode ser objeto duma espécie de negociação dialogada, como se se tratasse duma simples opinião. Para nós, ao contrário, é graça que nos enche de alegria, é notícia que temos o dever de anunciar.

O diálogo é, não só, constituinte, mas construtor do humano. Segundo Buber, o ser humano é ser dialogante por natureza, construindo-se na relação com o outro, na intersubjetividade, vivendo um “movimento básico dialógico [...] no voltar-se-para-o-outro”, mas podendo também negá-lo, através de um “movimento básico monológico [...] o dobrar-se-em-si-mesmo” (BUBER, 1982, pp. 56-57). Diante do risco de dobrar-se em si mesmo, fica evidente a existência de obstáculos ao diálogo. O documento Diálogo e Anúncio - DA apresenta alguns desses obstáculos:

- a) Uma fé escassamente enraizada.
- b) Um conhecimento e uma compreensão insuficientes do credo e das práticas das outras religiões levam a uma falta de apreço do seu significado e, por vezes também, a interpretações erradas.
- c) As diferenças culturais que surgem dos níveis diversos de instrução ou do uso de línguas diferentes.
- d) Fatores sociopolíticos ou certos pesos do passado.
- e) Uma compreensão errônea do significado de termos como conversão, batismo, diálogo etc.
- f) Autossuficiência, falta de abertura, que levam a atitudes defensivas ou agressivas.
- g) A falta de convicção acerca do valor do diálogo inter-religioso, que alguns podem considerar como uma tarefa reservada a especialistas e outros como um sinal de fraqueza ou até de traição à fé.

- h) A suspeita das motivações dos parceiros para o diálogo.
- i) Um espírito polêmico, quando se exprimem convicções religiosas.
- j) A intolerância, com frequência agravada quando é associada a fatores políticos, econômicos, raciais e étnicos, e uma falta de reciprocidade no diálogo que pode levar à frustração.
- k) Certas características do atual clima religioso: o crescente materialismo, a indiferença religiosa e o multiplicar-se de seitas religiosas, que geram confusão e novos problemas. (DA, n.6)

Para que haja diálogo, devem ser superados esses obstáculos. Esse diálogo deve ter como base a interpretação da diferença, na qual haverá uma abertura para a convicção do outro de maneira desinteressada, de acordo com a crença professada de cada um, permitindo a entrada no espaço do outro com suas experiências. É evidente que este encontro estará revestido pela autenticidade do amor, da alteridade e pela certeza de que o outro está disposto a sentir e, ao mesmo tempo, compartilhar, de forma dialógica, suas experiências. Aqui surge uma outra realidade religiosa, Deus se apresentará com outro nome, através da vida e das experiências dos interlocutores, fazendo acontecer a partilha (CAPELLO, 2005, p.91). Em relação ao pluralismo cultural e religioso é importante destacar o que afirma João Paulo II (2000, n.55):

Na condição de um pluralismo cultural e religioso mais acentuado, como se prevê na sociedade do novo milênio, isso é importante até para criar uma segura premissa de paz e afastar o espectro funesto das guerras de religião que já cobriram de sangue muitos períodos na história da humanidade. O nome do único Deus deve tornar-se cada vez mais aquilo que é: um nome de paz, um imperativo de paz.

A partilha só será plausível dentro desta diferença, quando se compartilha o respeito ao motor do universo, que é a vida. A vida é o maior patrimônio do universo, e deve ser preservada, indo além de qualquer verdade e de qualquer salvação que se possa apresentar. Tudo se torna periférico diante da vida. É óbvio que se faz necessário a compreensão da crença do outro, tendo tolerância com as experiências diferentes das nossas, aprendendo com elas, até para que este momento seja de crescimento da própria experiência. Isto implica em um crescimento mútuo, levando o ser humano ao entendimento e à unidade. (CAPELLO, 2005, p.92)

Na tolerância, o direito de viver e conviver se apresenta de maneira enfática, tendo como exigência o respeito à diferença. Na natureza, por exemplo, os seres vivos são das mais variadas espécies e convivem comunicando-se e apresentando a esplêndida diversidade da vida (BOFF, 2015). “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós

também a eles. "(Mt 7,12). Esse preceito é evidente. É necessário ressaltar que se precisa estar atento a dois tipos de tolerância, uma que deve ser evitada e outra que deve ser incentivada:

É imperioso evitar a tolerância passiva, aquela atitude de quem aceita a existência com o outro não porque o deseje e veja algum valor nisso, mas porque não o consegue evitar. Há que se incentivar a tolerância ativa que consiste na coexistência, na atitude de quem positivamente convive com o outro porque tem respeito por ele e consegue ver os valores da diferença e assim pode se enriquecer. (BOFF, 2015)

É evidente que não há a pretensão de querer uma homogeneidade religiosa. O diálogo inter-religioso é a tolerância na diversidade de cultura e de religiões. No pluralismo religioso, com seus ritos e símbolos, busca-se um sentido para o mundo habitado onde tudo é uma grande missão (CAPELLO, 2005, p.92). Portanto, "do mesmo modo que o diálogo inter-religioso é um elemento da missão da Igreja, a proclamação da obra salvífica de Deus em Jesus Cristo Nosso Senhor é outro. Não se trata de escolher um e ignorar ou rejeitar o outro". (DA, n.6)

Na Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, o Papa João Paulo II (1995, n.36) tem como prioridade o comprometimento ecumênico, destacando que "o diálogo é a passagem obrigatória do caminho a percorrer para a autorrealização do homem, tanto do indivíduo como de cada comunidade humana". Nessa mesma carta, o Papa João Paulo II faz referência ao Papa Paulo VI, em *Ecclesiam Suam*, mencionando que o "diálogo não é apenas uma troca de ideias; de algum modo, é sempre um 'intercâmbio de dons' " (JOÃO PAULO, 1995, n.36). Com este pensamento, o diálogo será elemento gerador de uma prática relacional e libertadora diante de uma realidade mundial na qual as transformações, as dificuldades, os conflitos e os desafios são cada vez mais presentes. É óbvio que esta prática relacional e libertadora tem como objetivo a inclusão e o acolhimento de todo ser humano, também em sua dimensão religiosa fazendo acontecer o verdadeiro diálogo inter-religioso.

Esta prática dialogal distancia o ser humano da vontade de querer mudar o outro. O pluralismo religioso não deve provocar temor, apesar de que as dificuldades sempre existirão através das queixas, das reclamações e das condições de quem se utiliza da intimidação com o propósito de romper com o diálogo inter-religioso. Esse diálogo passar a existir,

[..] não para reduzir o outro, não para convencer de que está errado, mas para aprender com ele, num caminho novo. O diálogo é um ponto de luz, uma porta de saída para o impasse, um gesto solidário. E o centro do diálogo reside na acolhida, na beleza do rosto que contemplo, no olhar do outro que me indaga e me convida a mover os lábios. (LUCCHESI, 2014)

O diálogo inter-religioso traz em si uma peculiaridade, que é o compartilhar com o outro e com outras religiões as nossas experiências, cientes de que não somos superiores ao outro, tampouco as outras religiões, evitando o desrespeito e também ameaças ao outro. (CAPELLO, 2005, p.92)

A realidade atual é marcada pela rapidez dos meios de comunicação, as pessoas estão sempre em movimento, na procura de liberdade, surgindo uma nova consciência sobre a importância do plural e, de modo especial, o pluralismo religioso. As religiões já não conseguem se satisfazer só com o fato de existir e de sobreviver, buscam, também, uma renovação, tendo a função de formar e de informar seus fiéis, influenciando, assim, a vida de milhões de pessoas. Diante desta realidade, é inegável a importância do pluralismo religioso frente às tradições religiosas (DA, n.4). Dupuis (2002, p.69) expressa com clareza que, diante do pluralismo religioso, se faz necessário a presença do diálogo inter-religioso:

No presente contexto do pluralismo religioso, o diálogo inter-religioso tornou-se de primordial importância para a vida do mundo. Para que este diálogo possa ser frutuoso, é necessário que os cristãos tenham uma avaliação positiva das outras tradições religiosas. Impõe-se acrescentar que, na atual situação do mundo, o diálogo se torna ainda mais imperativo. Os recentes acontecimentos que sacudiram o mundo, e que continuam a perturbá-lo tão profundamente, são disso prova chocante. O mundo parece incapaz de manter a paz entre os povos: por outro lado, as religiões, que deveriam ser um elemento conducente à paz universal, foram as mais das vezes utilizadas ao longo da história para promover conflitos e guerras entre os povos.

Discorrendo ainda sobre a importância do diálogo inter-religioso, Geffré afirma ser este uma “aventura” e que não pode ser alicerçado em condições já existentes ou que venham a ser pré-fixadas porque o mesmo tem como base uma partilha da verdade. A humildade e a entrega fazem parte do diálogo e cada pessoa que participa é convocada a superar a sua ideia de verdade e fazer festa com a verdade maior. Essa verdade só será percebida dentro do diálogo onde as experiências individuais serão superadas. (GEFFRÉ, 1993, p.365 apud TEIXEIRA, 2012a, p.81)

É óbvio que o relacionamento com outras verdades será um favorecimento a um melhor entendimento da verdade professada. Dentro da origem vocacional do cristianismo, a alteridade é uma experiência que alcança o ápice do amor ao próximo, sendo essa não só dialogal, mas também a manifestação de Deus na vida do homem Jesus de Nazaré. O cristianismo encontra-se arraigado na particularidade histórica do homem Jesus de Nazaré em seu evento e traz em si a revelação de Deus como salvador absoluto (TEIXEIRA, 2012a, pp.81-82). Segundo Capello,

o evento histórico de Deus que se faz carne marca o mais profundo e decisivo envolvimento do próprio Deus nos destinos da humanidade; esse evento estabelece com a humanidade uma união que nunca poderá ser desatada. Tal evento, contudo, é marcado, necessária e irremediavelmente, pela particularidade de cada acontecimento histórico. Apesar do caráter “transistórico” da humanidade ressuscitada de Jesus, o evento está limitado pela sua inserção na história, sem a qual se veria desaparecer o seu significado peculiar e sua densidade. Portanto, ele é particular no tempo e também universal no significado; e, como tal, ‘singularmente único’ e, entretanto, em relação com todas as outras manifestações divinas à humanidade numa única história de salvação; ou seja: relacional. (CAPELLO, 2005, p.90)

O amor faz parte do ser humano, está inserido no seu ser. No anúncio do anjo Gabriel à Maria a humanidade é exaltada, abre-se a porta para o ser humano deparar-se com a sua própria plenitude. Um encontro que, segundo a fé cristã, dá-se na sua experiência histórico-redentora numa perspectiva de esperança escatológica. Esta revelação não está acabada, porque a dimensão absoluta só pode ser aplicada como apropriação a Deus enquanto realidade última ou ser infinito, por isso uma porta se abre para se encontrar Deus também fora de Jesus, na história do dia a dia e na pluralidade de religiões. (TEIXEIRA, 2012a, p.82)

É presente, na história, um Deus que salva e que ama a todos sem distinção, e ao mesmo tempo existe uma unidade entre criação, revelação e salvação. A salvação acontece em toda experiência de revelação e de co-criação quando reconhecemos um Deus que nos ama incondicionalmente e que é presença acolhedora e salvadora na história da humanidade. Aqui já existe abertura ao entendimento do diálogo inter-religioso, possibilitando um encontro entre as religiões. As religiões são reveladas quando reconhecem e acolhem a presença divina, onde não há exclusão de pessoas, culturas ou religiões, pois este mesmo Deus se revela a todos. Claro, que o ser humano é finito e histórico, com os seus limites. A partir desta ótica, o diálogo acontece de maneira espontânea, favorecendo, assim, a partilha de rostos diferentes de Deus (PANASIEWICZ, 2016, p.61-62). Para Arinze (2002), a religião apresenta duas dimensões:

Todas as religiões dignas deste nome ensinam o amor ao próximo. É verdade que a dimensão primeira da religião é vertical: atenção a Deus Criador, que há de receber a nossa adoração, louvor e ação de graças. Contudo, a dimensão horizontal da religião vem imediatamente depois e consiste em aceitar e respeitar as outras pessoas.

Toda criação de Deus é um ato de amor, logo, todas as criaturas estão inseridas nesse amor, por isso, não poderia impor uma realidade ao ser humano que não seja fruto da sua própria historicidade. A ação de Deus é livre e provoca liberdade. O que se espera do homem

é a compreensão e que o mesmo alcance a infinitude da criação. Esta aspiração de Deus que o ser humano alcance a intimidade com o divino e que viva esta comunhão já pode ser vivenciada de forma limitada, porém efetiva pelas religiões e, de maneira especial, pelas tradições religiosas, no diálogo inter-religioso. (PANASIEWICZ, 2016, p.61-62)

O esforço de cada interlocutor dentro do contexto do diálogo religioso será necessário a partir da consciência de que se deve escutar o outro, sendo esta escuta uma oportunidade para acolher e testemunhar. O cristianismo terá a sua oportunidade de apresentar o seu testemunho pela compreensão, tendo como modelo a encarnação e a revelação de Jesus Cristo. Atento de que não se deve excluir, impor e nem desrespeitar a história de cada tradição, porém dar garantia que seja um momento de partilha e respeito às diferenças e especificidades, pois Deus é a busca de todos. Esse mesmo Deus se apresenta como proposta que vai além do saber humano com suas limitações, numa compreensão do seu mistério na certeza de sua auto comunicação, sem, contudo, querer separar razão e fé, pois assim é possível obter um ganho maior. (PANASIEWICZ, 2016, p.61-62)

O diálogo inter-religioso quer ser uma realidade antecipada desta comunhão com o divino, sendo assim um compromisso missionário, no qual a partilha da experiência, das religiões e da humanidade, como um todo, ganha com esse encontro. A conquista desse diálogo pode ser o início de transformações sociais, fortalecimento das identidades religiosas e, ao mesmo tempo, a promoção da vida humana e do próprio planeta. (PANASIEWICZ, 2016, p.61-62)

Esse diálogo não tem como pretensão uma uniformidade no modo de agir. Torna-se impossível dialogar com realidades absolutamente idênticas. O diálogo é indispensável, e não será, com certeza, condição razoável. Ele sugere partilha de vida, conhecimento e uma vivência de comprometimento na fé com disponibilidade em querer aprender na diferença, exigindo dos participantes um envolvimento relacional concretizado por um espírito de abertura, de acolhimento e de escuta. Dessa forma, para que esse diálogo seja possível, serão apresentados alguns pontos fundamentais que poderão auxiliar na práxis dialogal (DUQUE, 2006, p.237). É o que se observa nas palavras de Francisco (2013, n.250):

Uma atitude de abertura, na verdade e no amor, deve caracterizar o diálogo com os crentes das religiões não-cristãs, apesar dos vários obstáculos e dificuldades, de modo particular os fundamentalismos de ambos os lados. Este diálogo inter-religioso é uma condição necessária para a paz no mundo e, por conseguinte, é um dever para os cristãos e também para outras comunidades religiosas. Este diálogo é, em primeiro lugar, uma conversa sobre a vida humana ou simplesmente – como propõem os Bispos da Índia – «estar aberto a eles, compartilhando as suas alegrias e penas.

Esse diálogo já é vivenciado, muito embora seja rejeitado e discriminado pela falta de respeito à diferença e à tolerância. Porém as religiões e a sociedade não deixarão de ser instrumento provocador para as pessoas, devendo ter como alicerce a “humildade, o reconhecimento do valor da alteridade, a fidelidade à tradição, a abertura à verdade e a capacidade de compaixão” (TEIXEIRA, 2003, p.27). Esses alicerces fazem-se necessários no relacionamento com a diferença.

Claude Geffré (2006) sugere pistas para um verdadeiro diálogo. Primeiramente, este diálogo tem por consistência o respeito ao outro na sua diferença. Trazer o outro para si reconhecendo-o na sua alteridade. O segundo elemento tem como implicação a conservação da identidade, ou melhor, ser fiel a si mesmo, pois caso os indivíduos do diálogo não se definam, o diálogo não existirá. Com isso, pode-se perceber que o primeiro e o segundo elementos estão interligados. Para ir ao encontro do outro é necessário ter identidade, favorecendo uma relação dialogal, corroborando, então, para o terceiro elemento, o qual busca um alicerce ou critério comum que ambos possam estar de acordo. (GEFFRÉ, 2006, p. 295 apud DUQUE, 2006, p.236-237)

Esse terceiro elemento é de fundamental importância. Caso não se tenha uma base comum, a diferença se converterá em indiferença e a própria identidade se tornará absoluta, por isso uma proposta difícil. Faz-se necessário uma verdade que possibilite uma relação dialogal e que essa relação se manifeste transcendendo os parceiros do diálogo. A própria relação dialogante é fruto dessa grande verdade que rodeia o homem na sua realidade social, pessoal e cultural. Será uma verdade vivenciada de fato em uma constante tensão entre a fidelidade à relação dialogal e a identidade religiosa. Toda dinâmica do diálogo aqui apresentada conduzirá à superação da violência, à construção da paz, à relação das pluralidades, porém não poderá ser um relativismo de convicções. (DUQUE, 2006, p.237)

2.1 A alegria de viver a humanidade– humildade

O diálogo inter-religioso é uma realidade não só desse século, mas também do passado, sendo uma opção construtiva diante do absolutismo e do fundamentalismo instaurados em muitas tradições religiosas, que provocam rivalidades e agressões. É importante lembrar que há religiões que por sua própria natureza não se dispõem ao verdadeiro diálogo, uma vez que esse traz questionamentos aos princípios religiosos e, ao mesmo tempo, uma reinterpretação das suas histórias. Portanto, é necessário afirmar que a exigência primária para que este diálogo aconteça é a humildade. Diante de qualquer diálogo,

a reciprocidade será presença, se opondo a uma realidade de que a superioridade seja absoluta ou fanática. (CORNILLE, 2008, p.161)

O conhecimento da própria tradição e o que se tem da outra tradição são imprescindíveis dentro do contexto da humildade (GRÜN, 2014, p.10). É também importante a aceitação dos seus limites, sobre o conhecimento da verdade por isso, é necessário um certo nível de humildade doutrinal. Esta humildade tem como definição uma relação com o Divino, é esta a fé em um Deus Criador, fonte de amor, de bondade e de verdade, que impede a vaidade do ser humano da autoglorificação. É constante, na Sagrada Escritura, a tensão entre humildade e obediência, desde a história de Adão e Eva, ou até mesmo o apelo de São Paulo: “Nada façais por espírito de partido ou vanglória, mas que a humildade vos ensine a considerar os outros superiores a vós mesmos” (Fl 2,3) (CORNILLE, 2008, p.162). Esta atitude de humildade tem provocado uma abertura maior para com as demais religiões e a razão para que esta aproximação aconteça é porque a humildade é uma escolha que alcança o outro. Este comportamento incentiva o fortalecimento da tradição religiosa, e, pelo fato de se abrir a uma outra verdade, a minha verdade encontra-se mais integrada e com um sentido maior. Ao mesmo tempo que a humildade é exigência primária para o diálogo, também é resultado do diálogo. (CORNILLE, 2008, p.162-163)

Atento a esta questão, Grün (2014, p.58), referindo-se a essa humildade, afirma que:

A humildade vem do respeito para com os outros, um respeito que sente o mistério de Deus nas pessoas. No que se refere aos nossos semelhantes, a humildade também é, portanto, o resultado de uma experiência de nossas próprias limitações, de nossa própria condição de pecadores e do mistério de Deus nos outros.

O diálogo traz como exigência, diante de qualquer situação ou acontecimento, uma disposição de entrega interior e, simultaneamente, uma abertura e um compromisso com o acolhimento, tendo como exigência o respeito ao outro que se aproxima, dando-lhe espaço para que apresente, não só a sua identidade pessoal, mas também suas confissões e valores. Há grupos que se negam a dialogar, eles são levados pela autossuficiência, pelo orgulho e até mesmo pelo absolutismo. Este sentimento de elevação torna-se um empecilho ao diálogo inter-religioso e só pode ser superado através da experiência fundamental da humildade. O diálogo tem os seus limites e é necessário perceber que há um mistério que incentiva o ser humano a ultrapassar todas as dificuldades que impedem a existência desse diálogo. (TEIXEIRA, 2008b, p.141)

O diálogo exige clareza sobre os limites, na medida em que se propõe a ter atitudes de acolhimento e de abertura, sendo instrumento de transformação pelo encontro. Nesse encontro, os interlocutores são provocados para que este espaço do diálogo aconteça, o que exigirá deles uma predisposição para a escuta que só será possível a partir do momento em que os interlocutores permitirem o esvaziamento de si. Por isso, a necessidade de um cuidado interior sem desespero, com um desejo intenso de criar espaços para o acolhimento, e que estes sejam livres. (TEIXEIRA, 2008b, p.142)

A sensibilidade dialogal do Papa Francisco fica evidenciada quando este coloca a humildade e a simplicidade como fundamentais para o exercício do diálogo. A sua alegria nos faz lembrar a *Lumen Gentium* (LG, n.48), onde a alegria cristã e escatológica não é uma alegria qualquer, pois o cristão tem motivos para se alegrar: o Senhor venceu a morte, já despontaram os últimos dias e já chegamos ao fim dos tempos. A Igreja é convidada, a partir desta alegria, a uma abertura e purificação. Quando esteve no Brasil, falando aos bispos, ele lembrou que não se deve afastar da simplicidade, caso contrário o ser humano se afastaria do mistério. A simplicidade é uma das linhas para entender e conviver com o desafio do diálogo inter-religioso. Não existe outro caminho para o diálogo a não ser os da humildade e simplicidade. Com esta atitude, o diálogo se manterá ligado à alteridade de Deus, e, por conseguinte, existirá uma constante disposição para abertura à pluralidade de itinerários que levam a Ele (TEIXEIRA, 2015, p.119-120). No *Diálogo e Anúncio* (DA, n.80) é o Espírito que convida e encoraja:

O Espírito convida-a [a Igreja] a encorajar todas as instituições e movimentos religiosos a encontrarem-se, a colaborarem e a purificarem-se, a fim de promoverem a verdade e a vida, a santidade e a justiça, o amor e a paz, dimensões daquele Reino que Cristo, no fim dos tempos, entregará a seu Pai (cf. 1Cor 15,24).

O Papa Francisco tem intensificado a cultura do encontro e se alguém lhe pede conselho, a resposta é: “diálogo, diálogo, diálogo” (TEIXEIRA, 2015, p.120). É nessa cultura de encontro ou troca de dons que é possível fazer progressos, e “através das diferentes fases do diálogo, os interlocutores poderão sentir necessidade de informar e ser informados, de dar e receber explicações, de se questionarem reciprocamente” (DA, n.82). O outro sempre nos surpreende ao se aproximar com sua atitude de abertura disponível e sem discriminação. Não é possível o futuro da sociedade sem o diálogo, suscitador da moral, que traz em si as riquezas culturais e as tradições religiosas e que, da mesma maneira, incentiva a Igreja a abrir as portas, assumindo o compromisso de se colocar numa atitude de escuta, de peregrinação com

os outros a procura de alegria, porém não deixando de evidenciar que a atitude mais evangélica para o diálogo é a humildade, a esperança e a alegria. (TEIXEIRA, 2015, p.120)

A abertura ao diálogo se fundamenta no respeito às diferenças, no acolhimento ao ser humano em todos os aspectos, não deixando de destacar o religioso (TEIXEIRA, 2015, p.120), portanto, “não é suficiente reiterar a diferença e abrir-se a elas, mas também é necessário afirmar a liberdade e a dignidade do outro” (MOLINER, 2011, p.129). A procura da verdade é um direito intrínseco ao ser humano. Essa procura nasce de uma necessidade de convivência pacífica em que a diferença enriquece e provoca a partilha entre as tradições religiosas, levando à valorização da dimensão religiosa na sociedade. (TEIXEIRA, 2015, p.120)

Ao considerar as reflexões anteriores, é de suma importância tornar evidente que a humildade exige prática e que essa prática cultiva atitudes que orientam e conduzem o ser humano ao diálogo com as outras tradições religiosas. São Bento (AQUINO, 2014) apresenta doze passos de humildade, que culminam em três passos da verdade, através dos quais as pessoas farão o encontro consigo mesmas, com o outro e com a sua realidade definitiva. Esses três passos serão apresentados a partir da ótica do diálogo inter-religioso (CORNILLE, 2008, p.162-163). O primeiro passo traz, como fundamento, o verdadeiro conhecimento. Por meio da humildade, é possível viver uma experiência de proximidade com Deus, e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para se conhecer e encontrar uma verdade sobre si, experiência essa em que as suas fraquezas são assumidas com todas as suas limitações (CORNILLE, 2008, p.162-163). “Esta consciência da ignorância está expressa na frase de Sócrates ‘Só sei que nada sei’ e é o que permite aqui aproximarmos a máxima do oráculo: ‘conhece-te a ti mesmo’, à figura de Sócrates”. (BRAZIL, 2012, p.30-45)

Grün (2014, p.39) conceitua a humildade nas relações humanas a partir do respeito, da aceitação e da valorização das pessoas, reconhecendo nas suas relações o mistério de Deus:

Nas relações humanas a humildade não consiste no ato de uma pessoa se humilhar e se diminuir diante de outra. Uma atitude assim pode ser uma forma de escapar dos conflitos e da responsabilidade. Muito mais que isso, nas relações humanas a humildade consiste em respeitarmos e aceitarmos as pessoas, em valorizá-las mais de que a nós mesmos, porque nelas reconhecemos o mistério de Deus, porque nós conscientes de nossas dolorosas limitações, de nossas fraquezas e nossa condição de pecadores, vemos nos outros a possibilidade de encontrar Deus e, por meio deles, ouvir o clamor de Deus.

O que impede o autoconhecimento é o orgulho, este impossibilita enxergar a si e ao outro, dificultando a relação dialogal. “O orgulho afasta as pessoas. O orgulhoso se considera

incomparável e único, despreza os outros e rejeita qualquer coisa que venha deles” (GRÜN, 2014, p.31). Portanto, ao apresentar uma atitude contrária, faz surgir a paciência, a abertura e a compreensão, que são ferramentas necessárias para o diálogo. Na humildade, o outro é visto e comparado consigo mesmo, o que representaria um avanço pessoal, uma correção a própria arrogância da autojustificação, que é empecilho ao diálogo, e que se tornou comportamento repetitivo de muitas tradições religiosas. (CORNILLE, 2008, p.171)

O segundo passo da verdade é o respeito à verdade do outro (CORNILLE, 2008, p.171). “Quanto mais as tradições, por meio de líderes e/ou de fiéis, se encontrarem, tanto mais possibilidades de respeito e acolhida mútua florescem” (PANASIEWICZ, 2003, p.40). A humildade é a guia do amor verdadeiro pelo outro, sem motivos, sem favores, sem vaidade, sem arrogância. A atitude é a de doação incondicional, porém a aptidão de empatia para com o outro ocorre não só no campo afetivo, mas também no campo do conhecimento. Tudo isso não implica um endosso a posição do outro, ciente de que todos somos limitados, porém, a compreensão de que o outro surge na vida por meio do amor, quebrando assim, as atitudes de inimizades e de desconfiança que fazem parte do contexto humano e religioso. (CORNILLE, 2008, p.171)

O terceiro e último passo da verdade é um convite para se chegar à verdade absoluta ou à verdade definitiva. Ao vencer os obstáculos anteriores que são da ignorância e fraqueza, é hora de chegar na exaltação da contemplação, que vai além das fronteiras, distante de qualquer conhecimento, alcançando o mistério da verdade, apontando que essa verdade vai além das percepções e confissões humanas. (CORNILLE, 2008, p.171)

Essa verdade absoluta só pode ser alcançada na medida em que se desapega das verdades finitas, e isto sugere um grau de humildade doutrinal, ou até mesmo o reconhecimento da limitação destas doutrinas por não conseguirem abranger esta verdade última. “Sem humildade, o homem acha que Deus está a seu serviço e quer dominá-lo por meio de seus esforços ascéticos” (GRÜN, 2014, p.46). Tudo isto é um incentivo para aqueles que estão comprometidos com o diálogo inter-religioso, na certeza de que destas reflexões abracem uma prática diária da humildade, em sintonia com a transcendência definitiva de Deus. É possível que se tenha uma vida exemplar, porém, sem a atitude do diálogo, torna-se impossível a proximidade e a abertura para com o outro, porque é a humildade que atravessa todas as práticas e ensinamentos religiosos, visando a uma abertura à verdade de outras tradições religiosas. (CORNILLE, 2008, p.172)

Assim como a missão de Jesus Cristo se define por sua humildade, a missão da Igreja se define de igual maneira. No Evangelho de João (cf. Jo 13,1-16) resta demonstrado que não

somos maiores que Jesus. Isto nos deve conduzir a uma atitude de obediência a Deus. Ao lavar os pés dos discípulos, Jesus não só estava dizendo que eles deveriam ser humildes no serviço cristão, mas que Ele mesmo, o Filho de Deus, era plena humildade na realização do seu serviço e missão. Ciente de que existem muitas compreensões com relação à humildade, seja na área teológica, como também na área da espiritualidade, é de fundamental importância salientar que o vigor da prática dialogal pautada sobre a humildade só será fecundo seguindo os passos do Mestre, sendo Ele o modelo por excelência, palavras e atitudes, na convicção de que, iluminado por esse amor divino, pode-se dar “um testemunho de proximidade que entranha proximidade afetuosa, escuta, humildade, solidariedade, compaixão, diálogo, reconciliação, compromisso com a justiça social e capacidade de compartilhar como Jesus fez.” (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007, n. 363)

2.2 O outro é importante – alteridade

O diálogo inter-religioso, à medida que entusiasma e motiva o recíproco entendimento na diversidade, não pode se fechar na identidade, negando a grande verdade que é a experiência com o outro. A abertura no reconhecimento de que essa verdade não é propriedade, nasce de uma prática dialogal comum onde a partilha e a busca perseverante são reais, sem a pretensão de desmerecer a fé, mas possibilitando a percepção e o fundamento de suas novas dimensões. Portanto, se alguém se torna dono da verdade, por si mesmo se basta. É óbvio que nenhum ser humano pode se satisfazer sozinho, ele se completa na comunhão com o outro e desta forma. (STURMER, 2016, p.57)

Knitter (2008, p.32), discorrendo sobre o tema da verdade, afirma que:

[...] para conhecer a verdade, temos de estar comprometidos com a prática de comunicação com os outros; isso quer dizer conversar realmente com pessoas que são, de modo significativo, diferentes de nós, e escutá-las. Se falarmos somente conosco mesmos ou com alguém de nosso próprio grupo natural, ou se há algumas pessoas que simplesmente excluimos de nosso convívio e com quem não conseguimos nos imaginar falando, então possivelmente nos alijamos da oportunidade de aprender algo que ainda não descobrimos.

A valorização da pluralidade religiosa se dá a partir do momento em que a mesma é construída na tolerância, na alteridade, ciente de que o outro deve ser respeitado na sua diferença e, até mesmo, nas suas práticas e experiências pastorais. Quando a tolerância, a

alteridade e o respeito são recíprocos o diálogo se edifica criando raízes. (TEIXEIRA, 2008b, p.142)

Na alteridade são evidenciadas duas maneiras de se relacionar. A primeira tem como fundamento a prática do conhecimento, a qual o indivíduo encontra-se sozinho, e a sua base é a sua liberdade. A segunda refere-se à prática moral, momento que o indivíduo questiona a sua liberdade. Esta moral se apresenta como acolhimento ao outro, sendo a responsabilidade, pelo outro, uma exigência e, portanto, a sua liberdade será submetida à responsabilidade. Colocar em prática a liberdade sem esta responsabilidade, ou melhor, sem a consciência moral, é exercer a irresponsabilidade. Quando a responsabilidade é exercida com consciência moral o outro não é só respeitado, mas é visto como outrem. (RECH, 2009, p.34)

Essa liberdade é a consequência da relação entre a vontade e a possibilidade. É o reconhecimento de que a liberdade não é só colocar em prática o que se deseja, mas também as realidades históricas e sociais são essenciais para que ela se realize. Portanto, a liberdade acontece no tempo, no espaço e na sua convivência com o outro, só podendo ser exercida com alteridade quando ocorrer a compreensão do outro e da própria realidade que o envolve. A verdadeira liberdade está voltada para o bem, para o cuidado, tendo como meta maior a multiplicação de vida e vida em abundância (cf. Jo 10,10). Na prática de sua liberdade, o indivíduo apresenta-se impulsionado a voltar-se para Deus, refazendo a sua aliança com o Divino, dando a sua vida um significado novo, dizendo para si mesmo que a vida é muito mais do que essa realidade, com uma visão transcendental e escatológica, intrínsecas no próprio ser humano. Essa transcendência é mostrada na capacidade do homem de se superar, de ultrapassar a realidade que se situa. É uma imersão na sua própria existência onde busca encontrar sentido, através da disponibilidade do serviço ao outro e à própria realidade em que se encontra. Essa disponibilidade será intensa e de fundamental importância para a sua vida, fazendo o tempo tornar-se kairológico. (GONCALVES, 2008, p.105)

Nesta relação, quando as duas experiências são inteiramente exercidas, - a experiência cognitiva e a experiência moral - o outro passa a ser mestre, aquele que ensina. O outro não é propriedade, ele é o próximo que exige respeito, pois o comprometimento da partilha se faz necessário. Este encontro relacional pode ser chamado ética da alteridade, momento que o eu e o outro se interpelam, agem, pensam, acolhem. Esta ética nasce da generosidade, da hospitalidade para com o outro, que se faz presente na relação dialogal. Em suma, ser ético é tornar-se plenamente responsável pelo outro, que tem direitos e deveres (RECH, 2009, p.37). A ética da alteridade está alicerçada na capacidade de o ser humano saber cuidar e lidar com o outro, aqui compreendido não só como o próximo ou como outro indivíduo, mas além dessa

realidade, como o desigual, o diferente, outras tradições religiosas, o oposto, o incomum, e que, na verdade, deve ser acolhido e respeitado em razão de suas peculiaridades. Seguindo esta perspectiva, Levinas (1988, p.26) menciona que:

O Outro metafísico é outro de uma alteridade que não é formal, de uma alteridade que não é um simples inverso da identidade, nem de uma alteridade feita de resistência ao Mesmo, mas de uma alteridade anterior a toda a iniciativa, a todo o imperialismo do Mesmo; outro de uma alteridade que não limita o Mesmo, porque nesse caso o Outro não seria rigorosamente Outro: pela comunidade da fronteira, seria, dentro do sistema, ainda o Mesmo. O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A coletividade em que eu digo 'tu' ou 'nós' não é um plural de 'eu'. Eu, tu, não são indivíduos de um conceito comum.

No acolhimento ao outro, exerço respeito à sua integridade, a sua crença, ao seu modo de ser e de agir, a sua expressão cultural e religiosa. O outro, ao ser presença viva para o eu, traz em si reflexo de diversidades religiosas tornando-se uma das indagações teológicas para a teologia hermenêutica e para a teologia moderna das tradições religiosas. O acolhimento a diversidade religiosa pelo diálogo inter-religioso está inserido na vida da Igreja e da sociedade. (RECH, 2009, p.38)

Logo, fica evidente que o verdadeiro diálogo entre tradições religiosas só poderá acontecer quando, de fato, o respeito existir diante da convicção religiosa do outro e do reconhecimento de que esta surge de uma experiência de revelação. Não é possível reduzir o outro, tampouco o mistério de sua crença. O interlocutor é uma herança do seu mistério que vai se revelando a cada instante, deixando transparecer um potencial novo que pode ser conquistado. O outro sempre será um mistério contínuo que se distancia de qualquer semelhança ou igualdade. É impossível tomar posse do outro, pois seria negar a sua individualidade ou singularidade, logo deixaria de ser outro. (TEIXEIRA, 2008b, p.142)

Dentro de um relacionamento negar a individualidade, negar a diferença é deixar-se levar pelo empobrecimento, pela solidão. Diante do tema da teologia do diálogo, Faustino Teixeira cita Bruno Forte afirmando que há três maneiras pelas quais a alteridade surge como lugar de encontro. A prática da maravilha (a admiração no outro que se apresenta), como sendo a primeira, dentro do contexto relacional, que revela o vigor e a surpresa, fazendo surgir da beleza do outro, impossibilitando qualquer posse ou domínio sobre o mesmo. A segunda prática é a da agonia, na qual cada um deverá exercer a superação dos limites e até mesmo das fronteiras da individualidade, a partir de um combate interior. A terceira prática é a ética, que traz em si o significado da existência para o outro, ao mesmo tempo em que o

convoca para caminhar juntos, na certeza de que cada um pode dar um pouco de si diante da realidade de dor no mundo. (TEIXEIRA, 2008b, p.143)

Na alteridade, a relação com o outro sempre evidencia o mistério. Na medida em que a relação com o outro vai surgindo, acontecendo, e aqui se enfatiza o mundo de uma tradição religiosa, através de seminários, congressos, reflexões, as diferenças vão sendo apresentadas. Por isso, o mistério aqui é o outro, que não só fascina, mas também emociona, e que não pode ser diminuído, tampouco explicado, lembrando que essa diferença não sufoca o diálogo, pelo contrário, provoca abertura, pois o outro permite ser encontrado no desejo profundo de se relacionar e crescer com esta diferença. É inegável que dentro da alteridade exige uma dinâmica que é vivenciada e experimentada por uma realidade de um mistério próprio e único: o outro. (TEIXEIRA, 2008b, p.144)

As surpresas virão em cada encontro quando esse for concretizado, deixando marcas que poderão transformar o presente e o futuro desta relação dialógica. O que surpreende o verdadeiro diálogo não é a alegria da prática do novo, porém a alegria do encontro com o outro que com suas diferenças não havia experimentado (TEIXEIRA, 2008b, p.144). É inegável que a diferença é uma intimidação e um desafio para o eu, porém, com a possibilidade da abertura ao diálogo, a diferença não destrói a identidade, mas traz em si a certeza de que essa identidade é um princípio da verdade dialógica. Sem identidade seria inviável o diálogo. Na diferença, ambos crescem e reafirmam a sua identidade através de uma adesão identitária de abertura à verdade, possibilitando que ambos, parceiros do diálogo, evitem o risco da absolutização do que é relativo. (STURMER, 2009, p. 55)

Reconhecer o valor da convicção do outro é possibilitar a realização do diálogo. Não seria correto restringir a presença e o falar de Deus só para algumas tradições religiosas. Exaltar a alteridade em sua mais profunda essência é reconhecer que o outro é outro (STURMER, 2009, p.55). Comprometer-se na escolha de auxiliar e cuidar do outro só é possível quando a diferença entre o eu e o outro são diminuídas, porém quando já existe abertura para o outro, essa diferença já não tem importância, surgindo o equilíbrio, a capacidade de olhar o horizonte e a alegria de poder experimentar “a vontade de viver, que constitui a essência de todas as coisas” (SCHOPENHAUER, 2004, p.398). É importante destacar que, atualmente, o reconhecimento e a admissibilidade do pluralismo religioso de direito e de princípio se impõem como componentes intransferíveis que desafiam todas as religiões ao exercício fundamental do diálogo. (STURMER, 2009, p.56)

Este pluralismo reconhece a diversidade que é real, valorizando aquilo que é específico de cada tradição religiosa. Por isso, a questão da pluralidade dialógica exigirá a

mútua conversão dos interlocutores, que implicará na apuração do gosto de Deus, lançando-se em um desafio que acompanha a alteridade (FORTE, 2003, p.35). Observa-se que poderá existir o risco das religiões se deixarem vencer pela tentação de querer buscar, de modo secreto ou publicamente, a conversão do mundo para si, levando a acharem que o diálogo seja a conversão. Converter não poderá ser a finalidade do processo dialogal, isso nada mais é do que interesse de religiões. Nesse momento, pode-se perder a alegria de dialogar, e “se alguma religião procurar converter é melhor fazê-lo diretamente sem tomar o diálogo como pretexto”. (COMBLIN, 2005, p.54)

É impossível aproximar-se ou até mesmo querer conhecer uma tradição religiosa se não for através do diálogo religioso, que tem como exigência uma abertura e uma conversão ao universo do outro. “No âmago do Evangelho de Jesus está o amor, reconhecido não apenas como revelação do rosto de Deus, mas também como dever prioritário nas relações com o próximo” (FORTE, 2003, p.35). Segundo Dupuis (2002, p.71), é necessária uma mútua conversão:

Que se entende, então, por mútua conversão? Esta conversão requer, antes de tudo, uma verdadeira «sim-patia» ou «em-patia», que nos ajudará a compreender os «outros» tal como se compreendem a si mesmos, e não como nós - frequentemente devido a tenazes preconceitos tradicionais - pensamos saber que eles são. O que se exige é um acolhimento sem restrições dos outros na sua diferença, na sua irreduzível identidade. O desafio, mas também a graça do diálogo inter-religioso, consiste nesse acolhimento dos outros nas suas diferenças.

A prática dialogal proporciona benefícios para todos os interlocutores. Estes benefícios são apresentados por meio da fé, experiências religiosas, testemunhos de vida, e poderão ser fontes de crescimento e de aprendizagem. Antes eram vistos como ameaças, agora são vistos como ganhos, tornando-se, assim, oportunidades e possibilidades para a limpeza de indagações que, na verdade, tem como objetivo denegrir a história do outro, ou quiçá, mudar o seu jeito de pensar. Os ganhos ou valores, advindos da prática dialogal, serão sempre uma surpresa para os interlocutores. (DUPUIS, 2002, p.81)

Os ganhos e os desafios são companheiros do diálogo. Este diálogo exigirá uma abertura ao outro e a Deus. Sendo assim, o diálogo não tende para a transformação das pessoas que participam da conversa de uma tradição para outra, tende para uma mudança intrínseca de um e outro a Deus. É este mesmo Deus que fala ao coração dos interlocutores, o espírito atua em todos. É Deus que convoca as pessoas para o encontro através do testemunho recíproco, conduzindo-as, neste encontro, a ser um sinal de amor e de acolhimento. Por isso, o

diálogo inter-religioso propicia e provoca a transformação própria dos interlocutores, na medida em que ambos se interpelam (DUPUIS, 2002, p.81). O diálogo visa, portanto, a “uma conversão mais profunda de todos para Deus” (DA, n.41), edificando, assim, a comunhão universal que marca o início do Reino querido e tão amado por Deus, o Reino de Deus. “É por isto que a Igreja mesma, ‘enquanto instituição humana e terrena’, e não só os seus membros, tem sempre necessidade de renovação e reforma.”. (DA, n.36)

2.3 Respeito às diferenças – compromisso identitário

Fica claro, a partir do que já foi apresentado, que os fundamentos para uma saudável convivência no diálogo religioso e humano, de um modo geral, são a humildade, a alteridade, o compromisso com o respeito a diferença, ao diálogo, a partilha prática e ética em prol da integridade, em relação aos grupos excluídos e distantes, que de uma forma, ou de outra, sofrem dominação por procurarem o bem comum. Estes grupos heterogêneos de distintas expressões religiosas, quando se aproximam, fazem acontecer de maneira real e espontânea a construção e a reconstrução de suas identidades e de princípios essenciais. (RIBEIRO, 2013, p.379)

A construção de uma verdadeira identidade tem como exigência o diálogo, principalmente diante da realidade cristã, ou melhor, da fé cristã, ou até mesmo no contexto do diálogo inter-religioso. Com isto, poderão surgir perguntas em torno da pessoa de Jesus Cristo: Qual o seu significado para os cristãos? Como entender a cristologia e colocá-la em prática neste mundo? Estes questionamentos poderão também ser feitos a outras tradições religiosas, e se tornariam fontes de colaboração para a sociedade, sendo as respostas alicerçadas com valores de justiça e paz, dentre outros. (RIBEIRO, 2013, p.379)

A comunhão pode vir a ser a grande proposta de todas as religiões, como resposta ao amor de Deus, por isso “a comunhão na realidade é, contudo, mais essencial e tem mais peso que as diferenças ao nível do sinal” (DUPUIS, 2002, p.75). Esta proposta só será possível a partir do momento em que a ideia de eleição ou de privilégio se afastarem do contexto das tradições religiosas, lembrando que o compromisso maior é a partilha da fé e da vida. Essa partilha possibilita a prática dialogal, na qual a humildade, a alteridade, o respeito tornar-se-ão realidades quebrando o distanciamento das religiões, favorecendo estar próximo do grande mistério que é Deus. Quando a comunhão é exercida, o acolhimento é real, e as tradições religiosas deixam de ser o centro e Deus volta ao seu lugar, sendo o centro primordial. (RIBEIRO, 2013, p. 367)

Este diálogo tem como finalidade a exclusão da exaltação da identidade com um fim em si mesma, assim como patrocina o entendimento da identidade de cada tradição ou de cada grupo. O enriquecimento das identidades acontece pelo encontro e pode se tornar ferramenta no processo de conversão tornando-se um compromisso com a prática religiosa. No diálogo é inegável que cada tradição deva ter a sua identidade aberta, com uma pré-disposição ao novo e às transformações. A relação dialogal exclui de maneira radical as identidades narcisistas, que nutrem amor excessivo a si mesmo, fechadas e negando os princípios da fé. Esta realidade de fechamento em si pode ser trabalhada pela própria religião, sem necessitar de um diálogo com outras denominações, onde a pergunta estaria voltada sobre a revelação de Deus. Será ela possuidora da salvação exclusiva ou portadora da revelação de Deus? A partir desta indagação, cada religião é convidada a descobrir que é um presente de Deus, de sua transcendência, e que é chamada a servir a humanidade. (RIBEIRO, 2013, p.379)

O respeito à identidade e as crenças são fundamentais. Como apresentar um itinerário teológico de inclusão aos cristãos e aos não cristãos sem que estes venham a ser discriminados por sua identidade e até mesmo obrigados a abandonar as suas crenças? Há várias propostas que sugerem subsídios para que a paz possa florescer e ser uma realidade. Para o teólogo Hans Kung (apud ZANUZZO, 2009, p.132-133) há três propostas. A primeira proposta é a convicção da fortaleza que justifica seus próprios atos, afirmando e reconhecendo que a sua religião é a verdadeira. Nessa proposta, o medo está presente e impede o dialogar e o relacionar-se, mantendo-se numa posição exclusivista e única. O absolutismo e a intolerância são realidades visíveis, que se apresentam através do desrespeito ao outro, não permitindo a si mesmo a oportunidade para o crescimento. (KUNG, 1993, p. 129 apud ZANUZZO, 2009, p.132-133)

A segunda proposta é a da harmonização, a qual cada tradição religiosa é verdadeira a sua maneira, sendo ignoradas as diferenças e até mesmo as contradições, colocando tudo no mesmo nível, negando a oportunidade de crescer com elas, tornando-se uma mistura de ideologias e de convicções religiosas (ZANUZZO, 2009, p.133). “Uma aproximação aberta e positiva às outras tradições religiosas não autoriza, portanto, a fechar os olhos perante as contradições que possam existir entre elas e a revelação cristã” (DA, n.31). Se o absolutismo deve ser evitado, o mesmo se dá também com o relativismo. A última proposta é a do abraço, onde uma religião é verdadeira e as outras estão inseridas nela pela história, é defendida por cristãos e não cristãos e tem por objetivo a integração de todas as religiões almejando a tão sonhada paz. Nessa proposta, a conquista se faz pelo abraço como um ato generoso, inclusivista e tolerante, que, na verdade, se mostra muito frágil. (ZANUZZO, 2009, p.133)

Ao se deparar com estas propostas, Hans Küng apresenta uma autocrítica, onde se admite que cada tradição religiosa tem o seu valor e a sua verdade, porém não se pode negar as fragilidades provocadas pela vaidade do ser humano, por isso a necessidade das pessoas olharem para a sua história onde existem falhas e culpas. Esse olhar facilitará a tradição religiosa ver ou rever a sua origem, e procurar os seus critérios internos e atuais para discernir qual a sua verdade e encontrar a sua identidade real. Na procura do diálogo, com a sua identidade clara, os critérios não serão aplicados com grande intensidade, pelo contrário, será natural, respeitando a outra crença. Não é negar a sua identidade. Fica irrealizável um diálogo no qual uma religião se apegue aos seus critérios de verdade, afirmando que só estes são verdadeiros. Pode-se afirmar que este diálogo já estaria sem sentido e ao mesmo tempo fracassado (ZANUZZO, 2009, p.134). Tal pensamento fica evidenciado no documento Diálogo e Anúncio (n.32):

Isto significa, portanto que, embora entrando com um espírito aberto no diálogo com os membros das outras tradições religiosas, os cristãos podem também questioná-los, num espírito pacífico, sobre o conteúdo de seus credos. Mas os próprios cristãos devem aceitar, por sua vez, serem questionados. De fato, apesar da plenitude da revelação de Deus em Jesus Cristo, algumas vezes o modo como os cristãos compreendem a própria religião e a vivem pode ter necessidade de purificação.

Os conflitos, as indiferenças e os distanciamentos religiosos são permanentes. Porém, surge uma nova esperança: religiões que permitem encontrarem-se, empecilhos que antes eram motivos de exclusão, agora são oportunidades para um novo olhar. Num olhar voltado para a humanidade, todos podem se relacionar e se ver. Com esta nova ótica, surge um novo horizonte para o diálogo. Torna-se difícil apresentar Deus, se não há silêncio interior e exterior. Sentir um Deus que nos ama e que nos convoca a viver esse amor, deixando transparecer que esse Deus não está algemado à crença ou a tradições religiosas. Onde podemos encontrar Deus? No encontro com o outro e diante de todos os fatos e acontecimentos da vida. Esta experiência só será possível pela abertura do coração ao mistério divino. (RIBEIRO, 2013, p.369)

O desafio é imenso frente à construção da identidade cristã ou de outras tradições religiosas, dentro de um contexto plural em um mundo marcado pela globalização, construir uma identidade diante do outro que seja capaz de experimentar o divino. Salientando que, no processo de construção da própria identidade, se exigirá o respeito pelo “tu” em sua diferença, o reconhecimento do “tu” vai exigir que o “eu” seja fiel a si mesmo, a sua própria identidade cultural e religiosa e a edificação da própria identidade não pode ser feita a partir de

enunciados teológicos ou fórmulas dogmáticas, mas a partir de expressões que venham significar a vida de uma comunidade de fé, em que o “eu” e o “tu” se relacionam nesta relação com Deus, sem a pretensão de ser dono da verdade. Nesta perspectiva, se vê a possibilidade da edificação de uma identidade que se abre para o diálogo com o diferente, com o próximo que não comunga a mesma crença, mas que deve ser acolhido, tornando-se uma oportunidade para o enriquecimento da própria identidade. (SALLES, 2008, p.125)

Neste momento, se evidencia que a construção da identidade demandará uma relação com o outro, que diante da sua alteridade e diferença, acontecerá o convite para uma peregrinação sem planejamento e com possibilidades de novas e permanentes explicações. O que define essa construção de identidade é o despojamento em querer caminhar, se dispor a mudar de sentido e direção, ou seja, o outro que vem ao meu encontro e o “eu” que vai ao encontro do outro, propiciando uma realidade de valores, aonde todos vão se beneficiar, vendo a sua identidade pessoal, com o propósito de que ela tenha um significado para si mesmo e para os outros. (SALLES, 2008, p.124)

Tudo isto se tornará realidade na medida em que o outro é visto como semelhante que sai de si mesmo, e que a diferença e a alteridade não venham a ser embaraçadas. O outro sempre será o outro, antes de qualquer coisa. Só o semelhante é capaz de se apresentar como outro para mim. A narrativa bíblica: “Eis, desta vez, osso dos meus ossos, carne da minha carne” (Gn 2, 23a), destaca a exaltação ao semelhante, a alteridade, só depois que se observa a diferença, como sendo o outro: “ela se chamará humana, pois do humano foi tirada” (Gn 2, 23b). É necessário lembrar que esta ida ao encontro do outro é marcada pela limitação, pela fragilidade da própria natureza humana, que pode se tornar um risco para o egocentrismo. “O egocentrismo nunca é princípio hermenêutico cristão, e menos é o egoísmo. Com certeza é o amor.” (SOBRINO, 2000, p.74). Mas essa fragilidade não é um impedimento e nem um defeito da criação, caso contrário seria necessário a procura de identidade além da nossa própria história humana. É preciso entender que a:

[...] perfeição, ligada à construção da própria identidade deve ser entendida muito mais no sentido utilizado no grego neotestamentário, para o qual perfeição (teleiosis) tem a ver com fim (telos), com ir até o fim, de amar até o fim, da vida e das próprias possibilidades, em um contínuo processo de interpretação da própria existência. (SALLES, 2008, p.124)

É indispensável lembrar que a relacionalidade só será prática no cotidiano se cada um tomar consciência de que é ser humano e também da humanidade do outro, e isto dependerá da transformação pessoal, saindo de um fechamento em si para uma abertura à humildade e à

alteridade. Fica difícil se abrir ao outro se não estou disposto a responder às suas necessidades. Quando não respondo, não é celebrado o relacionamento, dando existência a uma relação desumanizante, deixando de ver a minha identidade negando a identidade do outro (Deus, homem, mulher, filhos, filhas, etc.), afirmando uma identidade fechada, que tem, como fim, a morte do outro e a morte da própria criação. Como afirma Alfonso Garcia Rubio (2006, p.36):

Fechado em si mesmo, o ser humano coisifica e instrumentaliza todo tipo de relação. Se for uma pessoa religiosa, aceitará Deus só na medida em que este responde à sua expectativa. Utiliza o divino apenas para o interesse próprio, tal como utiliza as relações com os seres humanos.

A superação é da subjetividade fechada, provocadora de relações que excluem que não reconhecem a diferença, mas vivenciar uma subjetividade capaz de colocar em prática a escuta, o acolhimento, sendo assim, no mundo, uma nova forma de ser gerador de vida, não dando lugar ao medo. Na relação com o Divino, o ser humano se abre para ser surpreendido, a cada momento pela novidade, acolhendo e fazendo um caminho ou percurso além do meu eu humano, evitando colocar Deus na mesma linha de perspectiva humana. Nesta relação, pode encontrar resposta às suas angústias, aos seus desejos e sonhos. Na relação com o outro - ser humano - esta abertura se faz necessária, reconhecendo que a diferença o torna humano ou mais humano (RUBIO, 2006, p.37-38). Cabe lembrar sempre, que a abertura ao outro é um dos aspectos mais importantes no processo de humanização e de enriquecimento da sua identidade, seja ela cristã ou não cristã. Portanto, enfatizar que “A liberdade, autonomia e auto finalidade da pessoa se realiza na relação, no diálogo, no encontro, na abertura aos outros seres pessoais. Sair de si para o encontro (em diversos níveis) é constitutivo da pessoa”. (RUBIO, 1989, p. 310)

Ao final deste capítulo, pode-se inferir que o diálogo é um modo de agir, uma atitude e um espírito que incentiva e aponta para um comportamento diferenciado. Este mesmo diálogo “Implica atenção, respeito e acolhimento para com o outro, a quem se reconhece espaço para a sua identidade pessoal, para as suas expressões, os seus valores” (DM, n.29). O diálogo é a regra, é a atitude fundamental para os cristãos e não cristãos, para aqueles que testemunham, que participam, que estão a serviço ou até mesmo aqueles que estão comprometidos diretamente com o anúncio dialogal, que trazem em si exigências humanitárias, revestidas de valores evangélicos.

O diálogo tem sua origem no encontro onde o falar e o escutar favorecem a reciprocidade e desta troca de pensamentos aparecerão os conceitos e as verdades. É a partir desta prática dialógica que o diálogo tornar-se-á realidade, onde o ser humano se propõe a falar e a escutar o próximo e a si mesmo, numa prática contínua (CÁRDIAS, 2012, p.2). É nesta prática que “o cristão alimenta normalmente no seu coração o desejo de partilhar a sua experiência de Cristo com o irmão de outra religião (cf. At 26,29; ES 46). É igualmente natural que o outro crente deseje algo semelhante”. (DM, n.40)

3 ACOLHIMENTO E ESCUTA - PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Há muito tempo, tem-se escutado comentar sobre a acolhida na Igreja. Esse tema sempre aparece nos encontros das comunidades, trazendo vários questionamentos a respeito. O acolhimento e a escuta constituem particularidades primordiais no serviço pastoral. O acolhimento e a escuta, quando praticados, possibilitam o exercício do novo mandamento: amar a Deus e amar ao próximo como a si mesmo. Esse amor a Deus e ao próximo é o elo que faz acontecer, a certeza de que o próximo não é um inimigo, mas um aliado. (BOFF, 2005, p. 148). Ponto de vista semelhante aparece na Declaração Nostra Aetate (n.5):

Nós não podemos invocar Deus, Pai de todos os homens, se nos recusamos a comportar-nos como irmãos para com alguns homens criados à imagem de Deus. A relação do homem para com Deus Pai, e a relação do homem para com os outros homens seus irmãos, encontram-se tão ligadas entre si que a Sagrada Escritura diz: 'Quem não ama, não conhece a Deus' (1Jo 4,8).

Segundo Dupuis (2002, p. 70), é indispensável serem dados dois passos, antecipadamente, com o propósito de se iniciar o diálogo inter-religioso, favorecendo, assim, a presença de atitudes recíprocas renovadas com abertura para o outro: a purificação da memória e a purificação da linguagem teológica. A purificação da memória diz respeito ao processo histórico do ser humano, onde são infiltradas ideias, conflitos e, ao mesmo tempo, inseridos em um contexto de assumir os erros dos nossos antepassados: preconceitos, fundamentalismo, absolutismo, dentre outros. Por isso, há necessidade de se curar a memória através de um discernimento para começar novos relacionamentos com reciprocidade, tendo como alicerce o diálogo, sendo um grande colaborador deste encontro. Porém, não só a purificação da memória se faz necessária, é também preciso a purificação da linguagem e do pensamento teológico, com o intuito de eliminar terminologias usadas para ofender outras religiões que, frequentemente, apresentam-se de modo pejorativo, como, por exemplo, infiéis, não crentes, dentre tantas outras denominações. Logo, o outro, com as suas diferenças, deverá ser visto a partir das suas particularidades e não por meio de uma visão preconceituosa e pré-estabelecida.

Nesse sentido, o presente capítulo pretende ser uma reflexão sobre a importância do acolhimento e da escuta no diálogo inter-religioso, além de propor uma fundamentação teológica, tendo como direção a misericórdia de Deus, que nos acolhe e que se dispõe a escutar o ser humano, apesar de suas limitações. Essa misericórdia é a abertura para o

verdadeiro sentido do ser humano e do ser cristão. Um amor que tem o seu olhar voltado para o outro, sendo incentivo à prática que se tornará fidelidade e autorrealização. Essa prática não se limita apenas ao ser humano, mas a toda criação. (MATOS, 2016, p. 19)

Experimentar a misericórdia de Deus não só humaniza as pessoas, como também impulsiona a ver o outro em todas as suas dimensões. Deve-se enfatizar que, ao viver essa misericórdia como discípulos de Jesus Cristo, somos divinizados. Em Cristo, esse amor misericordioso é revelado de maneira plena (MATOS, 2016, p. 20). “A palavra misericórdia significa: manter o coração (cor) na miséria dos outros (miseri). Jesus tinha o coração na miséria dos outros” (MESTERS, 2010, p. 113). O seu jeito de ser apresentava a sua fidelidade não só a si mesmo, mas a toda uma tradição bíblica na qual o mesmo vinha ao encontro do seu povo. A misericórdia nos é apresentada de modo visível na pessoa de Jesus Cristo, o qual é o rosto da misericórdia do Pai. O Pai, de várias maneiras e em vários acontecimentos da história, nunca cansou de oferecer a sua bondade e fidelidade. No tempo certo, enviou o seu Filho para nos revelar, de modo pleno, o seu amor. (MV, n.1)

Precisamos sempre de contemplar o mistério da misericórdia. É fonte de alegria, serenidade e paz. É condição da nossa salvação. Misericórdia: é a palavra que revela o mistério da Santíssima Trindade. Misericórdia: é o ato último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro. Misericórdia: é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho da vida. Misericórdia: é o caminho que une Deus e o homem, porque nos abre o coração à esperança de sermos amados para sempre, apesar da limitação do nosso pecado. (MV, n.2)

Ao olhar para os atos e palavras de Jesus, pode-se perceber o amor do Deus Uno e Trino. O Filho feito homem teve como missão apresentar ao mundo o amor do Pai em toda sua plenitude conduzido pelo Espírito Santo. Esse amor agora é percebido na missão de Jesus. Ele é amor, um amor incondicional. Todos que se aproximam de Jesus são tocados por esse amor misericordioso (MV, n.8). Portanto, esse amor misericordioso torna-se inspiração para o nosso acolhimento. O próprio Jesus nos convida a sermos santos e misericordiosos como o Pai do céu (cf. Lc 6,36). O acolhimento misericordioso direciona o crente a agir, a partir da escuta sem juízo ou preconceito. "O Deus de Jesus é, de fato, o Deus da bênção e compaixão, por isso o Deus do acolhimento sem limites". (NUNES, 2007, p. 303)

Jesus de Nazaré é a revelação plena de Deus, no qual Deus armou sua tenda e fez morada entre nós (cf. Jo 1, 1-18). Essa revelação em Jesus apresenta Deus como Pai, Filho e Espírito Santo, e tem como propósito a condução do ser humano à comunhão com Deus (DV, n.1). Um Deus que se comunica como um amigo e quer fazer comunhão, fazendo de si

mesmo uma doação, convidando todos a participar desta relação, comunicação e comunhão. O Deus de Jesus é Deus Uno e Trino. Na Trindade, contemplamos o amor que é a essência de Deus e por esse amor se gera relacionamento, comunicação e crescimento. (MOSCONI, 2006, p. 106)

Em virtude deste amor e do despojamento do Filho de Deus, o Verbo Encarnado, (cf. Fl 2, 6-11), não se pode deixar de salientar a *kénosis* trinitária, que só é compreensível a partir da cristologia. Esta *kénosis* se apresenta como a participação de vida e de sofrimento do Verbo Encarnado de Deus, isto é, de Jesus Cristo, que desce até a morte de cruz e que se revela na sua verdadeira divindade. Então, fica caracterizada a *kénosis* como a maior manifestação do amor trinitário de Deus, que envia o Filho de forma kenótica pela ação do Espírito Santo, tornando-se, assim, a revelação plena do amor de Deus na história. Um Deus que é amor e que se relaciona não só com o Igual, mas também com o outro. (MOLTMANN, 2000, p. 128)

Segundo Leonardo Boff, no relacionamento trinitário, percebe-se o que é primordial, e que não há empecilhos para a prática de comunhão entre os seres humanos. Percebemos um Deus que se relaciona e que quer se relacionar com o ser humano e com toda a criação, não se importando com sua crença, mas sendo gerador de comunhão entre todos, motivando a prática do amor. O amor aqui apresentado é uma força que vem de dentro para fora, impulsionando o crente a ir ao encontro do outro, mas não com a pretensão de impor, e sim com o objetivo de caminhar, crescer juntos, na perspectiva de realizar o verdadeiro sentido da vida. Esse amor faz da vida uma grande missão. Boff, chega a afirmar que:

Se Deus é Trindade de Pessoas, comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo, então o princípio criador e sustentador de toda a unidade nos grupos, na sociedade e nas Igrejas deve ser a comunhão entre todos os participantes, quer dizer, a convergência amorosa e o consenso fraterno. (BOFF, 1988, p. 35)

A comunicação de Deus com a sua criação se apresenta a partir do que ele é. Deus Uno e Trino, onde a perfeita comunhão e comunicação estão interligadas tornando-se, para o homem, um chamado e, ao mesmo tempo, um convite. O diálogo do Pai com o Filho, no Espírito Santo, será sempre o protótipo para toda criação. A resposta do Filho sempre foi alicerçada no amor do Espírito Santo, animando todos a vivenciar essa realidade. Ao chamado de Deus, o ser humano é convidado a apresentar uma resposta. (STOCKL, 2013, p. 47)

Segundo Karl Rahner (1970, p. 181), a comunicação de Deus com a humanidade é livre e amorosa. Esta comunicação não se dá de maneira externa, como se Deus falasse algo

de si. É antes de tudo um mistério amoroso de Deus, que se faz realidade a partir da sua transcendência, um Deus que vem ao nosso encontro através de seu Filho Jesus Cristo, não por solidão ou por qualquer forma de carência, pelo contrário, vem ao nosso encontro, comunicando-se conosco, por ser plenamente feliz e realizado. Comunicação que é feita não porque Deus a necessita, mas porque Ele é liberdade e no amor se transborda.

Neste diálogo entre Deus e o homem, se faz necessária a entrega e a abertura do coração, que pode ser chamada de resposta, e tudo isso se dará a partir da fé. Em toda a história da salvação se tem de maneira evidente o diálogo entre Deus e o seu povo. Palavra e resposta são realidades vivenciadas continuamente. Estas realidades estão presentes em um fato que é primordial na salvação, a encarnação do Filho de Deus (DV, n.2). Na Palavra, que se fez carne, e na resposta de Maria, se tem presente o ato de fé, sendo para todos um modelo de relação entre Deus e o homem (STOCKL, 2013, p. 47). A acolhida, como também a hospitalidade, são fundamentais para o encontro entre Deus e o homem, conforme discorre Eufrásio (2016, p. 30):

O diálogo não reclama somente acolhida, mas também hospitalidade. Esta leva, por sua vez, a um *modus vivendi* como participação na vida de Deus – que se fez partícipe da vida humana –, tornando o humano capaz de ser um *co-operante* na obra divina, que, em Jesus Cristo, eleva tudo à plenitude.

Em nome de Deus que é amor, fica claro que a salvação é para todos. Jesus é a presença plena do amor de Deus. Esse amor gratuito de Deus por nós não é porque somos bons, mas uma iniciativa livre dele. “A resposta ao amor de Deus é a religião do amor: ‘eu dou a vocês um mandamento novo: amem-se uns aos outros’ (Jo 13, 34)” (MOSCONI, 2006, p. 108). Na vida de Jesus, este amor tornou-se visível para com todos, através de sua prática e de suas palavras, inclusive provocando e convidando o povo judeu à transformação. Ele não fundou uma religião, mas revelou o verdadeiro rosto de Deus e alertou a todos sobre as consequências desta revelação. Quando chama os doze apóstolos, deixa transparecer um novo Israel que surge, apresentando, para todos, um novo modelo de autoridade: quem deseja ser grande, deve servir a todos. A missão de Jesus tinha como alicerce a comunhão com o Pai (cf. Jo 4, 34). (MOSCONI, 2006, p. 134)

A misericórdia revelada em Jesus é um convite à contemplação, de modo primordial à sua encarnação (cf. Fl 2, 6-7). Jesus se torna solidário ao participar das fragilidades humanas (nascer, crescer e morrer), necessitando de proteção e cuidado, assim como qualquer pessoa comum, tendo como referência um lugar sem importância e que nunca foi mencionado no

Antigo Testamento. Diante desse lugar sem importância, o próprio Natanael, que tinha residência em Caná, chega a afirmar que Nazaré é uma cidade sem valor (cf. Jo 1, 46). Aqui, se tem um Jesus que assume a dignidade humana vivenciando o dia a dia, ou melhor, que se submete ao tempo dentro de um contexto histórico de marginalização, opressão política e religiosa. Porém esse mesmo Jesus vai de encontro aos poderes econômico, político e religioso, trazendo, para si, a missão de libertação dos pobres, dos presos, dos cegos e dos oprimidos, aqueles que viviam marginalizados, afastando-se do poder, mas carregando, para si, a misericórdia divina como base de seus ensinamentos e de sua prática. (LORASCHI, 2016, p. 32)

O próprio Jesus é o amor de Deus agindo com intuito de restaurar a humanidade e trazer de volta a dignidade do ser humano, tendo como consequência fazer acontecer a fraternidade e a justiça. Toda sua vida e mensagem são na verdade a revelação de um Deus misericordioso que vai além de todas as fragilidades humanas (LORASCHI, 2016, p. 35). Em cada atitude de Jesus, percebe-se a sua humanidade, sendo um convite à transformação. As atitudes nada mais são do que a boa notícia ou o evangelho. Em cada acontecimento, ele é amor a Aquele que se dá por completo (LORASCHI, 2016, p. 38). Na Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia, o Papa Francisco menciona que “em todas as circunstâncias, o que movia Jesus era apenas a misericórdia, com a qual lia no coração dos seus interlocutores e dava resposta às necessidades mais autênticas que tinham”. (MV, n.8)

Quando se pergunta a Jesus qual é o mandamento mais importante, não existe surpresa ao ele afirmar ser amar a Deus e amar ao próximo (cf. Mc 12, 29-31), porque estes mandamentos já apareciam no Antigo Testamento (cf. Dt 6,5). O que se tem de novo é que estes mandamentos estão indissolivelmente unidos. Ao conceituar o próximo numa dimensão que vai além do povo judeu, referindo-se a todos os homens, torna-se, assim, o cumprimento de toda lei, ou da própria existência cristã. Porém é preciso ficar atento a essa unidade, na certeza de que não se deve exaurir o amor a Deus no amor ao próximo, correndo o risco de cair em um humanismo unidimensional totalmente carente do amor de Deus e da relação com ele. Só é possível o amor ao próximo dentro desse relacionamento amoroso com Deus, de onde emana toda a força. (KASPER, 2015, p. 168)

Esse mandamento tem um grande valor em si mesmo ao ser fonte promotora de comunhão entre as pessoas, pois se apresenta como centralidade na vivência de fé. Porém, é necessário lembrar que as grandes dores dentro da realidade humana são provocadas pelo desmerecimento do outro, ocasionando distanciamento e, até mesmo, preconceitos. O relacionamento com Deus e com o próximo faz surgir a responsabilidade que nada mais é do

que uma resposta ao outro, levando-nos a uma atitude de acolhimento ou de rejeição. Nesta responsabilidade, o respeito estará presente seja pela particularidade do outro, seja por um vínculo permanente de caminhada. (BOFF, 2005, p. 150)

3.1 O Acolhimento como expressão do amor misericordioso de Deus

Dentro do contexto bíblico, o acolhimento àqueles que estão próximos ou distantes é uma expressão do amor misericordioso de Deus. O mesmo Deus que nos acolhe, convoca-nos a seguir os seus passos na acolhida ao outro (cf. Dt 10,17-19). A tomada de consciência de que somos transitórios nos impulsiona a amar o outro. A memória de um Deus que age por amor, e a convicção de pertencer a um povo que caminha pela fé, faz surgir uma nova consciência de que, nesta realidade, todo ser humano é passageiro, fazendo com que se possa ir além das fraquezas humanas, numa superação diária, indo ao encontro do outro. No Novo Testamento, o próprio Jesus se diz estrangeiro. No acolhimento a esse estrangeiro, quem estará sendo acolhido é o próprio Jesus (cf. Mt 25,35-45) (ANTHONY, 2012, p. 199). Porque

[...] misericórdia é a atitude divina que abraça, é o doar-se de Deus que acolhe, que se dedica a perdoar. Jesus disse que não veio para os justos, mas para os pecadores. Não veio para os sadios, que não precisam de médicos, mas para os doentes. Por isso, pode-se dizer que a misericórdia é a carteira de identidade de nosso Deus. (FRANCISCO, 2016, p. 37)

Nesse sentido, no acolhimento ao próximo, acontece uma experiência de Deus e a própria realização do seu amor. No outro, se contempla o próprio rosto de Cristo. Por isso, para os cristãos, o diálogo inter-religioso traz como alicerce o mandamento novo, que, em si mesmo, congrega o amor a Deus e ao próximo. Aquele que é acolhido assume, também, o compromisso de acolher. A reciprocidade terá como meta a realização de uma civilização do amor, numa atitude constante de superação ao egoísmo e à indiferença, caminhando na certeza de que é possível ser próximo do próximo, dialogando com todos (ANTHONY, 2012, p. 200). Logo, no relacionamento entre cristãos e não cristãos atribui-se um valor grandioso à reciprocidade, alicerçada sobre o respeito e a capacidade de que o ser humano pode se relacionar com o diferente, e, em toda parte, com isonomia de direitos e deveres. “Uma sã reciprocidade impulsiona cada um a tornar-se ‘advogado’ dos direitos das minorias, onde a própria comunidade religiosa é majoritária”. (EMCC, n.64)

Em Hebreus (cf. Hb 13,2), salienta-se que o acolhimento é o ponto de partida para a efetivação das promessas e para a salvação que vem de Deus. O próprio Filho de Deus

derrama lágrimas de sofrimento sobre a cidade de Jerusalém que não exercitou o acolhimento por ignorar a visita do Senhor (cf. Lc 19,1-10). A partir de Jesus, o mistério da relação entre Deus e o homem acontece. O acolhimento de Jesus por parte daqueles que são excluídos é apresentado no evangelho como tempo da revelação da glória do Filho de Deus e como a hora da salvação. Portanto, a verdadeira experiência da salvação se dará à medida que se reconhece o mistério do outro no outro. A cada encontro com aquele que, apesar de ser diferente é o outro, faz acontecer à legítima experiência de Deus, o Emanuel, que foi crucificado e que ressuscitou perante tantas dores vivenciadas. (ANTHONY, 2012, p. 202)

A encarnação do Filho de Deus, feito homem, é a certeza de que toda a humanidade foi acolhida e, para isso, foi necessário todo um esvaziamento e despojamento do próprio Deus, construindo sua tenda entre nós. Deixa sua glória eterna para experimentar a realidade humana (cf. Fl 2,6-7) (ANTHONY, 2012, p. 203). “Ao adentrar na história humana, o Verbo de Deus veio a ser o que não é Deus – verdadeiramente humano – para, a partir deste, manifestar ‘a sua glória’ (Jo 1,14c)” (COSTA, 2013, p. 58). A encarnação é um ato de acolhimento por parte de Deus. O Filho de Deus, desde a encarnação até a ressurreição, nos apresenta um Deus que acolhe, que nos ama além das nossas fragilidades. Esse mesmo Jesus, o Filho de Deus, não tinha onde repousar e se coloca sempre como hóspede, como aquele que precisa ser acolhido. Por isso, acolher Jesus é ter coragem para acolher o outro, diante de toda a sua diferença (ANTHONY, 2012, p. 203).

Na encarnação, temos a acolhida do humano; na sua cruz, existe a certeza de que a humanidade é abraçada até o fim e, na sua ressurreição, o humano é colocado no coração de Deus (ANTHONY, 2012, p. 204). No prefácio de Natal, fica evidente que, “no momento em que vosso Filho assume nossa fraqueza, a natureza humana recebe uma incomparável dignidade: ao tornar-se ele um de nós, nós nos tornamos eternos” (MR, p. 412). A acolhida do humano é o fundamento da nova aliança em Cristo Jesus. Portanto, é impossível querer acolher Deus se distanciando do outro, não é possível ver Deus sem o rosto humano e, ao mesmo tempo, olhar para o próximo sem ver Deus. Toda a humanidade é chamada a ser filha de Deus no Filho de Deus (ANTHONY, 2012, p. 204). “A humanidade agora tem companhia, e notá-la – ‘entre nós’ – é o grande desafio” (COSTA, 2013, p. 58).

Segundo Sobrino (1994, p.107), “para Jesus, Deus não é uma realidade que poderia não se relacionar com a história e nem a história com Ele, mas que essa relação é essencial ao próprio Deus”. É obvio que essa proposta é provocadora. O outro foi criado para o relacionamento, e fica difícil se comprometer com Deus negando esta realidade relacional eu e Deus, eu e o outro. Querer fugir dessa realidade é distanciar-se do outro, provocando ruptura

entre a fé e a vida. O caminho que conduz ao crescimento é se colocar em direção ao outro, com atitude respeitosa, valorizando-o e acolhendo-o como irmão de caminhada, sem empecilhos interiores. Esta aprendizagem acontece a partir do momento em que vejo Jesus no rosto do outro, nas suas palavras e, ao mesmo tempo, aprendo com as dores contemplando o Cristo crucificado. O não acolhimento, por parte do outro, requer um compromisso daquele que vai ao seu encontro, e que não se deixa vencer pelo cansaço, mas com a convicção de que a fraternidade é a realidade esperada. (EG, n.91)

O ato de acolher, realizado pelo Filho de Deus, acontece na história de modo concreto, no cotidiano, tendo um olhar atencioso àqueles que estão distantes, ou melhor, às ovelhas perdidas da casa de Israel, a exemplo do encontro com a mulher samaritana (cf. Jo 4, 5-30), com Zaqueu (cf. Lc 19, 1-10), com Nicodemos (cf. Jo 3, 1-15) e com todos aqueles que querem ver Jesus. (ANTHONY, 2012, p. 205). Como discípulos missionários, somos convocados a ir como estrangeiros, a viver o despojamento alicerçado pelos valores evangélicos, na confiança de que precisamos ser acolhidos e acolhedores para experimentar a partilha da Boa Nova do Senhor, sendo uma igreja em saída (ANTHONY, 2012, p. 206). “A Igreja em saída é uma Igreja com as portas abertas” (EG, n.46). O acolhimento, assim como a evangelização, deve ter a obediência ao mandato de Jesus: “Ide” (Mt 28,19-20):

Naquele «ide» de Jesus, estão presentes os cenários e os desafios sempre novos da missão evangelizadora da Igreja, e hoje todos somos chamados a esta nova «saída» missionária. Cada cristão e cada comunidade há-de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho. (EG, n.20)

A Igreja sempre será chamada a ser uma casa de acolhida, por isso a necessidade de estar sempre com as portas abertas. Esta abertura exigirá a superação das suas próprias limitações para que não venha a cair na frieza da indiferença, do distanciamento, tornando-se, assim, uma porta fechada. Na certeza de que é uma casa de acolhida, todas as portas deverão estar abertas, onde as pessoas são convidadas a participar e a partilhar desta realidade eclesial (EG, n.47). O ato de partilhar tem vínculo com a generosidade, esta partilha vai de encontro a uma realidade vivenciada pelo mundo que é acumulação, alimentado por um egocentrismo, onde não se tem um compromisso com o outro e com o mundo. Os dons de Deus devem ser partilhados e quanto mais se partilha, mais se multiplica, (cf. Lc 22,35). No desapegar-se no seguimento do Senhor, encontra-se a plenitude da missão. O caminhar é a maneira mais completa da partilha. (SUESS, 2002, p. 280)

Assumindo esta missão, a Igreja se aproximará dos que estão próximos e distantes, e tornar-se-á um instrumento de diálogo, mesmo que venha a ser ferida e menosprezada por ter saído em missão. A Igreja só será Igreja seguindo os passos de Jesus Cristo (EG, n.48). Conseqüentemente, a Igreja é convocada a percorrer o caminho do Senhor, consciente de que “ser seguidor de Cristo é entrar conscientemente nesse movimento de misericórdia, processo absolutamente prioritário na realização do Reino” (MATOS, 2016, p. 62).

Esta Igreja que constantemente é chamada a seguir os passos do Senhor assumirá o compromisso de colocar em prática as palavras e as atitudes do Senhor Jesus. Aqui podemos destacar três maneiras de agir que se evidenciaram na vida de Jesus, o Cristo. A primeira maneira de agir é o seu acolhimento de modo incondicional à pessoa, ao ser humano. Sendo essa atitude inevitável, já que o ser humano é visto como o próximo. Esse próximo não se encontra elencado numa relação, mas é aquele que diante da sua necessidade perde a sua dignidade, tornando-se, assim, um convite e, ao mesmo tempo, um desafio para que o outro se faça próximo dele. Aquilo que o outro precise se tornará um incentivo a colocar em prática a misericórdia diante da realidade na qual se apresenta. A prática de Jesus evidencia a presença constante da misericórdia divina diante do sofrimento do outro. Esta atitude traz como sinal que no seguimento ao Cristo a caridade será necessária. Na ausência da caridade, se evidenciará que o distanciamento de Jesus Cristo é real, pois o culto torna-se vazio e ocorre uma verdadeira idolatria. (CALLEJA, 2006, p. 40-42)

A segunda maneira de agir de Jesus tem como alicerce a sua liberdade. Jesus foi livre nas suas opções, nas suas palavras e atos, não se prendendo às instituições e às doutrinas de seu tempo, ressaltando a sua coragem e a sua vitória sobre o medo que, muitas vezes, se torna impedimento para o caminhar. Seguir Jesus é experimentar a liberdade como superação de tudo aquilo que oprime e impede o ser humano de viver a sua humanidade. Logo, esse seguimento exigirá coragem e libertação daquilo que me distancia e me afasta do outro, evitando ser uma Igreja fechada. Neste agir livre, se tem como orientação o amor a Deus, sendo o ser humano impulsionado a viver uma entrega total. Essa entrega requer a conversão e a sensibilidade de acolher e escutar a vontade de Deus. (CALLEJA, 2006, p. 42-44)

A terceira maneira de agir de Jesus tem como fundamento a ternura de dar sem nada esperar em troca, demonstrando, assim, a sua gratuidade. O amor revelado e praticado por Jesus não tem como fundamento a troca de favores, pelo contrário, esse amor se antecipa a qualquer reciprocidade. A salvação, por Ele é oferecida, não é imposta, nem se utiliza de meios ilícitos para seduzir o outro. Essa atitude de Jesus é um convite ao ser humano a ser gratuito, e que possa renunciar aos seus interesses, identificando-se com o outro, colocando-se

livre para viver e oferecer o amor. Este proceder estimula o surgimento da esperança naqueles que estão desanimados e alcança os favorecidos no sentido de que serão questionados. Os desanimados, os pobres são os prediletos de Deus. Essa pobreza é vista a partir do desapego de todo comportamento e sentimento material, alimentando-se de uma prática espiritual onde o amor a Deus e ao próximo é experimentado e praticado. (CALLEJA, 2006, p. 45-47)

A Palavra de Deus é livre, supera os pensamentos humanos e vai além dos nossos propósitos, por isso a Igreja é convidada a aceitar esta realidade. Esta convivência, a familiaridade da Igreja com Jesus, traz, em si, um compromisso missionário. Seguindo os passos do mestre, a Igreja se compromete em sair não só para anunciar, sem medo, mas também, na fidelidade a este mesmo Senhor, em não excluir ninguém. Essa mesma Igreja deverá ter consciência de que é o Senhor quem chama, que a iniciativa é dele, em nome do amor. Diante deste chamado, somos impelidos como Igreja a ir ao encontro do outro, com o propósito de oferecer misericórdia, já que fomos chamados por sua misericórdia. (EG, n.24)

A Igreja, ciente da sua missão, tomou consciência de que está inserida no mundo e não o mundo inserido nela. A presença da Igreja nesse mundo se dá como sacramento de salvação e unidade. Esta tomada de consciência se deu no peregrinar da história e das próprias interrogações apresentadas pelos fatos e acontecimentos históricos da qual está inserida (BOFF, 1984, p. 31). Por tal razão, o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes (n.15) não se omite em dizer que:

Por esta razão a Igreja, sinal e instrumento de comunhão com Deus e de unidade entre todas as pessoas, sente-se intimamente envolvida na evolução da sociedade cuja mobilidade tornou-se uma característica desestabilizadora, e é chamada a proclamar o Evangelho de amor e de paz.

As particularidades do acolhimento, como expressão do amor a Deus, apresentam-se, na história, a partir do momento em que a Igreja, como também todo ser humano se propuser a colocar em prática o amor fraterno, sendo esta uma atitude antecipada, na qual o outro tem o seu lugar específico como outro, ressaltando que, sem essa fraternidade, fica distante a possibilidade do acolhimento. Impulsionados por essa boa vontade, acolher generosamente sem indiferença, sem preconceito, na perspectiva de que é possível o crescimento mútuo. O acolhimento não poderá ser visto como condenação, pelo contrário, deve ser encarado como uma oportunidade para se caminhar e para se viver a fraternidade tão realçada no novo mandamento (BOFF, 2005, p. 166). “O acolhimento não consiste tanto numa tarefa, como num modo de viver e de compartilhar”. (PCPMI, n.82)

Nesta perspectiva, o acolhimento se apresenta como uma ocasião para o ser humano se edificar neste amor a Deus e ao próximo e, a partir desse amor, será evidente o papel da Igreja no mundo. Nesta comunhão dialogal, experimenta-se os valores inerentes a cada crença vivenciada por cada pessoa, buscando formar uma verdadeira comunidade que cultua o amor. (ANTHONY, 2012, p. 207)

3.2 A escuta como expressão do amor misericordioso de Deus

Nos dias atuais, a agitação e o barulho são constantes na vida do ser humano. Essa situação se apresenta cada dia mais alarmante pelas condições de vida, de individualismo levando as pessoas a um fechamento em si mesmas. A correria é tão grande que as pessoas já não partilham as suas experiências, as suas crenças, negando, a si mesmas, a escuta pessoal e a devida atenção em querer escutar o outro. Como consequência, percebe-se um ser humano angustiado e inquieto, com facilidade de ser manipulável. (TEIXEIRA, 2008, p. 13)

Diante dessa realidade social, as igrejas são impulsionadas a agirem de modo concreto no reconhecimento de que as diferenças serão encontradas, porém não serão empecilhos ao testemunho da solidariedade e da unidade. Esse testemunho é um chamado profético que necessitará de coragem e abertura para o outro, na certeza de que o bem que faço ao próximo é o próprio Jesus que recebe (cf. Mt 25, 40.45). (WOLFF, 2007, p. 143)

No seguimento ao Senhor, a solidariedade será uma prática cotidiana para com os fracos e sofredores na certeza de que o anúncio da Boa Nova é a pessoa de Jesus Cristo. O cristianismo enfatiza, de modo claro, o ser solidário no lugar do competitivo. Nesse contexto, o diálogo com o diferente fará surgir a partilha das riquezas espirituais no respeito ao que o outro poderá oferecer. A existência de várias culturas, línguas e crenças não impede o reconhecimento de uma família humana que vai além das fronteiras, já que temos origem e fim comuns. Por isso, constantemente o encontro com o outro acontece já que a experiência religiosa é a prática do encontro com o outro. É estar atento ao que difere na nossa prática e olhar o que se pode congrega (JORGE, 2008, p. 15).

Tornar-se seguidor de Jesus é ter coragem de abraçar a cruz. Um seguimento sem cruz conduzirá a religião a se prender a um conservadorismo no qual o Evangelho é dissolvido de maneira radical e Deus será colocado a serviço da satisfação pessoal. Este risco de esvaziamento da cruz do seu verdadeiro conteúdo é constante. A cruz é a consequência daqueles que dizem sim ao chamado e que querem compartilhar com Jesus seguindo os seus

passos: “Quem quiser seguir os meus passos, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me” (Mc 8, 34). O Senhor não ilude, pelo contrário, quem o segue participará do seu sofrimento. Este seguimento a Jesus não é uma procura de cruces, mas uma atitude de acolher a crucificação que virá como decorrência de seguir os seus passos. Deixar-se conduzir por esse chamado requer aceitar riscos, conflitos, julgamentos, resistências, indiferença e solidão. (ALEIXANDRE, 2014, p. 172)

A morte na cruz vivenciada por Jesus resulta de uma vida totalmente dedicada ao serviço a Deus e às pessoas. A vida, as atitudes e as palavras de Jesus tornaram realidade a boa nova do Reino de Deus, onde o anunciar e o denunciar se faziam presentes. Pode-se afirmar que a fé cristã é gerada da cruz. O Jesus crucificado foi conduzido à cruz pela prepotência, ódio, indiferença e intolerância, na expectativa de que o mal estaria acima da paz. Por conseguinte, essa cruz se apresenta, ao mundo, como sinal de vitória e de que o amor é a única saída para a vida. Por isso, o cristão não se deve deixar vencer pelo cansaço e sim tomar consciência de que é colaborador da paz e da fraternidade. (MAYER, 2017, p. 25-26)

Na vida de Jesus, pode-se destacar duas práticas fundamentais: a primeira prática é não retribuir o mal com o mal e a segunda prática é ter disposição para o acolhimento fraterno, caracterizando tais práticas em atitudes transformadoras no relacionamento humano. Essas vivências distinguem Jesus do comportamento daqueles que se caracterizavam pelo domínio, opressão e exploração dos menos favorecidos, fazendo Jesus um ser livre, disponível, que retrata por excelência o amor de Deus, sempre disposto a acolher e escutar aqueles que estão à margem da sociedade e que não são respeitados na sua diferença. Assim, resgatando a sua dignidade, restituindo-lhe a sua identidade e vida. Jesus se revela como uma nova esperança fazendo-se igual com os desiguais, não se utilizando do poder, tampouco apresentando milagres extraordinários para confirmar que Deus estava com Ele. Pelo contrário, Jesus se deixa conduzir pelo relacionamento humano, dizendo não à violência, servindo-se do acolhimento e da escuta como alicerces para o exercício da fraternidade (LUCIANI, 2017, p. 230-231). Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (n.209), Francisco descreve Jesus o evangelizador por excelência:

Jesus, o evangelizador por excelência e o Evangelho em pessoa, identificou-se especialmente com os mais pequeninos (cf. Mt 25, 40). Isto recorda-nos a todos os cristãos, que somos chamados a cuidar dos mais frágeis da terra. Mas, no modelo “do êxito” e “individualista” em vigor, parece que não faz sentido investir para que os lentos, fracos ou menos dotados possam também singrar na vida.

A Igreja tem o compromisso de recordar sempre que tem a responsabilidade da esperança, tornando-se essa a sua tarefa principal. Antes de a Igreja ser espaço de culto ou

referência de moral, ela deve ser espaço de escuta a si mesma como comunidade de esperança, pois o crucificado ressuscitou e Ele é a nossa esperança. No ressuscitado, percebe-se a vontade de Deus reconhecida para sempre. Deus é amigo da vida. O rejeitado por todos foi acolhido por Deus. A ressurreição de Cristo nos introduz numa dinâmica de crescimento. (ALEIXANDRE, 2014, p. 176)

O mistério pascal da morte e ressurreição do Senhor Jesus é o esplendor do amor divino, é o Filho que se entrega ao Pai no acolhimento amoroso do Espírito Santo. Para os cristãos, esse é o caminho para o acolhimento, para a escuta e para o exercício do diálogo inter-religioso (JORGE, 2008, p. 16). “Deus tanto amou o mundo que lhe deu seu unigênito” (Jo 3, 16). No Verbo encarnado, pode-se constatar um Deus próximo, que se dispõe a criar aliança e que se oferece como comunhão. A criação e a história estão relacionadas entre si e, nessa proximidade, o ser humano é chamado a envolver-se com toda a sua existência. Esse envolvimento é significativo e se direciona, de maneira indicativa, a Deus como gênese e fonte de amor. Por isso, a criação e a história se transformam em um grande palco da manifestação do amor de Deus. (AGOSTINI, 2013, p.192)

Sendo a criação fruto do amor de Deus, na qual o ser humano está inserido, este é exortado a testemunhar o amor. Todos aqueles que são cristãos e que testemunham Jesus Cristo devem se empenhar em apresentar uma fé que salva, uma esperança que é luz para todos e um amor que tem como proposta erguer aqueles que estão caídos seja pela indiferença ou pela exclusão, num comprometimento da preservação da vida. Este compromisso exigirá uma entrega onde o ser humano é convidado a oferecer respostas diante dos desafios atuais, sendo uma delas o diálogo inter-religioso. Portanto, faz-se necessário cristãos conscientes de sua crença e que se sintam capacitados a irem ao encontro do outro para acolhê-lo e escutá-lo, com fins de acontecer o diálogo, com a convicção de que uma igreja que consegue escutar, valoriza-se e torna-se palavra, mensagem e diálogo. (AGOSTINI, 2013, p.188)

Escutar no latim – *auscultare* - tem o significado de atender, obedecer, atenção e no sentido bíblico denota entender. No Antigo e Novo Testamento, a palavra escutar é usada constantemente trazendo em si um entendimento que ultrapassa o ouvir (cf. Is 6, 9s; Mt 11,4; 13-16). Também se percebe que, muitas vezes, a escuta se confunde com o ato de ver, não estando relacionada propriamente com a visão, mas com a sensibilidade de se enxergar além (cf. Jo 1,1). O ato de escutar exigirá uma abertura pessoal e uma abertura para Deus e para o outro. “A revelação de Deus, antes de ser ‘palavra’ perceptível, é uma realidade que interpela todo ser humano que se dispõe a escutá-lo”. (QUIRINO, 2016, p.14)

Essa escuta tem como compromisso o acolhimento ao outro, independente da sua condição social, psíquica e religiosa. Não é uma terapia presa a um sentido psicológico, nem confissão. Também não é um serviço de evangelização que tem como objetivo anunciar a Palavra de Deus, porém é colocar em ação a prática de Jesus, dentro da maneira como Ele se aproximava e acolhia o ser humano. Jesus permitia que o outro expressasse o que sentia, a exemplo dos discípulos de Emaús (cf. Lc 24, 13-35). Nessa citação bíblica, Jesus é quem se dispõe a ir ao encontro dos discípulos para escutá-los. Essa atitude de Jesus demonstra um compromisso de querer caminhar com o outro, assumindo uma conduta de respeito e de humildade, na qual a individualidade do outro é preservada no sentido de que tudo eles poderiam falar, ainda que Jesus percebesse que eles não entenderam o significado do fato. Entretanto, Jesus não deixou de ser verdadeiro, partilhando o que pensava sobre eles e expondo o seu conhecimento bíblico. (PEZZUTO, 2013, p. 16)

Ao final do diálogo de Jesus com os discípulos de Emaús, no qual o acolhimento e a escuta estavam presentes, constata-se que a alegria e o novo jeito de olhar o acontecimento da morte de Jesus exigirá dos mesmos uma atitude de mudança diante de si mesmos. Fica óbvio que a escuta aqui apresentada é uma relação na qual se busca o crescimento recíproco e o desejo de poder crescer com a diferença (PEZZUTO, 2013, p. 16). Essa relação é indispensável, natural e difícil. Ao participar dessa relação, os interlocutores se comprometem em crescer, desenvolver-se, alcançar maturidade no intuito de promoverem o diálogo, fomentando o respeito às diferenças. (ROGERS, 1981, p. 43)

Tanto a escuta como o acolhimento daquele que se aproxima na busca do diálogo, assim como no conhecimento do próximo, transfigura-se para a comunidade de fé em um acontecimento de alegria e de congraçamento pela presença do amor de Deus manifestado. Experimentar com o próximo a sua angústia, inquietação, preconceito e fazer-se misericordioso com ele vai exigir uma nova atitude, ser um amante do amor de Deus. Ser, na comunidade e diante do outro, o próprio rosto de Cristo, comprometendo-se de maneira corresponsável no enfrentamento pela dignidade humana e pela superação das indiferenças, sejam estas religiosas ou de classe social, tornando-se, de fato, uma verdadeira comunidade de adoradores fieis ao Senhor. (MESTERS, 2010, p. 117)

Viver a proposta da escuta e do acolhimento pressupõe uma abertura de si mesmo tendo como fim a busca da conversão e uma transformação para um novo caminho. Por isso, a proposta de Jesus é um convite e não uma imposição. Esta proposta traz em si a vida, não doutrina ou só ensinamentos. É necessário ter coragem para questionar a própria crença e até mesmo doutrinas e ensinamentos, e a tomada de consciência de que não somos, sabemos ou

temos resposta para tudo. Se não há resposta para tudo, é necessário ter desconfiança de uma crença ou igreja que não permita interrogações (MESTERS, 2010, p. 188). “A igreja nasce como comunidade aberta para a diversidade, pois a força do Espírito é força centrífuga que faz sair do mesmo para acolher o outro”. (PASSOS, 2014, p. 286)

A prática da fé cristã vai além de um sistema de crenças. É uma maneira de viver com responsabilidade, estando comprometida com o agir. Uma vida gerada e guiada pela ação de Deus, tendo como itinerário o encontro de Deus. Torna-se impossível querer conhecer o ministério de Jesus separado da intimidade com Deus. Toda a liberdade de Jesus foi exercida e encontrou sentido à sombra de Deus no servir. (LESLIE, 2013, p. 152)

Todo ser humano foi criado à semelhança de Deus, como cooperadores responsáveis pela criação. Em Jesus, fomos criados e capacitados. Se um ser humano pratica um ato ilícito, é sinal de que todos nós somos capazes de cometer esse mesmo ato. Assim também serve para o amor. Um ato de amor praticado capacita todos dando-lhes dignidade. O ato de escutar e de acolher será um convite para se colocar no lugar do próximo, na certeza de que somos capazes de compreender e de respeitar os nossos limites e os limites do outro. (MESTERS, 2010, p. 188)

Portanto, surge a necessidade de um novo jeito de olhar sobre aqueles que não participam da sua experiência religiosa. Sem esse, olhar torna-se impossível um diálogo incentivador, no qual a identidade é preservada e respeitada por todos. Por isso, o desafio da alteridade, onde o outro se apresenta na diferença, podendo ser esta uma oportunidade para o crescimento, como também pode vir a ser motivo de indiferença. Esta realidade relacional terá como exigência a atitude de olhar, acolher e escutar, tornando-se, assim, a prática para o exercício do diálogo inter-religioso. (TEIXEIRA, 2012a, p. 157)

3.3 O diálogo inter-religioso a partir do acolhimento e da escuta

Ao abordar o tema do diálogo inter-religioso é de fundamental importância pontuar antes o que se entende por diálogo. Dialogar é mais do que apresentar ideias, é se dispor para relacionar-se, essencialmente apresentando aquilo que você tem como verdade, abrindo espaço para que o outro também se apresente. Dentro do contexto do diálogo as complexidades são reais, sejam dúvidas, inquietações, ou quaisquer outras adversidades que possam intervir numa sequência lógica, dando ciência de que as surpresas fazem parte da relação dialogal. Quando se compreende o significado do diálogo, torna-se mais fácil acolher

e escutar o outro. Admitir esta realidade dialogal humaniza o ser humano porque este se identifica com o outro. (LORSCHIEDER, 2005, p. 197)

Pode-se dizer que o diálogo inter-religioso demonstra um enriquecimento recíproco possibilitando o crescimento seja no conhecimento ou na experiência de fé. “O diálogo inter-religioso traduz a riqueza de um novo aprendizado: a relação com a diferença e a alteridade significa a ‘apropriação de outras possibilidades’ e a ‘abertura à mútua transformação’”. (TEIXEIRA, 2008b, p.127)

Acrescenta-se que este mesmo diálogo deve ser reconhecido e colocado em prática a partir de uma experiência pessoal, onde a mudança acontece por meio do desprendimento e do compromisso de ir ao encontro do outro, tornando-se o acolhimento e a escuta um exercício natural. Essa experiência pessoal gerada pela fé, que faz vivenciar uma realidade transcendental, e ao mesmo tempo espiritual, faz surgir os propósitos de inspiração e de práticas de abertura para ir ao encontro do outro, enxergando a sua individualidade como ser humano capaz de relacionar-se consigo mesmo, no sentido de viver aquilo que é mais profundo dentro de si. Nesse encontro pessoal, fica evidente que o ser humano traz, em seu interior, um grande convite para a compaixão e um grande apelo em reconhecer no outro a sua identidade e o rosto de Deus, não sendo um abandono da sua existência, nem de tal maneira uma experiência inconcebível, mas uma vivência em busca daquilo que é mais simples, o dia a dia. (TEIXEIRA, 2008b, p. 207)

Portanto, constata-se que o diálogo inter-religioso tem como ponto de partida a singularidade, ou melhor, o interior de cada ser humano, gerando e propiciando um ambiente favorável ao acolhimento e a escuta. Conhecedor desse entendimento, o diálogo não serve para construir templos externos, mas tem como propósito gerar amor, acolhida, escuta e respeito, tendo como fim preservar a dignidade da pessoa dentro do seu interior. Os atores do diálogo só serão bons nesse encontro se estiverem em paz consigo mesmo e se, no cotidiano, permanecerem com disposição de abertura ao outro, sendo propícios ao acolhimento e à escuta daqueles que são diferentes, distanciando-se, assim, do pedantismo e de todo tipo de domínio. (TEIXEIRA, 2008b, p. 209)

No acolhimento ao outro, é colocado em prática o ensinamento de Jesus, já que amar o outro é exercitar o amor a Deus, na certeza de que cada ser humano é único no mundo, trazendo em si o seu valor, ressaltando que, para a religião, o outro é a maior revelação do Criador. Por isso, a exigência do respeito a sua história e a sua consciência, na responsabilidade de que este outro é uma proposta que exige resposta. Desta relação de proposta e resposta, surge a responsabilidade da acolhida e não da exclusão, da escuta e não

da indiferença, do diálogo e não da imposição. O não exercício dessa relação de proposta e resposta concorre para o surgimento do absolutismo, do fundamentalismo e, até mesmo, fanatismo e terrorismo, frutos de um não acolhimento, onde não existiu o reconhecimento responsável e a valorização do outro. (BOFF, 2017, p. 79)

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (n.251) afirma que:

A verdadeira abertura implica conservar-se firme nas próprias convicções mais profundas, com uma identidade clara e feliz, mas ‘disponível para compreender as do outro’ e ‘sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos’. Não nos serve uma abertura diplomática que diga sim a tudo para evitar problemas, porque seria o modo de enganar o outro e negar-lhe o bem que se recebeu como dom para partilhar com generosidade. Longe de se contraporem, a evangelização e o diálogo inter-religioso apoiam-se e alimentam-se reciprocamente.

Esta atitude de abertura ao diálogo inter-religioso não exime a existência de empecilhos e, até mesmo, de imposições de ambos os lados. É inegável que esse diálogo se faz necessário para o alcance da paz mundial, sendo, então, um compromisso para os cristãos e para todas as tradições religiosas. Este encontro dialogal tem como base a vida humana, as alegrias e os sofrimentos que afligem a todos. Desta forma, o diálogo se traduz numa oportunidade para aceitar o outro com todas as suas particularidades, seja no seu jeito de ser, de pensar ou de agir, tornando-se um compromisso ético causador de novas propostas sociais. Com esse olhar, os interlocutores estarão a serviço da justiça e da paz, que serão a base para todo e qualquer diálogo, por isso não tem sentido um diálogo que não tenha como meta estes fundamentos. (EG, n.250)

A prática da comunhão será de fundamental importância para que este diálogo inter-religioso seja um novo jeito de partilha, na certeza de que participamos deste grande amor divino, independente de sermos cristãos ou não. O documento *Diálogo e Anúncio - DA* faz menção quando reconhece:

Deste mistério de unidade deriva que todos os homens e todas as mulheres que são salvos participam — embora de modo diferente — do mesmo mistério de salvação em Jesus Cristo, mediante o seu Espírito. Os cristãos são conscientes disto, graças à sua fé, enquanto os outros desconhecem que Jesus Cristo é a fonte de salvação. O mistério de salvação atinge-os, por caminhos conhecidos por Deus, graças à ação invisível do Espírito de Cristo. (DA, n.29)

A Igreja Católica, como todas as Igrejas cristãs e outras religiões não cristãs, deve se apresentar para o mundo como sinal visível do Reino que Jesus instaurou. Esse sinal tem que ser manifestado como *ad intra* e como *ad extra*. *Ad intra*, estas comunidades devem efetivar a

partir de dentro das suas realidades particulares, o desejo de dialogar, no compromisso de compartilhar os seus bens, os seus valores sendo para o mundo um sinal de conversão e de respeito a crença que professa. *Ad extra*, a consciência, seja por parte do magistério da Igreja ou das lideranças de outras crenças, de que os documentos não estão mais voltados unicamente na salvação das almas, e sim em uma vontade profunda de ir ao encontro do ser humano, na certeza de que para evangelizar as palavras são necessárias, porém é de fundamental importância ações perceptíveis geradas por este grande amor a Deus. (NUNES, 2008, p. 41)

Esse diálogo inter-religioso tem como alicerce o Reino de Deus, que nos conduz à convicção de que somos filhos de um mesmo criador, muito embora a pluralidade religiosa traga em si as diferenças das tradições. Não se pode esquecer de que todos são partícipes do Reino de Deus e que todos são chamados a colaborar sob a ação desse mesmo Reino. Portanto, o diálogo inter-religioso se apresenta como uma forma de partilha na qual um ambos oferecem e recebem, cientes de que não é um caminho de uma única direção, mas um diálogo com inúmeras possibilidades de crescimento mútuo. Nesse diálogo, cada interlocutor experimenta e se compromete com a integridade de sua fé, já que a fé religiosa não será instrumento de troca, mas sim um dom de Deus, que estará a serviço da reflexão em busca do bem comum. Se o diálogo dá a entender que a fé pessoal tem que ser respeitada, necessita, também, um processo de abertura à fé do outro na sua diversidade. (DUPUIS, 2004, p. 287)

Segundo Teixeira (2012, p.181), o acolhimento e a escuta da pluralidade religiosa, aliados ao inegável valor do diálogo, apresentam-se como um dos maiores desafios do século XXI. Esta diversidade religiosa se manifesta como mistério, bem como itinerário que conduz o ser humano a procurar um novo conhecimento na tentativa de compreender o seu percurso de vida, no convencimento de que o outro se encontra na estrada, de maneira disponível para um relacionamento dialógico gerador de vida. Este ponto de vista amplia os horizontes na perspectiva de que haverá enriquecimento e oportunidades para um processo de partilha mútua. Este encontro dialógico com as tradições religiosas, apesar da complexidade e dos empecilhos que poderão surgir, aponta o hoje de modo oportuno. Esse diálogo se propõe sem nenhuma pretensão de querer extinguir as diferenças, tampouco procurar um consenso, mas na certeza de descobrir semelhanças nas diferenças, para agir na história contra as angústias, sofrimentos e a favor da dignidade do homem e da criação. (TEIXEIRA, 2012b, p.181)

De acordo com o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes (n.83),

este acolhimento exige a escuta atenta e a partilha mútua das histórias de vida. Ele requer a abertura do coração, a disponibilidade para tornar a própria vida visível aos outros e uma partilha generosa do próprio tempo e recursos. Desde a doação de coisas até à oferta do próprio tempo e amizade, e finalmente à oferta de Cristo, nosso tesouro, ao próximo como proposta respeitosa e humilde.

Por conseguinte, o diálogo aqui apresentado suprime a diferença apresentada pelo outro, que sempre estará protegido pelo seu próprio enigma intransitável. Na verdade, não se encontra divergência no anúncio de Cristo diante do diálogo com outras religiões, porque o diálogo impõe uma transparência da própria identidade, evitando, assim, o fundamentalismo e o relativismo. Esta entrega ao diálogo requer um discernimento de si. É uma prática onde as particularidades são respeitadas e se ampliam na medida em que se dialoga. Porém, é indispensável lembrar que esse diálogo, construído através do acolhimento e da escuta, é tenso, exigindo a compreensão dos interlocutores. O outro é questionado, diante da sua individualidade e dignidade, provocando mudanças recíprocas que podem ser positivas ou negativas, levando a vivenciar uma realidade onde a alteridade se torna enriquecedora (TEIXEIRA, 2012b, p.189). Passos (2014, p.202) salienta que a noção de alteridade para o cristianismo tem um marco peculiar e primordial:

Cada indivíduo distinto e diverso é irreduzível em sua autonomia e se insere com sua diversidade na comunhão dos iguais. Trata-se de uma relação de fraternidade, postura humana que reconhece o diferente como valor em si mesmo e busca ter com ele uma relação de respeito, empatia, interação e cooperação.

Diante dessa alteridade que não se baseia unicamente na relação do respeito a diferença, que tem como fio condutor a tolerância, mas também se fundamenta na consciência de que o outro é reconhecido na sua diferença, tendo por consequência a partilha em comum. Para que essa alteridade seja exercitada, faz-se necessário o diálogo, que é o encontro do eu com o tu, na procura da verdade e do amor. Aqui se tem a lei de ouro do cristão: amar ao próximo como a si mesmo. Este preceito exige a superação do individualismo, do etnocentrismo e do eclesiocentrismo, que impede a aproximação e o nascimento do diálogo (PASSOS, 2014, p. 203). “Todo diálogo implica a reciprocidade e tem como objetivo eliminar o medo e a agressividade”. (DA, n.83)

Há várias formas de diálogo, mas destaca-se aqui o diálogo inter-religioso, que traz o envolvimento de várias tradições religiosas, de pessoas de várias crenças, em busca de um conhecer e aprender recíproco. Por isso, é diferente do ecumenismo, que tem como objetivo a unidade dos cristãos. O diálogo inter-religioso vai além, apesar de haver vínculos de proximidade. A prática do diálogo traz como exigência atitudes de acolhimento e de escuta,

revestidas de humildade, ciente de que sei qual o meu espaço e qual o espaço do outro, como uma abertura e um despojamento próprio de quem quer viver a alteridade. É preciso lembrar que, nessa relação, é necessário cada um reconhecer as suas fragilidades, pois caso não as reconheça fica difícil a prática de um verdadeiro acolhimento, de uma verdadeira escuta e de um verdadeiro diálogo. (TEIXEIRA, 2012b, p.190)

Ao viver o diálogo inter-religioso, é de fundamental importância a clareza da identificação da fé ou da tradição que se participa. É essencial que todos participem do diálogo, mas deverão estar cientes de que esta identificação não tem como propósito o engrandecimento da sua fé ou crença, no intuito de sobressair diante de outras tradições religiosas. Logo, o diálogo inter-religioso não tem como objetivo distanciar o crente da sua crença, tampouco dos seus ensinamentos, pelo contrário, essa crença e esses ensinamentos devem ser incentivos para a realidade dialógica e dialogante do amor misericordioso de Deus presente. (GEFFRÉ, 1993, p. 67)

Talvez seja necessário fazer uma pergunta: para quem é o diálogo inter-religioso? Para toda a Igreja, na convicção de que somos convocados a colocar em prática o amor de Deus, cientes de que estamos colaborando na construção do seu Reino, por meio do anúncio e da prática de Jesus sendo fraternos no exercício do respeito para com todos. Esse diálogo não busca tão somente o entendimento recíproco, nem é um encontro de amigos, mas tem como fim o surgimento de uma nova humanidade onde a liberdade, a dignidade e a paz estejam presentes em vista da superação da intolerância e da prepotência religiosa, impulsionadas por comportamentos abusivos frutos de posturas fundamentalistas. (BIZON, 2017, p. 8)

Entretanto, é inegável que as tradições religiosas, sejam cristãs e não cristãs, por mais que se apresentem com uma abertura para o diálogo, trazem dentro de si certo radicalismo, alimentado pelo fundamentalismo, que provoca distância e indiferença impedindo, muitas vezes, de ir ao encontro do diferente, caindo no erro de achar que são donos da verdade e que são os únicos portadores de libertação e salvação para a humanidade. Enfim, o alicerce do diálogo inter-religioso é a consciência de que somos seres humanos com o compromisso de reconhecer que o outro também é um ser humano, abrindo-se a esta realidade que vai além de todos, o nosso Deus. Nesta transcendência, se busca equilíbrio para o conhecimento do outro, na certeza que se pode caminhar juntos (MIRANDA, 1998, p. 118). Toda experiência religiosa requer reconhecimento de Deus:

O novo passo implica reconhecer que é Deus mesmo que se faz presente em toda experiência religiosa autêntica. As religiões em si não são a “causa” primária da salvação, já que esta “causa” só pode ser pertinentemente aplicada ao Pai, que em Cristo reconciliou o mundo consigo (2 Cor 5,19). (TEIXEIRA, 2008c, p. 172)

Diante do que foi apresentado, fica claro que as religiões são utilizadas como canais de salvação e são interpeladas a ser, no mundo e até para si mesmas, mensageiras do amor de Deus. Assim sendo, o diálogo inter-religioso torna-se um desafio e, para que ele exista, faz-se necessário assumir um compromisso pessoal, onde a superação terá que ser exercida, alicerçada pela admiração e respeito, no empenho de acolher e de escutar aquele que professa crença diferente da sua. É necessário vencer as inquietações que são inerentes ao ser humano. Inquietações, como o preconceito, o desrespeito, a intolerância e o distanciamento diante daquele que se apresenta pela diferença. Ao exercitar esse diálogo, a reciprocidade se fará presente. Cada um aprende com o outro na intenção de que o enriquecimento seja mútuo. Porém, neste encontro relacional dialogal, os interlocutores deverão ter disposição para exercer o acolhimento, bem como para admitir que há outras verdades diferentes da sua verdade, não tendo a pretensão de querer transformar a verdade do outro, tampouco se afastar de sua. (CAIXEIRO, 2013, p. 5)

Da mesma forma, o diálogo não deve ser visto como instrumento de persuasão, mas ser comprometido no acolhimento e na escuta do outro. O espaço do outro, assim como a sua identidade, são sagrados e têm que ser respeitados de maneira plena. Por isso, não se procura a uniformidade, porém, acima de tudo, o diálogo almeja o exercício da fraternidade e o respeito à identidade. No diálogo, caminha-se sobre um “solo sagrado”, onde os interlocutores devem estar desarmados para viver a dinâmica da reciprocidade de dons que esse encontro revela e traduz. (TEIXEIRA, 2010, p. 380)

Segundo Lorscheider (2005, p. 201), o diálogo deve ser exercido impulsionado por um amor gratuito com abertura para o outro, de modo sincero sem esperar nada em troca, inteirado de que qualquer opinião será sempre apresentada à luz da fé da crença de cada tradição religiosa, evitando, assim, o proselitismo e colocando, em prática, o respeito à liberdade do outro. A perseverança é necessária já que o diálogo recomeça todos os dias, não existindo um fim, daí a exigência de trazer a mansidão para si mesmo e para o contexto dialogal. Dentro desta relação dialogal, a verdade, a caridade e a inteligência são mãos amigas com o propósito de conhecer e apreciar a crença do outro, na convicção de que a diferença provoca crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem do tema referente ao acolhimento e a escuta no diálogo inter-religioso requer uma atitude de busca profunda e uma certeza de que se está peregrinando em terreno sagrado, um desafio que é real e contínuo para a pastoral da Igreja e ao mesmo tempo uma experiência edificante da vida de toda pessoa. A partir das ciências humanas fica evidente que o acolhimento e a escuta de modo recíproco trazem um certo equilíbrio ao ser humano. Dupuis (2002, p. 77), sem nenhuma intenção de desvalorizar as diferentes crenças religiosas, afirma que

o diálogo deve reconhecê-las onde elas existem, e aí enfrentá-las com paciência e de maneira responsável. Dissimular as eventuais diferenças e contradições equivaleria a fazer batota e, de fato, acabaria por privar o diálogo do seu objeto. Antes de mais, o diálogo procura a compreensão na diferença, na estima sincera das convicções que não as convicções pessoais. Por consequência, ele impele cada um dos parceiros a interrogar-se acerca das implicações, para a sua própria fé, das convicções pessoais dos outros.

As atitudes do ser humano, na sua particularidade, encontram-se atingidas por diversas inquietações, como o preconceito, a intolerância e o desrespeito entre outros e por diversas virtudes que tem como fundamento a própria misericórdia de Deus e que são exercitadas através do respeito, da tolerância, do acolhimento, em meio a outras. Estes condutores incidem sobre o comportamento de homens e mulheres, sendo muitas vezes frutos de nossas heranças emanadas de culturas específicas que conseguem resistir ao tempo e a fatores espirituais, vistos como condutores de equilíbrio e muitas vezes de desequilíbrio.

Não se pode negar a crise existencial: as dores, angústias e medos, que muitas vezes impedem e paralisam o homem no seu encontro consigo, com o outro e com Deus, impossibilitando a comunhão, provocando o desrespeito pela liberdade individual e coletiva, deixando marcas profundas de amargura e mágoas, conduzindo a um vazio existencial que é evidenciado por um cansaço e pela incapacidade de visualizar o futuro.

Um dos grandes obstáculos no relacionamento humano é o convite à mudança. Quando se é obrigado a mudar, a adotar um estilo de vida que não nos agrada, a revolta é existencial e como resposta existirá a resistência, negando a si e aos outros a oportunidade do conhecimento mútuo através do diálogo, fechando-se numa atitude de absolutismo. Segundo Queiruga, “o absoluto corresponde somente a Deus; o que cabe ao homem é a tarefa inacabável de ir assimilando-o, tanto na glória quanto na humildade do serviço...”. (QUEIRUGA, 1997, p. 22)

Diante do exposto, as pessoas se sentem impossibilitadas de mudar e deixam de ser agentes provocadores de mudança. Com isso, fica óbvio a existência de várias religiões, que devem ser respeitadas em seu direito de ser aquilo que são e de acreditar naquilo que quiserem. Cada religião tem seus princípios de vida e de crença com objetivo de auxiliar as pessoas na vivência da sua espiritualidade, visando ao crescimento na fé e na prática do bem.

Além disso, a objeção ao acolhimento e à escuta da verdade do outro impede a concretização do diálogo. A dificuldade é tomar consciência de que não existem donos absolutos da verdade. Quando se pensa assim acontece uma grande valorização do outro e da sua cultura, facilitando o diálogo inter-religioso.

Por fim, a proposta central deste trabalho foi compreender a importância do diálogo inter-religioso e que para exercitá-lo se faz necessário colocar em prática o acolhimento e a escuta do outro, ciente de que não existem fórmulas mágicas para a resposta aos desafios inerentes à concretização do diálogo inter-religioso. É inegável ressaltar a existência desses desafios e, ao mesmo tempo, certificar que existe uma pré-disposição à procura de superação, porém esta superação ocorre a partir do compromisso dialogal e do compromisso de superação pessoal. Já salientava tal pensamento Dom Hélder Câmara, homem da esperança, que trazia em si o sonho de congregar, na diferença, todos, por meio do diálogo, com o objetivo de almejar uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. “Minha porta e meu coração estarão abertos para todos sem nenhuma diferença. (...) não posso excluir a ninguém do meu diálogo...” (CAMARA, 2012, p.16)

Foi possível perceber nesta pesquisa que o ser humano não está imune às mudanças que são provocadas pelo mundo e que, dia-a-dia, é conduzido pela modernidade. Estas transformações possibilitam e, ao mesmo tempo, são oportunidades para rever as nossas tradições religiosas abrindo-nos para uma leitura do mundo sem, contudo, perder as nossas próprias referências a aquilo que nos identifica.

Entende-se que a multiplicidade religiosa, ou a pluralidade religiosa, é uma realidade que vai além de uma reflexão teológica. Por isso, há necessidade de se afirmar que o diálogo inter-religioso se apresenta como urgência para o mundo contemporâneo. Esta pluralidade religiosa favorece o encontro com o diferente e possibilita um olhar para a própria identidade. Este olhar não pode ser compreendido como fechamento, mas como abertura às novas interpretações e nos coloca em um processo contínuo de crescimento. O diálogo inter-religioso tem como ponto de partida o reconhecimento de que há valores em todas as tradições religiosas e que esses valores poderão ser partilhados, suscitando assim uma maior clareza do mistério de Deus.

Enfim, cabe informar que esta pesquisa não tem a intenção de esgotar o tema referente ao diálogo inter-religioso, visto que é um campo bastante abrangente, destacando a sua importância, principalmente em função do que pode ser gerado a partir da sua ausência.

REFERÊNCIAS

A IGREJA E AS OUTRAS RELIGIÕES. **Diálogo e Missão**. Disponível em: www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html. Acesso em: 30 ago. 2016.

AGOSTINI, Nilo. Igreja católica e ciências: por uma cultura do diálogo e da vida. Disponível em: www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwii2MeR873UAhUBDZAKHeVHCACQFggiMAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.pucpr.br%2Ffreol%2Findex.php%2Fpistis%3Fdd99%3Dpdf%26dd1%3D7680&usg=AFQjCNEmH4mk4R5uqDLVT4mjR7PTiLxouQ. Acesso: 27 mar. 2017.

ALEIXANDRE, Dolores; VELASCO, Juan Martín; PAGOLA, José Antônio. **Olhos fixos em Jesus: nos umbrais da fé**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ANTHONY, Francis-Vincent. **Desenraizamento e acolhida: fundamentos para uma pastoral migratória**. Disponível em: www.scielo.br/pdf/remhu/v20n38/a12v20n38.pdf. Acesso em: 20 mar 2017.

AQUINO, Tomás de. **Os doze graus da humildade**. Disponível em: www.defensoresdacruz.com/2014/09/os-doze-graus-da-humildade.html. Acesso em: 23 set. 2016.

ARAGÃO, Gilbraz S. **Teologia, transdisciplinaridade e física: uma nova lógica para o diálogo inter-religioso**. Disponível em: www.unicap.br/observatorio2/wp-content/uploads/2011/02/sobre-TEOLOGIA-transdisciplinaridade-e-f%C3%ADsica.pdf. Acesso em: 18 ago. 2016.

ARINZE, Francis. **Reflexões do Cardeal Francis Arinze sobre a jornada de oração em Assis**. 2002. Disponível em: www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20020116_arinze-assisi_po.html. Acesso em: 16 ago. 2016.

BIZON, José. Diálogo inter-religioso na compreensão e perspectiva católica. **Vida Pastoral**. Revista Bimestral para Sacerdotes e Agentes de Pastoral. jan/fev 2017, a. 58, n. 313. São Paulo: Paulus. p. 3-10.

BOFF, Leonardo. **A intolerância no Brasil atual e no mundo**. Disponível em: www.leonardoboff.wordpress.com/2015/01/22/a-intolerancia-no-brasil-atual-e-no-mundo/. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. **Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **A Santíssima Trindade é a melhor comunidade**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Do lugar do pobre**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Ética e espiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOFF, Leonardo. Prefácio. *In*: TOMITA, Luiza E.; VIGIL, José M.; BARROS, Marcelo (Org.). **Teologia latino-americana pluralista da libertação**. São Paulo: Paulinas/ASSETWOT, 2006.

_____. **Virtudes para um outro mundo possível**. Hospitalidade direito e dever de todos. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRAZIL, Luciano Gomes. Do “conhece-te a ti mesmo” ao “torna-te o que tu és”: Nietzsche contra Sócrates em Ecce Homo. Disponível em: www.tragica.org/artigos/v5n2/brazil.pdf. Acesso em: 16 ago. 2016.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CAIXEIRO, Ana Luzia **O diálogo religioso e as novas configurações religiosas**. Disponível em: www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-2.pdf. Acesso: 7 abr. 2017.

CALLEJA, José Ignacio. **Moral social samaritana I: fundamentos e noções de ética econômica cristã**. São Paulo: Paulinas, 2006.

CAMARA, Helder. **Obras Completas**. Circulares Pós-Conciliares. Vol. III, Tomos III. Recife: CEPE, 2012.

CAPELLO, Irene Martins. **O desafio do diálogo inter-religioso no pensamento de Jacques Dupuis**. Bauru: EDUSC, 2005.

CÁRDIAS, Sibeles Macagnan. **O Diálogo como elemento mediador de práticas educativas reflexivas**, p. 1-8. 2012. Acesso em: www.coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/022e4.pdf. Acesso em: 22 ago. 2016.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Santo Domingo**. Nova Evangelização, promoção humana, cultura cristã. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. **Documento de Aparecida**, texto conclusivo da V Conferência do Episcopado latino-americano e do Caribe. São Paulo: CNBB, Paulus, Paulinas, 2007.

COMBLIN, José. A teologia das religiões a partir da América Latina. *In*: ASETT (Org.). **Pluralismo e libertação: por uma teologia latino-americana pluralista a partir da fé cristã**. São Paulo: Loyola, 2005.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Declaração “Dominus Iesus” sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2000.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=9. Acesso em: 20 jan. 2017.

CONSTITUIÇÃO DEI VERBUM. In: **Documentos do Concílio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. São Paulo: Paulus, 2001.

CONSTITUIÇÃO GAUDIUM ET SPES. Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo. In: **Documentos do Concílio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. São Paulo: Paulus, 2001.

CORNILLE, Catherine. **Humildade e diálogo**. Disponível em: www.periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/429/839. Acesso em: 10 ago. 2016.

CORREIA, Messias Nunes. **O homem em face da angústia**. Disponível em: www.abavaresco.com.br/wp/wp-content/uploads/3413.pdf. Acesso em: 29 set. 2016.

COSTA, Elcivan Alencar da. **A identidade cristã à luz do “princípio misericórdia” na cristologia de Jon Sobrino**. Disponível: www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/071013-cEpnshW4vend5.pdf. Acesso: 20 mar. 2017.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA. Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 28ª reunião Paris, 16 de novembro de 1995. Disponível em: www.unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

DECLARAÇÃO Dignitatis Humanae sobre a liberdade religiosa. In : **Documentos do Concílio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. São Paulo: Paulus, 2001.

DECLARAÇÃO Nostra Aetate: sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs. In: **Documentos do Concílio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. São Paulo: Paulus, 2001.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. UNIC / Rio / 005. Agosto 2009. Disponível em: www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

DRUBI, Rodrigo. O reino de Deus na obra de Jacques Dupuis. In: SOARES, Afonso M. L. (Org). **Dialogando com Jacques Dupuis**. São Paulo: Paulinas, 2008. p.135-151.

DUQUE, João. Diálogo inter-religioso e encontro de culturas. A propósito de um livro recente. Disponível em: www.repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13121/1/duque.pdf. Acesso em: 16 ago. 2016.

DUPUIS, Jacques. O debate cristológico no contexto do pluralismo religioso. In: Faustino TEIXEIRA (Org.) **Diálogo de pássaros**. São Paulo: Paulinas, 1993.

_____. **Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso**. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. **O diálogo inter-religioso numa sociedade pluralista**. Disponível em: www.repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18691/1/V03201-069-081.pdf. Acesso em: 8 ago. 2016.

DUPUIS, Jacques. **O cristianismo e as religiões: do desencontro ao encontro.** São Paulo: Loyola, 2004.

EUFRÁSIO, Thiago de Moliner. **Jesus Cristo e a pessoa humana: a dignidade humana como graça e missão a partir da Gaudium et Spes.** 2016. Disponível em: www.tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6889/2/DIS_THIAGO_DE_MOLINER_EUFRASIO_COMPLETO.pdf. Acesso: 20 mar. 2017.

FORTE, Bruno. **Para onde vai o cristianismo?** São Paulo: Loyola, 2003.

FRANKL, Viktor Emil. **A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia.** 1. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração.** Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Logoterapia e análise existencial: textos de seis décadas.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Psicoterapia para todos.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FRANCISCO. **Audiência geral inter-religiosa: por ocasião do cinquentenário da promulgação da declaração conciliar "nostra aetate".** Disponível em: www.w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2015/documents/papa-francesco_20151028_udienza-generale.html. Acesso em: 8 ago. 2016.

_____. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium.** São Paulo: Paulinas, 2013.

_____. **Misericordiae Vultus.** Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. São Paulo: Loyola, 2015.

_____. **O nome de Deus é misericórdia.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2016.

GEFFRÉ, Claude. Fé na era do pluralismo religioso. In: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (org.). **Diálogo de pássaros.** São Paulo: Paulinas, 1993. p. 61-74.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. A sustentabilidade à luz da hermenêutica teológica da ecologia. **Congresso anual da sociedade de teologia e ciências da religião.** Disponível em: www.ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/08/Livro Digital.pdf. Acesso em: 29 ago. 2016.

GRÜN, Anselm. **Humildade e experiência de Deus.** Petrópolis: Vozes, 2014.

JOÃO PAULO II. Carta apostólica "**Novo millennio ineunte**" do Sumo Pontífice João Paulo II ao episcopado, ao clero e aos fiéis no término do grande jubileu do ano 2000. Disponível em www.w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/2001/documents/hf_jp-ii_apl_20010106_novo-millennio-ineunte.html. Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. Carta Encíclica Redemptor hominis (Sobre o Redentor do Homem, no início do ministério Pontifical de João Paulo II). São Paulo: Loyola, 1979.

JOÃO PAULO II. Encíclica **Redemptoris missio**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. Encíclica **Ut unum sint**. São Paulo: Paulinas, 1995.

JORGE, José Antônio. **O serviço da escuta cristã**: formação de equipes e implantação nas paróquias. Petrópolis: Vozes, 2008.

KASPER, Walter. **A misericórdia**: condição fundamental do evangelho e chave da vida cristã. São Paulo: Loyola, 2015.

KNITTER, Paul. **Introdução às teologias das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2008.

LAZZARI JUNIOR, Julio Cezar. **Psicologia e religião em Viktor Frankl**: a relação entre ciência e espiritualidade na logoterapia. Disponível em: www.revistas.pucsp.br/index.php/reveleiteo/article/view/15714. Acesso em: 24 nov. 2016.

LESLIE, Robert C. **Jesus e a logoterapia**: o ministério de Jesus interpretado à luz da psicoterapia de Viktor Frankl. São Paulo: Paulus, 2013.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.

LIMA, Adriano Sousa. O reinocentrismo de Jesus como chave para uma cristologia no pluralismo religioso. Disponível em: www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/18282/11691. Acesso: 1 jan. 2017.

LORASCHI, Celso. **Jesus**: a misericórdia em movimento. Vida Pastoral. Revista Bimestral para Sacerdotes e Agentes de Pastoral, set/out 2016, ano 57, n. 311. São Paulo: Paulus. p. 31-38.

LORSCHIEDER, Aloísio. (Cardeal). Diálogo ecumênico e diálogo inter-religioso. Disponível em: <http://www.catolicadefortaleza.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/13-D.-Aloisio-dialogo-ecumênico-197-a-201.pdf> Acesso: 8 abr 2017.

LUCCHESI, Marco. **Guerras de religião?** Disponível em: www.oglobo.globo.com/opiniao/guerras-de-religiao-14722384. Acesso em: 17 ago. 2016.

LUCIANI, Rafael. **Retornar a Jesus de Nazaré**: conhecer Deus e o ser humano através da vida de Jesus. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2017.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Misericórdia**: o coração pulsante do evangelho. Belo Horizonte: O Lutador, 2016.

MAYER, Tânia da Silva. Cristianismo e religiões afro-brasileiras: um diálogo de paz e axé. Vida Pastoral. jan/fev 2017. a. 58, n. 313. São Paulo: Paulus. p. 19-26.

MEDEIROS, Veroni Teresinha de. **Alteridade e ética cristã**: A novidade para um ser humano solidário na teologia de Bruno Forte. 2010. Disponível em: www.tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5835/1/423444.pdf. Acesso em: 17 ago 2016

MESTERS, Carlos. **Jesus da escuta amorosa: as bem-aventuranças ontem e hoje.** São Paulo: Paulus, 2010.

MIRANDA, Mário de França. **O Cristianismo em face das religiões.** São Paulo: Loyola, 1998.

MISSAL ROMANO. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. Trad. Portuguesa da 2. ed. típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional do Bispos do Brasil com acrésc. aprov. pela Sé Apostólica. Petrópolis: Vozes, 1972.

MOLINER, Albert. **Pluralismo religioso e sofrimento eco-humano: a contribuição de Paul F. Knitter para o diálogo inter-religioso.** São Paulo: Paulinas, 2011.

MOLTMANN, Jurgen. **Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MOSCONI, Luís. **Dar um sentido verdadeiro à vida: o maior desafio do ser humano.** São Paulo: Paulinas, 2006.

NUNES, José. **O acolhimento pastoral: perspectivas teológicas e antropológicas.** Didaskaila, Lisboa, v. 37, n. 1. p. 299-307, 2007. Disponível em: www.repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8782/1/V03701-299-307.pdf. Acesso em: 9 maio 2016.

_____. Teologia das missões. 2008. Disponível em: www.opf.pt/images/livros/teologiadamissao2008.pdf. Acesso em: 6 abr. 2017. p. 1-79

PALÁCIO, Carlos. **Que significa crer em Jesus Cristo hoje?** Preâmbulos para uma fé sensata e responsável. Horizonte, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-54, jan.-jun. 1997. Disponível em: www.periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/405/385. Acesso em: 11 ago. 2016.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Criação, revelação e salvação: uma leitura da identidade cristã a partir da teologia de Andrés Torres Queiruga.** Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/28433. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Os níveis ou formas de diálogo inter-religioso: uma leitura a partir da teologia cristã.** Disponível em: www.periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/597. Acesso em: 30 ago. 2016.

PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso.** São Paulo: Paulus, 2014.

PETER, Ricardo. **Viktor Frankl: a antropologia como terapia.** São Paulo: Paulus, 1999.

PEZZUTO, Ligia Terezinha. **Serviço de escuta: o que é e como implantá-lo.** São Paulo: Ave-Maria, 2013.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. **Acolher Cristo nos refugiados e nas pessoas deslocadas à força:** diretrizes pastorais. Cidade do Vaticano, 2013. Disponível em: www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/corunum/corunum_po/publicazioni_po/Rifugiati-2013-PORT.pdf. Acesso: 6 abr. 2017.

_____. **Instrução erga migrantes caritas Christi.** Disponível em: www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_20040514_erga-migrantes-caritas-christi_po.html. Acesso: 24 mar. 2017.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. **Diálogo e anúncio.** (DA) 1991. Disponível em: www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html. Acesso: 30 ago 2016.

QUEIRUGA, André Torres. **O diálogo das religiões.** Paulo Bazaglia (trad). São Paulo: Paulus, 1997.

QUIRINO, Ademilson Tadeu. A escuta da palavra de Deus na liturgia. Disponível em: www.revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo. Acesso: 7 abr 2017.

RAHNER, Karl. **O dogma repensado.** São Paulo: Paulinas, 1970.

RECH, Vilma Tereza. **Pluralismo religioso:** diálogo e alteridade no ensino religioso. Dissertação de Mestrado em Teologia. Faculdade de Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: www.repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5288/1/000413563-Texto%2bCompleto-0.pdf. Acesso em: 19 jul. 2016.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. **Pluralismo e religiões:** a questão cristológica em foco. Disponível em: www.periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/4206/5100. Acesso: 26 ago 2016.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

RUBIO, Afonso Garcia. **Evangelização e maturidade afetiva.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. **Unidade na pluralidade:** o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1989.

SALLES, Walter. **Identidade Narrativa e Pluralismo religioso:** a dimensão hermenêutica da identidade cristã. Disponível em: <http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/08/LivroDigital.pdf>. Acesso: 29 ago 2016.

SEGUNDO, Juan Luís. **A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré:** dos sinóticos a Paulo. São Paulo: Paulus, 1997.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

SILVA, José Antunes da. **O Encontro de Assis: marco simbólico do diálogo inter-religioso.** Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13124/1/silva.pdf>. Acesso: 14 ago 2017.

SOBRINO, Jon. **Jesus, o libertador I: A história de Jesus de Nazaré.** Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A Fé em Jesus Cristo: ensaio a partir das vítimas.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Fora dos pobres não há salvação: pequenos ensaios utópicos-proféticos.** São Paulo: Paulinas, 2008.

STOCKL, Fidelis. **Maria modelo da acolhida da palavra de Deus.** Disponível em: www.catolicadeanapolis.edu.br/revmagistro/wp-content/uploads/2013/05/4-MARIA-MODELO-DA-ACOLHIDA-DA-PALAVRA-DE-DEUS.pdf. Acesso: 17 mar 2017.

STURMER, Rosângela. Diálogo inter-religioso. Disponível em: www.ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/06/01dialogointerreligioso.pdf p.55-56 26/08/16. Acesso: 12 ago 2016.

SUESS, Paulo. Contextualizar o Evangelho no mundo globalizado. In: LIMA, Degislano Nóbrega de; TRUDEL, Jacques. **Teologia em diálogo.** São Paulo: Paulinas, 2002. p. 253-283.

_____. **Evangelizar a partir de projetos históricos dos outros: ensaios de missiologia.** São Paulo: Loyola, 1991.

TEIXEIRA, Dione Maria Sachet. **O serviço da escuta à luz da palavra de Deus: desafios pastorais.** Aparecida: Santuário, 2008.

TEIXEIRA, Faustino. Apresentação. In: DUPUIS, Jacques. **Para uma teologia do pluralismo religioso.** São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. **Caminhos do diálogo interreligioso a partir do Vaticano II.** 2 fev. 2015. Disponível em: www.fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2015/02/caminhos-do-dialogo-inter-religioso.html. Acesso: 27 ago 2016.

_____. **Cristianismo e diálogo inter-religioso.** São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

_____. **Diálogo de pássaros: nos caminhos do diálogo inter-religioso.** São Paulo: Paulinas, 1993.

_____. O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise. **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas.** São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. **O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio.** Belo Horizonte: Horizonte, 2003. v. 2, n. 3, p. 19-38, 2. sem.

TEIXEIRA, Faustino. **O imprescindível desafio da diferença religiosa**. 2012b. Disponível em: www.scielo.br/pdf/remhu/v20n38/a11v20n38.pdf. Acesso: 5 abr 2017.

_____. O pluralismo inclusivo de Jacques Dupuis. *In*: SOARES, Afonso M. L. (Org.) **Dialogando com Jacques Dupuis**. São Paulo: Paulinas, 2008a.

_____. **Teologia e pluralismo religioso**. São Bernardo do Campo, SP: Nhanduti, 2012a.

_____. Uma eclesiologia em tempos de pluralismo religioso. *In*: TOMITA, L. E.; VIGIL, J. M.; BARROS, M. **Teologia latino-americana pluralista da libertação**. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. **Raimon Panikkar: a arriscada aventura no solo sagrado do outro**. 2010. Disponível em: www.fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2011/01/raimon-panikkararriscada-aventura-no.html. Acesso em: 5 abr 2017.

e_____; DIAS, Zwinglio Mota. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível**. _____. DIAS, Zwinglio Mota. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível**. Aparecida, SP: Santuário, 2008b.

VIGIL, José Maria. Identidade cristã e teologia do pluralismo religioso. *In*: VIGIL, José Maria; TOMITA, Luiza E.; BARROS, Marcelo (Org.). **Teologia pluralista libertadora intercontinental**. São Paulo: Paulinas, 2008.

WOLFF, Elias. Fluxos migratórios, ecumenismo e missionariedade. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/4070/407042005011.pdf. Acesso: 24 mar 2017.

ZANUZZO, Jovir Alceu. **Por uma ética mais humana: uma reflexão sobre os referenciais éticos da pós-modernidade e a proposta ética da mensagem cristã**. 2009. 180 f. Mestrado em Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0710445_09_Indice.html. Acesso: 1 set 2016.